

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CENTRO AGROPECUÁRIO

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -

AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL

ALDRIN MARIO DA SILVA BENJAMIN

AGROEXTRATIVISMO: SUSTENTABILIDADE E ESTRATÉGIAS

PRODUTIVAS NA RESERVA EXTRATIVISTA

DO RIO CAJARI, SUL DO AMAPÁ.

Belém

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CENTRO AGROPECUÁRIO

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –

AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL

ALDRIN MARIO DA SILVA BENJAMIN

AGROEXTRATIVISMO: SUSTENTABILIDADE E ESTRATÉGIAS

PRODUTIVAS NA RESERVA EXTRATIVISTA

DO RIO CAJARI, SUL DO AMAPÁ.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Ligia T. L. Simonian

Belém

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CENTRO AGROPECUÁRIO

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ALDRIN MARIO DA SILVA BENJAMIN

Engenheiro Agrônomo

**AGROEXTRATIVISMO: SUSTENTABILIDADE E ESTRATÉGIAS
PRODUTIVAS NA RESERVA EXTRATIVISTA
DO RIO CAJARI, SUL DO AMAPÁ.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Data da defesa : ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ligia T. L. Simonian – Orientadora / componente externo

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de A. Kato – Membro / componente interno

Prof. Dr. Fernando Antonio T. Mendes - Membro / componente externo

Prof^a. Dr^a. Maria de Nazaré A. Menezes – Suplente / componente interno

Belém

2004

II

Benjamin, Aldrin Mario da Silva

Agroextrativismo: Sustentabilidade e estratégias na reserva extrativista do rio Cajari, sul do Amapá/Aldrin Mario da Silva Benjamin. - Belém: UFPA – Centro Agropecuário/Embrapa Amazônia Oriental, 2004.

135 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Curso de Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

1. Agricultura familiar. 2. Extrativismo. 3. Floresta coletiva. 3. Rio Cajari. I. Título.

CDD 630

*À memória de Antonio da Silva Benjamin (Totó do Maromba),
pessoa de fibra e coragem, que além de acreditar nos seus
sonhos, incentivou os meus e de tantos outros estudantes no
município de Barcarena, onde foi estudante, professor e teve a
vida brutalmente tirada. Teu sacrifício e exemplos resultaram
no que somos e no que temos. Tio... Você ainda vive dentro de
nós.*

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta caminhada, recheada de momentos de angústias, dúvidas e incertezas, a conclusão deste trabalho representa mais que uma etapa vencida da minha formação na academia, mas, uma vitória de vida e, para conseguí-la pude contar com forças muitas vezes incompreensíveis, e de pessoas que direta ou indiretamente foram decisivas nessa conquista. A grande notícia é que a construção do conhecimento, a formação do intelecto, só é possível com a cooperação, a interação e a participação de outras pessoas e/ou outras idéias que se é permitido conhecer. Portanto, ficam registrados aqui meus sinceros agradecimentos:

A minha esposa Juliene Benjamin e meus filhos Angleson Benjamin, Andreson Benjamin e Angla Benjamin, pelo carinho, amor, atenção, compreensão, paciência e, sobretudo, pelos incentivos que me deram mesmo diante de todas as adversidades que enfrentamos. Amo vocês!

A meus pais Alírio Benjamin e Heloisa Benjamin pelo carinho, participação e ânimo, em momentos extremamente difíceis de nossas vidas, principalmente ejetados na realização desde o início deste projeto acadêmico. Agradeço por estarem presentes na minha vida e obrigado por acreditarem em mim.

A minha mãe Margarida da Silva Benjamin, mulher de força e coragem que assumiu de modo responsável e dedicado à missão de ser mãe. Além de acreditar nos meus sonhos sua presença em muitos momentos foi motivo e inspiração para que fosse possível essa conquista. Seus exemplos e ensinamentos formaram parte do que sou. Mais do que um obrigado, o eu te amo reflete mais o meu respeito, minha veneração e o meu orgulho por ser seu filho.

Aos meus irmãos e irmãs, companheiros e parceiros de fato, Adrina, Aldenir, Aldriney, Adrilene, Aldryan, Valdoci, assim como aos meus tios Aluisio Benjamin e Raimunda Benjamin, a minha sogra Maria Iolanda, aos casais: Juliane e Luciano Ishida, Humberto e Maria Eunice, Wildson e Adejane e ao pequeno Gilson Jr. que, além de me apoiarem, compartilharam comigo os momentos de angústias, tristezas, inseguranças e cansaço. A força e a confiança por vocês transmitidas foram essenciais para o término deste trabalho. Sou muitíssimo grato.

Aos moradores das comunidades do alto e baixo rio Cajari, pela valorosa colaboração que tornou possível a construção da pesquisa. No baixo Cajari, gostaria de agradecer em especial ao Sr. Manoel Gomes e a sua família: Dona Rosa (esposa), Rosilene (filha) e ao pequeno David (filho), pela hospitalidade e apoio nos trabalhos realizados. Nesses dias compartilhamos os mais inusitados momentos em que acredito terem sido especiais. A vocês meu carinho e respeito.

Aos meus colegas do MAFDS e a todos os professores, pessoas com quem consegui discutir as mais diversas teorias. Os momentos que passamos juntos foram enriquecedores. Valeu e sucesso a todos!

À professora Delma Pessanha Neves pelo carinho, confiança e por me fazer acreditar que seria possível. Tenha certeza que jamais esquecerei suas lições, na certeza de que seguirei em frente, na tentativa de atingir meus objetivos. Obrigado.

À professora Maria de Nazaré Ângelo Menezes, coordenadora do Curso MAFDS, pela compreensão e apoio dado nos momentos de agonia e incertezas, transcorridos nesta caminhada. Obrigado.

Aos professores Fernando Teixeira e Maria do Socorro Kato, membros da Banca Examinadora, pela leitura e comentários desta dissertação. Suas contribuições serviram para o enriquecimento deste trabalho. Obrigado.

À professora Lígia Simonian, pela orientação e acompanhamento em todas as fases desta pesquisa. Mais do que orientação, as demonstrações de carinho e amizade a mim prestada nos momentos mais difíceis da minha vida, foram fundamentais para a continuidade e término desta caminhada. Serei sempre grato.

A CAPES pelo apoio dado através da bolsa de pesquisa concedida durante o curso e ao projeto NAEA/Fundação FORD pelo apoio financeiro dado às minhas atividades acadêmicas realizadas no campo, como também ao CNPT/IBAMA-AP, CNS-AP, e as Associações comunitárias e cooperativas localizadas na RESEX Cajari.

“Saber Ouvir é quase responder”.

(Marivaux)

RESUMO

A criação das Reservas Extrativistas, no início da década que se iniciou em 1990, surge como uma alternativa de gestão de recursos florestais em Unidades de Conservação (UC). Centrada no princípio da co-gestão entre o Estado e as populações tradicionais residentes, sua defesa, viabilidade econômica e social depende em grande parte da organização local dos agroextrativistas. Entretanto, apesar do enorme potencial de exploração econômica de produtos florestais, como a castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* Mart.) e o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), da forte tradição agrícola e das muitas possibilidades de caça e pesca, dificuldades múltiplas persistem no interior da Reserva Extrativista Rio Cajari. A concepção do Desenvolvimento Sustentável e a pouca produção científica a respeito das populações tradicionais em áreas de tais Reservas constituíram-se fatores decisivos para o início desta investigação. Desse modo, o estudo acerca do *Agroextrativismo: sustentabilidade e estratégias na RESEX Cajari, sul do Amapá* procura identificar a evolução e as estratégias da base produtiva das populações que vivem nesta UC, principalmente nas áreas do alto e baixo rio Cajari, numa tentativa de revelar a racionalidade do agroextrativismo local. Busca-se, portanto, evidenciar a dimensão do processo de mudança implementada pelas políticas de reserva associadas ao movimento social, com implicações nos campos ecológico, social e econômico.

Palavras-chave: Agroextrativismo, Desenvolvimento Sustentável, Políticas Públicas, Movimento Social, Reservas Extrativistas.

ABSTRACT

The creation of the Extractive Reserves, in the beginning of the decade that started in 1990, arises as an alternative of administration of forest resources in the Units of Conservation (UC). Centered as a principle of the co-administration between the State and the resident traditional populations, these Reserves defense, economic and social viability depends in a large part on the local organization of the agroextractivists. However, in spite of the enormous potential of economical exploration of forest products, as the Amazon nuts (*Bertholletia excelsa*) and the açai (*Euterpe oleraceae* Mart.), of the strong agricultural tradition and of the hunting and fishing's many possibilities, multiple difficulties persist inside the Extractive Reserves Cajari River (Amapa). The conception of the Sustainable Development and the little production regarding the traditional populations in areas of such Reserves constituted the decisive factors to the beginning of this research. In this way, the study the about the *Agroextractivism: sustainability and strategies in the Extractive Reserves Cajari River, south of Amapa* tries to identify the evolution and the strategies of the productive base of the population who live in this UC, in the areas of high and low Cajari, in an attempt of revealing the rationality of the local agroextractivism. Therefore, it is expected to evidence the dimension of the change process resulting from the Reserve policies associated with the social movements, with implications in the environmental, social and economic fields.

Keywords: Agroextractivism, Sustainable Development, Public Policies/Social Movements, Extractive Reserves.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: mapa da RESEX com limites aproximados do alto e baixo Cajari.....	02
FIGURA 02: taxa média de crescimento da região norte – 1980/1996.....	29
FIGURA 03: modelo de inter-relações seres humanos / meio ambiente.....	44
FIGURA 04: crescimento anual da RESEX Cajari de 1992 a 2000.....	48
FIGURA 05: relações de poder e conflito na RESEX Cajari.....	52
FIGURA 06: carta síntese do sul do Amapá – identificação de área de disputa.....	54
FIGURA 07: representação teórica da proposta para a comercialização da castanha.....	56
FIGURA 08: rede de comercialização da castanha da RESEX Cajari.....	58
FIGURA 09: foto da comunidade Boca do Comércio do Cajari.....	61
FIGURA 10: arranjo de SAF implantado no alto Cajari.....	71
FIGURA 11: foto de queimada para preparo de roçado no alto Cajari.....	77
FIGURA 12: foto da torrefação de farinha.....	78
FIGURA 13: foto de transportes usados em dia de feira para Vitória do Jarí.....	80
FIGURA 14: foto de criação de pequenos animais em área de quintal.....	82
FIGURA 15: açazal de direito privado no baixo Cajari.....	83

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 01: ranqing descendente da produção em 2005.....	32
QUADRO 02: área plantada de borracha – 1990/2001.....	33
QUADRO 03: RESEX e projetos extrativistas na Amazônia.....	36
QUADRO 04: comunidades pesquisadas na RESEX Cajari.....	43
QUADRO 05: calendário do sistema de produção da castanha na RESEX Cajari.....	64
QUADRO 06: produção de castanha das comunidades do alto cajari.....	64
QUADRO 07: comunidades assistidas pelo RURAP em 2003 na RESEX Cajari.....	67
QUADRO 08: Calendário de atividades agrícolas da RESEX Cajari.....	68
QUADRO 09: produção agrícola referente ao ano de 2003.....	69
QUADRO 10: culturas agrícolas em SAF no alto Cajari.....	71
QUADRO 11: características julgadas na tomada de decisão para cultivo no baixo Cajari....	75
TABELA 01: composição da renda familiar em reservas extrativistas.....	47
TABELA 02: composição da renda familiar no Cajari em 2003.....	47
TABELA 03: freqüência de culturas plantadas no baixo Cajari.....	77
TABELA 04: Alternativas preferenciais para o uso da terra no baixo Cajari.....	81

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	IV
AGRADECIMENTOS	V
EPIGRAFO	VII
RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
LISTA DE FIGURAS	X
LISTA DE QUADROS E TABELAS	XI
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O AGROEXTRATIVISMO COMO ESTRATÉGIA: A SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO FAMILIAR	1
1.2 RESERVA EXTRATIVISTA UMA TENTATIVA À SUSTENTABILIDADE	3
1.3 CONDIÇÕES GERAIS DA PESQUISA	8
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS QUANTO AO AGROEXTRATIVISMO, EXPLORAÇÃO FAMILIAR E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	12
2.1 A EXPLORAÇÃO EXTRATIVISTA E A ECONOMIA DE AUTOCONSUMO.....	13
2.2 AS POLÍTICAS PARA O USO DOS RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	16
2.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O EXTRATIVISMO VEGETAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	19
2.3.1 A construção de um ideário: a sustentabilidade.....	20
2.3.2 Desenvolver ou proteger? Uma perspectiva para a preservação da Amazônia.....	22
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DA REGIÃO DO VALE DO RIO CAJARI ..	27
3.1 O EXTRATIVISMO VEGETAL E O CENÁRIO AMAZÔNICO	27
3.2 O CICLO DA BORRACHA E A EXPROPRIAÇÃO DE TERRA E TRABALHO	29
3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL DAS RESEX NA AMAZÔNIA	35
3.3.1 A Reserva Extrativista do Rio Cajari, sul do estado do Amapá.....	39
4 A PROBLEMÁTICA DA SUSTENTABILIDADE E AS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NA RESEX CAJARI.....	44
3.4 ASPECTOS GERAIS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI	47
A alternativa de gestão e o jogo de dominação.....	52
4.2.1 Os sistemas de produção e as estratégias no alto Cajari.....	65
4.2.1.1 Agricultura de subsistência e experiências com Sistemas Agroflorestais no alto Cajari.....	69
4.2.2 A reordenação do agroextrativismo do baixo Cajari.....	76
4.2.2.1 A reprodução da roça e as alternativas para o uso da terra.....	79
5 DICUSSÕES E NOTAS CONCLUSIVAS.....	89
6 REFERÊNCIAS.....	94

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisa-se a relação seres humanos e o meio ambiente na emergência da consolidação das reservas extrativistas (RESEX), mas em contexto bem particular que envolve Unidade de Conservação (UC) e populações tradicionais, sendo estas também identificadas como famílias rurais¹. Nesta direção, a partir do estudo empírico, analisou-se o processo de adaptação no manejo dos recursos naturais desde da criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX Cajari), na tentativa de entender as ações de desenvolvimento, implementadas pelo Estado e/ou organizações não-governamentais (ONG), e verificar em que medida elas modificaram o contexto da unidade de exploração agroextrativista, de caráter familiar (Morán, 1990). Enquanto estudo de caso, a análise se limita a identificar as alternâncias feitas pelas famílias assentadas na reserva, entre a atividade agrícola e a atividade extrativista, assim como entender o processo de produção e exploração econômica a partir das estratégias dos produtores identificadas pela pesquisa de campo.

1.1 O AGROEXTRATIVISMO COMO ESTRATÉGIA: A SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO FAMILIAR

Este estudo está centrado na expectativa de perceber e entender a ótica da mobilidade econômica produzida pela economia familiar da RESEX Cajari a respeito da prática agroextrativista, contribuindo com as pesquisas que buscam entender os mecanismos e estratégias que viabilizam, e em certos casos até estimulam, os modos familiares de produção. O estudo analisa as unidades de exploração familiar localizadas nas regiões do alto e baixo rio Cajari, no sul do estado do Amapá, como se vê na Figura 1. Nessas regiões, as unidades de exploração familiar não desempenham exclusivamente a prática agrícola: sua sustentabilidade e reprodução são garantidas através da pluriatividade² muito marcada pela prática agroextrativista. De fato, a formação da renda familiar nessas localidades é constituída muito pelas atividades agrícolas – de culturas anuais e

¹ Famílias que desempenham papel ativo nos estabelecimentos de produção agroextrativista. Para uma compreensão mais precisa acerca das famílias na Amazônia brasileira, ver Simonian, 2001c.

² Segundo Osvaldo Heller da Silva (1990), o termo pluriatividade é relativamente recente no Brasil.

permanentes – e extrativistas, como a caça, a pesca e a coleta de castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*)³ e do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.).

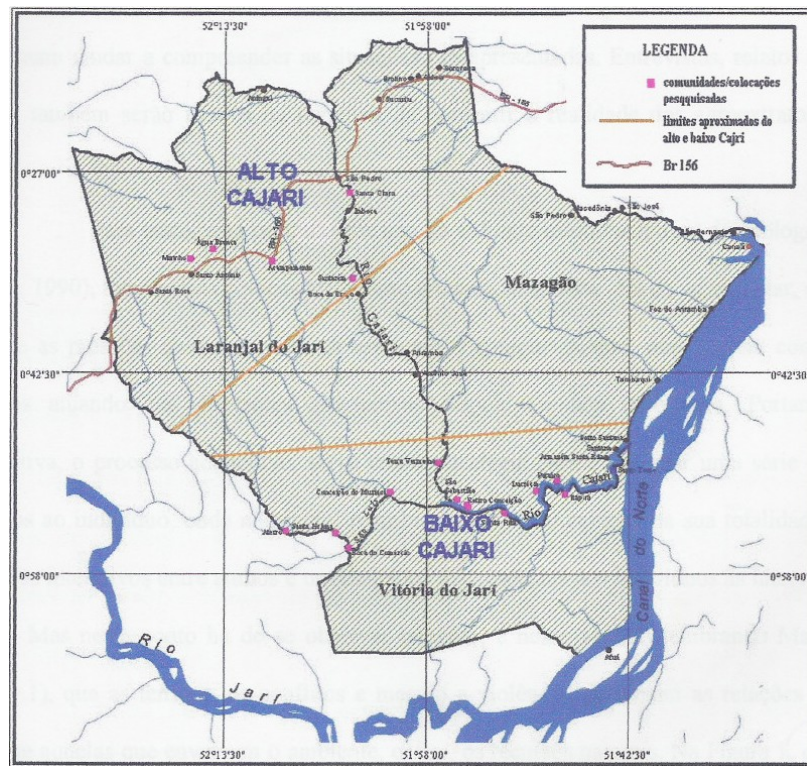


Figura 1: Mapa da RESEX Cajari com limites aproximados do Alto e Baixo Cajari e comunidades pesquisadas. Fonte: Mapa modificado do Projeto RESEX por Aldrin Benjamin, 2003.

Segundo Morán (1990), na pesquisa das relações entre o homem e o meio ambiente, o ecossistema é um contexto geral, onde ocorre a adaptação humana, em que os fatores físicos e biológicos (perspectiva ecológica), além das relações socioculturais que existem entre diferentes atores sociais, o Estado e/ou diferentes populações/sociedades, são tomados como fatores de pressão no processo de adaptação para realização do trabalho agroextrativista. Quanto a isto, Woortmann (1997) ressalta que o processo do trabalho é dado a partir de uma idealização da natureza, abstraída de um sistema cognitivo e simbolicamente determinado, em que o espaço do trabalho é organizado a partir de um modelo pensado em termo de "uma concepção" global.

³ Antes conhecida como castanha do Pará ou castanha do Brasil, passando a ser assim denominada após a III Convenção Mundial de Frutos Secos, realizada na Cidade de Manaus, em 1992.

Contudo, nem os recursos, nem os instrumentos e os [seres humanos] existem socialmente sem cultura. É o saber que permite usá-los e a cultura é que lhes dá o significado, inclusive para mais além da materialidade ou da instrumentalidade prática do trabalho (Woortmann, 1997, p. 75).

Desse modo, para entender o processo de produção e exploração econômica a partir das estratégias dos produtores, importa compreender tanto o processo cultural quanto o processo histórico da sociedade em questão.

No Cajari, o extrativismo de produtos nativos é, eminentemente, uma atividade familiar. As espécies de valor econômico que compõem a floresta se diluem dentro desse conjunto de estratégias produtivas divididas entre a participação mercantil e o autoconsumo. Deve-se considerar, que na região do alto Cajari, situam-se os castanhais mais intensamente trabalhados ao longo de mais de um século de exploração, e a atividade extrativa de maior importância para a economia é a coleta da castanha. Por outro lado, segundo os dados levantados no campo, na região do baixo rio Cajari verifica-se um crescimento da atividade de roçado seguida da exploração dos açazais. Vale ressaltar a importância da caça e da pesca para a manutenção e subsistência das famílias. Entende-se, que a realidade desse foco é resultante da capacidade que a agricultura familiar tem em se adaptar aos diferentes ambientes históricos e conjunturais.

Neste trabalho serão discutidos os efeitos que o ambiente social e econômico exercem sobre as unidades de exploração familiar. Tendo em vista as normas para a apresentação do trabalho, especialmente o limite de sua extensão, o enfoque adotado privilegia as análises das estratégias familiares em face às atividades agroextrativistas que formam a economia do Cajari. Desse modo, as estratégias de reprodução social que as unidades familiares utilizam é entendida em contexto onde sua integração e divisão social de trabalho decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas também dos recursos disponíveis às atividades extrativistas mediante as articulações com o mercado.

1.2 RESERVA EXTRATIVISTA UMA TENTATIVA À SUSTENTABILIDADE

No Brasil, após a conferência internacional sobre o meio ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92), o debate sobre a sustentabilidade coloca

para o Estado o desafio de consolidar uma economia mundializada com preceitos ecológicos dentro de uma lógica especulativa de capital e trabalho em que para assegurar seu funcionamento, demanda o uso de grande quantidade de energia. Quanto a isto, Gómez (1997) coloca para sustentabilidade o papel de reorientar o capitalismo na modalidade de utilização dos recursos naturais. Nota-se então, que o "verde", nesse debate internacional, ganha na premissa do esgotamento da oferta dos recursos naturais e na suposição da incapacidade humana de gerir a natureza, papel importante nesta nova proposta de gestão do meio ambiente. Para Allegretti (1994), as cenas das queimadas na Amazônia causaram mais impacto simbólico para a população internacional que qualquer desastre ambiental contemporâneo. Como lembra Simonian (2003, informação verbal/i.v), “[...] a popularidade da série televisiva da BBC de Londres, intitulada ‘A década da destruição’, certamente foi fundamental nesta direção”. Portanto, não é de se estranhar o interesse internacional quanto ao futuro que se dará às reservas florestais do país, notadamente da Amazônia.

No que se refere à situação da Amazônia, há de ressaltar-se que, além de "reserva natural de recursos", as RESEX constituem-se também em espaço de ocupação de populações que tradicionalmente desenvolvem em florestas, mangues ou reservas de água a produção extrativista (Allegretti, 1994; Simonian, Glaser, 2002). Precisamente, o extrativismo tem sido muito marcado na região pela exploração econômica da castanha e da borracha, caranguejo e/ou peixes, além da produção agrícola em cultivo de roça e beneficiamentos diversos. Entretanto, alguns autores evidenciam em seus trabalhos a luta desses povos pelo seu reconhecimento, enquanto categoria, que legitime sua permanência nas áreas que ocupam.

Desse modo, tem-se feito frente ao processo de apropriação dos recursos naturais pelos "grandes projetos" e/ou pelas grandes propriedades que se instalaram na região (Acevedo, Castro, 1998; Almeida, 1989). No dizer de Mendes,

Os Grandes Projetos, disseminados de modo pontual, estão presos em grande parte a uma certa "fatalidade" que decorre da localização geográfica de minas, jazidas e fontes. Vinculam-se a capitais estrangeiros e importam tecnologia, pessoal de direção e mão-de-obra qualificada. Empregam um volume reduzido de trabalho local, geralmente não qualificado, e exportam lucros e benefícios, deixando de replicá-los na região. Oneram o Capital social básico fornecido ordinariamente pelo setor público

(educação, saneamento básico, saúde, energia, telecomunicações, polícia, justiça...), mas desoneram-se de contribuir para a arrecadação dos erários pela via generosa das isenções e subsídios. Ao mesmo tempo, geram divisas internacionais consideráveis para a formação do balanço de pagamentos do país, divisas que não são apropriadas obrigatoriamente no próprio território que as gerou (Mendes, 1999, p. 10).

Com base nestas demandas surge, no final da década que se iniciou em 1980, com a criação das RESEX, uma proposta alternativa para tentar responder a necessidade da preservação ambiental garantindo a permanência e reprodução social das famílias que tradicionalmente ocupam as áreas florestais de mangues e/ou outras.

Assim, essa nova proposta de gestão dos recursos naturais requer mudanças da base cultural e tecnológica do setor produtivo por parte dos agroextrativistas. Autores como Allegretti (1996), Murrieta (1992), Serrão (1996) e Villar (1997) têm destacado que essas mudanças não ocorrem de modo homogêneo entre os produtores. No que diz respeito às populações tradicionais, Acevedo, Castro (1998) e Simonian (2001a) têm registrado seu processo de adaptação no contexto de colonização de áreas de florestas. Precisamente, Nair (1990, 1994) enfatiza a perspectiva do valor econômico das agroflorestas ou sistemas agroflorestais (SAF) para tais populações. A respeito, Michelotti (2001), em estudos realizados no Acre, registra a abertura de clareiras para o plantio de agroflorestas em áreas de RESEX e, segundo o entender de Sá (1994), os SAF também contribuem para o processo de enriquecimento dos solos. Desse modo, essa nova situação imposta na Cajari pela política da reserva, constada no plano de utilização em que não considera as diferenças existentes entre os produtores (plano, 1996), tem gerado limitações à reprodução econômica e social das famílias. Além do que, promove mudanças nas modalidades tradicionais de produção refletindo na ordem social das comunidades, com o surgimento de novas categorias sociais frente à concentração do acesso aos recursos, estabelecendo novas relações de poder, favorecendo às diferenças socioeconômicas entre os produtores.

As RESEX surgem como uma conquista da categoria dos seringueiros, que se organizaram e criaram o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985 (Allegretti, 1994), e na observação de Homma (1989,1996), muito em decorrência da morte de Chico Mendes em 1988. A RESEX Cajari foi, assim, criada a partir do decreto 99.145 de 12 de março de 1990 (Plano, 1996), estando localizada nos municípios do

Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari, sul do estado do Amapá, com área aproximada em 481.650 ha. A mesma tem uma população que tradicionalmente vive da economia da castanha-da-amazônia, da exploração dos açaçais, da pesca, e da prática agrícola, além do uso de outros recursos da floresta, lagos e rios. Filocreão (1992) analisa a reprodução e manutenção do extrativismo nessa área e demonstra que a prática agrícola é atividade complementar da economia castanheira. Em estudos realizados recentemente na RESEX Cajari, Silva (2003) analisa a sustentabilidade do ponto de vista institucional, evidenciando as dificuldades organizacionais das representações locais. Segundo Mattoso e Fleischfresser (1994), a produção de castanha concentra-se no alto Cajari, que incentivada com a criação da RESEX, foi subsidiada por várias políticas que tinham como objetivo intensificar a produção, permitindo um melhoramento da qualidade de vida da população.

Foi com base nessa capacidade produtiva, que cooperativas e/ou associações, como a Cooperativa Mista dos Agricultores do Laranjal do Jarí (COMAJA), a Cooperativa dos Trabalhadores Extrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA) e a Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Vale do Rio Cajari (ASTEX-CA) foram incentivadas com apoio técnico e financeiro com o objetivo de dinamizar a coleta e comercialização da castanha. Entretanto, a compra e venda da castanha-da-amazônia realizada por essas entidades, não têm sido suficiente para ampliar o mercado ou elevar os preços do produto, que continua sendo vendido para a família Mutran,⁴ no Pará. A respeito, assim se manifestou uma moradora: "Vendemos para os marreteiros dos Mutran, que vêm aqui e compram. Mas pagam também. Mas o preço relaxou muito e ficamos com a produção no mato. Hoje está dando doze reais a barrica" (D^a. Anália, 2001, i. v.; Benjamin, 2001, notas de campo/n.c). Conseqüentemente, não há pressão para a elevação dos preços ou retorno de impostos para o Amapá.

Desse modo, nesta dissertação, analisa-se a evolução e o processo de desenvolvimento da base produtiva do agroextrativismo das comunidades da RESEX Cajari, desde a sua criação até a época atual, numa tentativa de construir um perfil do agroextrativismo local, mostrando a natureza e a dimensão do processo de mudança tecnológica implementada pelas políticas de desenvolvimento, com suas implicações no campo social, ecológico e ambiental. Para tanto, tem-se por base dados de natureza

⁴ Família paraense que durante décadas controla o mercado da castanha na região amazônica.

bibliográfica e empírica. Os primeiros são relatórios e documentos disponibilizados pelos órgãos representativos do Estado e da sociedade civil, que de algum modo desenvolvem trabalhos com o agroextrativismo na reserva. Os dados empíricos foram obtidos mediante a pesquisa de campo (Oliveira, 1996), sob o modo de levantamento dos agroecossistemas do baixo e alto rio Cajari, em unidades identificadas a partir da pesquisa anterior. Nesta direção, levou-se em consideração a proporção da frequência dos sistemas de produção relacionados com a disponibilidade dos fatores terra, recursos naturais e trabalho das unidades de produção.

Contudo, pelos dados levantados, apesar dos inúmeros investimentos feitos na reserva, desde de sua criação, as políticas implementadas com o objetivo de desenvolver a economia agroextrativista tem sido ineficientes por não serem respaldadas nas demandas locais. A elaboração dos programas de desenvolvimento não ocorreu de modo endógeno, mas estimulada por forças políticas de agentes externos, ou seja, de fora para dentro, onde fica destacada a baixa participação dos agroextrativistas, limitada apenas pela ação questionada de sua representação e pelo baixo índice de alfabetização dos trabalhadores locais. Conseqüentemente, criou-se uma situação de insatisfação com a economia castanheira, que tem favorecido o avanço da atividade de roça e a implantação de sistemas alternativos de produção, como as agroflorestas.

Com base nessas proposições, tenta-se responder acerca das condições da unidade de exploração familiar quanto à produção e comercialização agroextrativista, permitindo analisar, a partir dos dados levantados, acerca das possibilidades de sustentabilidade e reprodução social das famílias residentes na reserva. É certo, pela pesquisa realizada, que existem mudança hipotéticas claras, em função de questões objetivas que estão sendo colocadas pelos produtores, com a criação da RESEX Cajari, principalmente àqueles que estão integrados em algum tipo de organização social. Assim, é objetivo deste trabalho tentar responder e/ou explicitar essas questões, não com ousadia, mas, com a responsabilidade de tentar contribuir com a preservação e o desenvolvimento do maior patrimônio da humanidade: o meio ambiente.

A polêmica gerada em torno do papel do agroextrativismo como estratégia de desenvolvimento para a Amazônia, coloca várias questões controversas no debate nacional e internacional sobre o desenvolvimento em áreas de florestas. Respostas a essas problemáticas são necessárias para avaliar a eficiência da reserva extrativista como

proposta ao desenvolvimento em Unidades de Conservação (UC), em especial quando utilizadas pelos *povos das florestas* na gestão dos recursos naturais frente às intervenções que vêm ocorrendo por conta dos agentes de desenvolvimento. Entretanto, o estudo do potencial das RESEX em atingir a sustentabilidade ainda está no estágio inicial, onde as pesquisas têm sido conduzidas tanto nas estações experimentais como nas áreas de produtores. A tendência é que, em médio prazo, já existam resultados que possam dar suporte à implantação de novas áreas de reservas, principalmente a se pensar nos compromissos assumidos em âmbito internacional pelos governos dos países tropicais, a exemplo do Brasil em relação ao PPG7 (Brasil, 1994). Desse modo, a importância deste trabalho reside na contribuição para o esclarecimento de questões polêmicas acerca do potencial do agroextrativismo não somente na Amazônia, mas também em outros ecossistemas de florestas tropicais úmidas do mundo. É possível, ainda, que esse estudo venha servir de apoio para o desenvolvimento sócio-econômico ambientalmente adequado da Reserva Extrativista do Rio Cajari, sul do Amapá.

1.3 CONDIÇÕES GERAIS DA PESQUISA

Este trabalho baseia-se em levantamentos bibliográficos pesquisados e dados de campo obtidos entre julho de 2001 e setembro de 2002, em 16 comunidades⁵ do baixo Cajari e rio Muriacá (porção baixa dessa RESEX) e nas comunidades próximas à estrada que liga o Laranjal do Jari à Macapá (alto Cajari), no contexto de um programa de pesquisa patrocinado pelo Projeto NAEA/FFORD,⁶ que objetivava identificar os efeitos da intervenção do Estado em áreas de proteção ambiental. Trabalhou-se com observações, relatos e registros fotográficos feitos em visita nos roçados e nas áreas de coletas de produto da floresta (Darbon, 1998; Oliveira, 1996). Tentou-se, desse modo, construir a percepção sistêmica que os trabalhadores têm da natureza. Buscou-se, ainda, estudar as tensões, conflitos e mesmo violências que permeiam as concessões para o uso da terra.

O trabalho de campo foi realizado num momento de muita expectativa para novos investimentos nas regiões do alto e baixo rio Cajari, seja para incentivo da economia

⁵ Para análise dessa categoria, seguir-se-á a definição de Torre (1983, p. 113): comunidade - caracteriza-se por abranger todo um círculo de pessoas que habitam uma mesma área geográfica, vivem e participam juntas, não deste ou daquele interesse particular, mas de todo um conjunto de interesses.

⁶ Respectivamente, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, e a Fundação Ford.

castanheira ou para a produção agrícola. Ela coincidiu com a devolução de uma grande quantidade de castanha ao Brasil pela Europa, devido elevado grau de toxidez (Telejornal, 2002), fato que feriu a imagem dos Mutran no exterior, o que criou expectativas em gerar maiores oportunidades para a comercialização direta com o mercado de exportação, o que poderia restabelecer a economia castanheira na região, ferida com as ações dos atravessadores e das experiências frustradas de algumas ações de desenvolvimento, muitas desempenhadas pelo Estado. De fato, essa circunstância fazia com que muitas famílias, ao invés de estarem na roça, ficassem em casa na ânsia da chegada daquele que traria recursos financeiros para a coleta da castanha daquele ano.

No baixo rio Cajari, a situação não era muito diferente. A promessa de instalação de uma unidade de beneficiamento do fruto do açaizeiro por parte da prefeitura de Vitória do Jarí dividia as atenções com a abertura de crédito pelo Programa Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX), através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e do Instituto de Assistência Técnica do Amapá (RURAP) e a reabertura da fábrica de palmito na comunidade Conceição do Muriacá. Fatos que facilitarão a pesquisa, não só pela disponibilidade de tempo para as entrevistas, mas também pela ansiedade e angústia gerada pela presença do pesquisador. Entretanto, esse novo momento permitiu que os moradores dessa RESEX falassem coisas que possivelmente não falaria em outras circunstâncias.

A descrição destes fatos reside na importância de explicitar as considerações emergentes no momento da pesquisa, visto que as técnicas de pesquisa, como propõe Neves (1981), são de sociabilidades, socialmente qualificáveis, em que apesar da mínima distância estabelecida entre o pesquisador e o entrevistado, sua percepção é fundamental para a compreensão das perspectivas identificadas e das conclusões elaboradas. Embora a realidade apresentada seja uma construção científica do imaginário (Berger, 1983; Demo, 1981), entende-se que com sua compreensão dar-se-á sentido aos fatos internalizados na realidade objetivada⁷. Assim, embora na prática haja grande variação do real imaginário, em relação à realidade empírica, essa construção é válida para a produção do corpo do conhecimento.

⁷ Conforme orientação teórica definida em Becker (1994).

O interesse mais geral pelo estudo dos agroextrativistas do Cajari refere-se à oportunidade de formação acadêmica, entretanto, antes de aparecer como um problema de pesquisa relacionado à contribuição para o estudo acadêmico das UC, as experiências vividas no estado do Amapá e a militância em movimentos de caráter ecológico, vividos na formação universitária, consolidaram a opção por essa área de estudo. A explicação de que se tratava de um estudo que viria atender as exigências para uma formação acadêmica, tomou-se aliada ao reconhecimento do trabalho realizado, o que o valorizaria, dada a especificidade do enfoque acerca da situação atual dos agroextratores. Aliás, a presença do pesquisador na reserva, impôs uma série de questões por parte dos agroextrativistas, as quais foram sempre prontamente respondidas.

Apesar das explicações dadas aos agroextrativistas, suas expectativas de que o responsável por esta pesquisa seria aquele pelo qual esperavam que trouxesse recursos financeiros não foram afastadas. De todo modo, esse momento contribuiu bastante no sentido de consolidar o interesse em responder ou participar das entrevistas então realizadas, o que pela circunstância levava a valorizar a participação. Entretanto, era comum em resposta ao tratamento dado, que pedidos de contribuição fossem feitos, mas no sentido de consultoria aos trabalhos realizados no campo. Desse modo, e seguindo o princípio de reciprocidade (Torre, 1983), alguns desses pedidos foram atendidos após o final do trabalho, em acordo com as representações das comunidades. Por outro lado, por mais que se tentasse, parecia que havia uma certa distância entre as perguntas feitas, as respostas e as realidades observadas, fato que talvez possa ser justificado pelo momento de mudanças políticas que o estado do Amapá passava,⁸ já que todas as informações poderiam sensibilizar as agências financiadoras, pois acreditavam que de uma delas o pesquisador fazia parte.

Todavia, apesar do estabelecimento dessas relações de troca, essa situação proporcionou um certo controle sobre o comportamento do pesquisador e sobre o destino que se daria aos dados, de modo a não prejudicar as comunidades. Nesse sentido, poucos informantes se referiram ao seu rendimento de forma quantitativa, com receio de que medidas poderiam ser tomadas no sentido de inviabilizar os recursos pretendidos (empréstimos, assistência técnica para as lavouras e outros) ou que pudessem criar

⁸ Ano de eleição para o governo do estado do Amapá, Legislativo estadual e federal.

mecanismos de apropriação de excedentes através de impostos e taxas. Do mesmo modo, agiu-se com as informações oriundas de conversas informais estabelecidas com os produtores. E também foi feito com aqueles que relutavam em apresentar as atividades de roçado que eram por eles implementados, sem a autorização do IBAMA.

As intervenções nas comunidades e nos agrupamentos familiares foram sempre intermediadas por lideranças locais que, por sua vez, mantinham relações com os agentes da prefeitura⁹ que moravam no local. Essa estratégia permitiu a constituição de um grupo de informantes a partir das relações já estabelecidas, possibilitando assim o desenvolvimento do trabalho proposto. Conseqüentemente, entrevistou-se trabalhadores de grupos de ação pertencentes a relações horizontais, já que se encontravam unidos por relações de parentesco ou colocados sob relativa aproximação do grupo social. Buscou-se, ainda, observar a ação dos grupos, integralizando as unidades de produção com relações estabelecidas no processo de produção.

As mencionadas situações de campo foram constituídas a partir de objetos de reflexão da produção intelectual e científica, sendo no momento da pesquisa pensada como produção acadêmica a partir das contribuições de Oliveira (1996). Este autor ressalta o saber olhar, ouvir e escrever na apreensão dos fenômenos sociais levantados na investigação empírica, sob a missão de desvendar as particularidades que se escondem por trás das atividades agroextrativistas na RESEX Cajari. Sob a orientação de Oliveira (1996), o olhar e o uso de recursos fotográficos foi estimulado pelas contribuições de Darbon (1998), em que justifica o uso das imagens nas pesquisas por darem um tratamento mais expressivo sobre a realidade, podendo ser lida como um texto a partir de uma criação interpretativa do imaginário¹⁰. Assim, a trajetória do pesquisador deu-se nos territórios guiados pelas águas dos rios Cajari e Muriacá, com estadas nas comunidades estabelecidas as margens desses rios. Por sua vez, a pesquisa de campo foi realizada entre os agroextrativistas que vivem às margens dos rios, lagos e igarapés dessa região, diferenciados em vários grupos. Entretanto, a identidade entre eles é construída com ênfase nas percepções das dimensões políticas que tenham maior significação. Para tanto,

⁹ Praticamente todas as lideranças locais tinham vínculos trabalhistas, estabelecidos sob a forma de contrato, com as prefeituras ou agências de desenvolvimento.

¹⁰ As fotos que aparecem no texto dizem respeito à parte centro-sul da RESEX Rio Cajari, pois quando a pesquisa foi realizada na área dos castanhais, a autorização do CNPT/IBAMA ainda não tinha sido liberada.

percorreram-se as localidades durante várias semanas em que se esteve no campo, quando se contou sempre com a colaboração de lideranças locais.

As contribuições intelectuais de Rosa Acevedo, Edna Castro¹¹ (1998) e os diálogos formais e informais com Delma Pessanha Neves e Ligia Simonian – esta também na condição de orientadora – tiveram valor especial na produção deste trabalho. A construção do objeto, bem como a delimitação e os procedimentos metodológicos aplicados fizeram-se com base nas informações tomadas dessas autoras, sob a orientação da Dr^a. Ligia Simonian, além de pesquisas bibliográficas e estudos realizados na construção do projeto de pesquisa. Essa escolha justifica-se pelo preparo intelectual dessas autoras, indispensável neste exercício de pesquisa, uma vez observada essa carência na formação acadêmica de um engenheiro agrônomo.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS QUANTO AO AGROEXTRATIVISMO, EXPLORAÇÃO FAMILIAR E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As discussões em torno do meio ambiente, colocam as RESEX no contexto das discussões recentes no Brasil sobre modelos de desenvolvimento que permitam o uso sustentável dos recursos renováveis. A importância de sua consolidação (teórica) reside no fato de ser uma experiência que além de garantir a preservação das florestas, permite a exploração dos recursos florestais pelas populações que tradicionalmente vivem deles, mediante um plano de ação e manejo dos recursos naturais (Allegretti, 1994 e 1996). Entretanto, essa idéia é questionada por alguns autores sobre sua eficiência econômica e seu papel nessa nova ordem de desenvolvimento, isso sem levar em consideração a discussão que a comunidade internacional tem feito acerca do meio ambiente, e em particular sobre o futuro da Amazônia (Amin, 1997). Desse modo, serão a seguir, discutidas algumas contribuições a respeito de temáticas que circundam o assunto e que estão pautadas nas discussões sobre a relação meio ambiente e sustentabilidade do agroextrativismo.

¹¹ Referências feitas por essas autoras à construção da pesquisa realizada em Trombetas (Acevedo, Castro, 1998).

2.1 A EXPLORAÇÃO EXTRATIVISTA E A ECONOMIA DE AUTOCONSUMO

Um ponto básico dessa construção teórica, parte da constatação de que a atividade extrativista se confunde com o período nômade da humanidade, evoluindo para a formação das primeiras sociedades agrícolas até os tempos atuais. Para Amin (1997), Allegretti (1994) e Homma (1996) o extrativismo vegetal vem sendo praticado como atividade principal e/ou complementar por famílias que vivem em áreas de florestas, e em particular na Amazônia. Portanto, o extrativismo tem, ao longo da história da humanidade, garantido a sobrevivência das populações residentes em áreas de florestas.

A viabilidade histórica da prática extrativista, como atividade principal na estratégia de sobrevivência de populações tradicionais é retificada por vários autores, como Bastos (1975), que mostra a saga de negros fugitivos e desbravadores do Trombetas. Assim diz o autor:

Os negros cultivavam a mandioca e o tabaco (o que eles vendem passa pelo melhor); colhem a castanha, a salsaparrilha, etc. Às vezes descem em canoas e vem ao próprio porto de Óbidos, à noite, comerciar as escondidas; com os regatões que sobem o Trombeta, eles o fazem habitualmente (Bastos, 1975, p. 119-120).

É importante destacar que a Amazônia, como trópico úmido, forma um ambiente peculiar cujas condições ecológicas não se podem confundir com outros ambientes de climas temperados e subtropicais. Nessa região, as populações indígenas, quilombolas etc., criaram e implantaram uma cultura perpetuada durante séculos (Acevedo, Castro, 1998; Posey, 1987; Simonian, 1997), cujos padrões de avaliação próprios não podem ser desconsiderados e generalizados, principalmente, nas transferências e aplicações das mudanças da base tecnológica do processo produtivo.

Apesar de ser considerada uma economia fadada ao fracasso, como no entender de Homma (1996) e, comumente, descrita como uma atividade dos povos primitivos pouco a pouco substituída pela atividade agrícola, esse é um estereótipo que se transmite à sociedade a partir da imagem da gênese do "homo sapiens". O sistema extrativista, nessa perspectiva, é definido como atividade destinada a coletar os produtos da floresta tem permanecido até os dias de hoje como uma das principais atividades econômicas da Amazônia, condicionando a região à posição de simples espaço territorial

produtor e exportador de produtos primários de origem vegetal, animal e mineral (Homma, 1996). Entretanto, ao término do último milênio, na Amazônia brasileira, o extrativismo é algo totalmente diferente de tal padronização estereotipada. Autores como Allegretti (1996), Simonian (1999) e Posey (1987) têm demonstrado a importância da atividade extrativista para a economia das populações que tradicionalmente vivem em áreas de florestas. Para esses autores, o extrativismo é um conjunto de atividades econômicas de grupos sociais que não exclui a incorporação de tecnologias nem a transformação e agregação de valor aos produtos; pelo contrário, abrange atividades agropastoris, extrativas e silviculturais, atingindo não só os processos produtivos, mas também os ecológicos e os de comercialização.

É verdade que a atividade extrativa também foi e continua sendo responsável por inúmeros desastres ambientais e sociais, como a ação das madeiras e a extração de minérios nos solos amazônicos, muitas dessas ações, de responsabilidade dos grandes projetos que se instalaram na região (Acevedo, Castro, 1998; Almeida, 1989; Miranda, 1988; Pinto, 1986). Entretanto, tem-se registrado estratégias de reprodução e adaptação social das populações que vivem na floresta através da organização de calendários agrícolas baseados na extração de produtos naturais ritmados pelos ciclos das espécies e do deslocamento de espaços em busca de novos territórios (Acevedo, Castro, 1998). Precisamente, quanto à RESEX Cajari:

[...] de janeiro á junho - época das chuvas - a principal atividade no Alto Cajari é a coleta da castanha quando toda a família, direta ou indiretamente se envolve no preparo, limpeza e coleta dos frutos (Sr. Raimundo, 2001, i. v.; Benjamin, 2001, n. c.).

Nota-se ainda, indícios que registram a participação de famílias indígenas na formação dos castanhais no Amapá (Simonian, 2001a). Portanto, a conclusão de que as práticas agroextrativistas geram somente impactos negativos ao meio ambiente é, no mínimo, errônea quando analisada sobre a ótica da produção familiar.

Segundo Villar (1997) e Filocreão (1992), do ponto de vista dos sistemas de produção, o autoconsumo apresenta-se maior entre as unidades que dependem basicamente das produções de cultivos temporários. Em geral, nestes sistemas de cultivos predominam as culturas alimentares e em menor escala entre os sistemas mais especializados, voltados

para a exploração só de culturas permanentes. Nestes sistemas, o extrativismo vegetal e animal entram como atividade complementar para a renda familiar. Entretanto, no entender de Libonate (1985), os recursos naturais de origem vegetal se constituem em riqueza potencial de real importância, a partir do momento em que se verifica a necessidade de encontrar novas oportunidades agrícolas, baseadas não apenas em produtos tradicionalmente explorados. Nessa perspectiva, os produtos nativos podem oferecer oportunidades de exploração econômica compatíveis com as condições ecológicas, possibilitando ocupação racional com desenvolvimento regional.

Desse modo, é de se concordar com o que é apresentado por Anderson (1994), Rueda (1995) e Sampaio (2000) quando afirmam que o extrativismo tem reais chances de tornar-se uma base produtiva do desenvolvimento da Amazônia ocidental. Nesta direção, há ainda de se analisar a histórica inviabilidade econômica com os cálculos dos custos ambientais e, além do mais, na ocupação recente da Amazônia abriu-se, por razões econômicas e sociopolíticas, um espaço importante para o extrativismo e para a produção familiar. Entretanto, entende-se que este novo extrativismo deverá incluir elementos outros como progresso técnico, diversificação, sustentabilidade e organização familiar da produção.

No que diz respeito à economia familiar dos povos amazônicos, o extrativismo foi e continua sendo uma atividade de primordial importância, representada em todos os tempos e circunstâncias como um pano de fundo de toda uma socioeconomia regional. Para Wisniewski (1983), uma atividade tão persistente arraigada na tradição da Amazônia tendo em vista o revestimento florístico da mata de grande porte em cuja formação figuram espécies de produção altamente valorizada. Essa região pode ser também compreendida pela escassa densidade demográfica propiciando ao extrator, uma possibilidade de explorar uma grande área física, dado que torna a atividade extrativa uma prática de natureza ultra-extensiva; podendo ser justificada, por fim, pela natureza do homem amazônico, descendente direto ou por miscigenação com o índio.

Embora no Cajari, a expansão do extrativismo mercantil e o crescimento da produção agropecuária tenham crescido de modo bastante limitada, tanto a pequena produção, como a voltada para o mercado de exportação, tem sido viabilizada pelas políticas implementadas pelo Estado a partir da criação da reserva. Após a fase de criação e implementação da RESEX, os sistemas de produção incluem, além da coleta de castanha e

da agricultura de pousio para culturas anuais, a produção de culturas perenes e a pequena criação de grandes e pequenos animais. Para Castelo (1999), em estudo realizado na RESEX Chico Mendes, a evolução desses segmentos dependeu muito dos modos particulares de produção e condução dos estabelecimentos agrícolas, a partir da integração com os fatores condicionantes à criação da reserva como: as políticas agrárias, o território ocupado e os determinantes agroecológicos. Por isso, a dinâmica da pequena produção só pode ser entendida no contexto da orientação comercial e na manutenção da segurança alimentar.

A análise da diversidade dos sistemas de produção agrícola, principalmente a familiar, é confundida até hoje pela *visão padronizadora* da pequena produção rural como agricultura itinerante, migrante ou nômade. Nota-se, que essa visão considera somente a produção de culturas anuais no sistema de derruba e queima determinado pelos fatores ecológicos, econômicos e sociais, permitindo apenas esse tipo de sistema de produção - o de curta permanência - devido à queda da fertilidade do solo além dos condicionantes tamanho de terra e quantidade de mão-de-obra. Essa visão justifica o baixo rendimento da produção familiar, explicando a hipótese de que essas áreas, usadas dessa maneira, são abandonadas rapidamente e vendidas aos grandes proprietários para grandes plantios.

Hurtienne (1999) contraria essa visão ao afirmar que, tanto no passado como na atualidade, os sistemas de produção da pequena produção não podem ser reduzidos ao cultivo de culturas anuais em sistemas de pousio, por indicar um grau de complexidade, sobretudo pela importância das culturas perenes em áreas reduzidas, os quintais com árvores frutíferas e a criação de animais de pequeno porte. Dessa maneira, as inovações tecnológicas propostas ou incrementadas em áreas de desenvolvimento, principalmente quando tratadas em espaços de reservas ambientais, deverá ser baseada em uma análise realista e sistemática dos processos de produção, dentro de um contexto construído a partir de inúmeras decisões tomadas dentro de uma lógica participativa e democrática.

2.2 AS POLÍTICAS PARA O USO DOS RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Até recentemente, pensar em política florestal para a região, associava-se à prática de proteção. Entretanto, a dificuldade para executar essa política esteve sempre presente na fragilidade da estrutura de fiscalização e no conflito gerado pelo próprio governo em incentivar atividades incompatíveis com a região (Allegretti, 1996). Surge então, com as RESEX, uma nova alternativa de proteção e gestão dos recursos naturais, garantindo a produção e a reprodução das populações que tradicionalmente desenvolvem atividades econômicas de subsistência, baseadas no extrativismo vegetal.

Apesar da tese de que o extrativismo é uma economia fadada ao fracasso (Homma, 1996), sua persistência ou "sobrevida" tem durante vários anos estimulado a hipótese de sua eficiência econômica, podendo garantir não somente acúmulo de capital, mas também melhorias de vida para a população, que explora tal atividade e um melhor aproveitamento dos recursos naturais. Segundo Allegretti (1996), há tempos as atividades econômicas desagregaram o ambiente e não aumentaram a renda regional, ao passo que quando implementadas deveriam ser concebidas em acordo com as prioridades regionais. Então, deveriam ser adotadas medidas estruturais, como o zoneamento ecológico-econômico e políticas setoriais, econômicas e sociais que permitam uma reconciliação entre o uso do potencial do recurso existente e uma adequada distribuição de renda. Apesar do debate, a respeito da viabilidade econômica, as RESEX surgem no final do século XX, tornando-se alternativas viáveis para o desenvolvimento da Amazônia.

A eficiência econômica no uso dos recursos públicos nas aplicações sociais e ambientais coloca para o Estado seu principal desafio nesta nova era da globalização. Para Homma (1996), não se pode esquecer que na Amazônia vive uma população de significativo contingente, que ainda depende diretamente da atividade extrativa para sobreviver, e que o Estado deve atender essas populações em educação, saúde, estradas e outros benefícios sociais. Entretanto, segundo o mesmo autor, colocar o extrativismo como opção de desenvolvimento à Amazônia constitui em uma temeridade.

Depois de examinar as dimensões políticas do extrativismo vegetal na Amazônia, Homma (1989) faz uma distinção entre o extrativismo "predatório" e o "não-predatório" (exemplo: a extração de madeira e a coleta de castanha, respectivamente) e

uma análise dos efeitos desse processo nos recursos extrativos, como a domesticação e a descoberta de sintéticos, ambos decorrentes da dinâmica da demanda e da oferta de mercado. Em geral, o crescimento de mercado e o progresso tecnológico fazem com que a domesticação e a busca de sintéticos sejam induzida; como exemplo dessas tendências, Homma (1996) menciona a economia da borracha. Portanto, no entender desse mesmo autor (Homma, 1989), o extrativismo vegetal representa uma base muito fraca para o desenvolvimento humano. Note-se que, para este autor, o extrativismo é uma economia que está fadada a desaparecer em face do aumento de mercado para bens processados e o surgimento de outras alternativas econômicas, entre muitos outros fatores, e qualquer tentativa de apoio ao extrativismo vegetal seria mais no sentido de prolongar sua agonia.

Entretanto, várias são as críticas à análise do extrativismo baseada na economia neoclássica, isto é, da perspectiva dos produtos e mercados, da oferta e demanda, dos compradores e vendedores considerados como atores racionais, isolados do contexto social e político, que condicionam e determinam variações na economia. Allegretti (1996) sugere um conjunto de conceitos e propostas alternativas no qual o extrativismo é analisado numa perspectiva de "economia ecológica", onde os recursos naturais são vistos como capital e sua conservação como uma função do valor dos recursos escassos e não somente da disponibilidade de tecnologia. Um exame das atividades como a extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) (Allegretti, 1996, Simonian 2001b) e do açaí (Simonian, 1999) sugere que as atividades extrativas não podem ser analisadas exclusivamente em termos econômicos, já que elas também desempenham uma função social e ambiental. Incluem-se, também, análises sobre o desenvolvimento das reservas extrativas através de sistema agroflorestais, da introdução de tecnologias para promover o enriquecimento da cobertura vegetal e a utilização de áreas de cerrados para plantações perenes, assim como projetos para o processamento industrial dos produtos florestais.

A participação do Estado, no sentido de gerir políticas públicas, de modo a conduzir um melhor aproveitamento dos recursos e garantir as melhorias de vida da população torna-se fundamental para consolidação da sustentabilidade nessas áreas. Entretanto, segundo Simonian (2000), o Estado tem-se portado de modo autoritário nas relações que estabelece com as populações locais. Segundo esta autora, as políticas voltadas às áreas de reservas têm sido meramente impostas (Simonian, 2000). Aliás, vários têm sido os autores que em seus trabalhos vêm evidenciando a luta de populações

tradicionais para manter a sustentabilidade de seu ambiente e das condições sócio-econômicas das políticas impostas pelo Estado e das frentes de expansões industriais (Acevedo, Castro, 1998; Pinto, 1986; Simonian, 1997; Simonian, 2000). Desse modo, uma reflexão das implicações políticas e econômicas, no papel desempenhado pelo Estado, é justificada por dar-nos a noção da "viabilidade sustentável" no modo de produção e reprodução sociocultural das populações tradicionais.

Apesar da diminuição do Estado na sua visão pós-moderna e neoliberal, constata-se um novo momento de articulação da relação Estado-sociedade-natureza, principalmente após a Eco-92 (Simonian, 2000). Apesar das políticas voltadas às ações para conservação do ambiente terem sido implementadas no mundo antigo e medieval (Simonian, 2000), o mesmo sempre foi tomado como fonte de recurso para responder as necessidades da humanidade e da economia exploratória e antiambiental¹. Em termos de projetos de cultivo, da criação de gado e dos projetos de mineração, a Amazônia era vista como uma região de fronteira de recursos para interesses econômicos localizados fora da região. Para Allegretti (1996), as atividades implementadas neste período foram destrutivas para o meio ambiente e desastrosas para a sociedade. Portanto, as políticas implementadas na Amazônia precisavam inverter esta perspectiva e serem planejadas em harmonia com o meio ambiente e com as prioridades da população, sejam econômicas ou sociais.

2.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O EXTRATIVISMO VEGETAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O pessimismo acerca das teses que propõem o desenvolvimento a partir do crescimento da economia extrativista em áreas de florestas parece questionar o papel e o potencial dessa atividade nas estratégias de desenvolvimento da Amazônia. Entretanto, o acesso a informações, o respeito pelo meio ambiente, o controle dos custos, a pesquisa e a introdução de tecnologias apropriadas e a verticalização da produção, tornou-se a base das estratégias governamentais no que se refere à RESEX. A tomada da consciência ambiental passou a se impor, também, pela importância da preservação e manutenção das reservas ambientais, estando esta ligada ao desenvolvimento das populações que vivem nessas

áreas, o que exige atitudes inovadoras, respeitando a diversidade da agricultura familiar principalmente os contrastes regionais e suas diferenciações econômicas, sociais e organizacionais.

Para a criação de uma RESEX, importa cumprir alguns requisitos formais/legais. Segundo Silva (2003), há de se ressaltar a condição de que essa modalidade de reserva é de "interesse ecológico e social", em que pese o ponto de vista dos que vivem no local. Note-se, segundo este autor, que esta categoria de UC pressupõe a implementação de políticas públicas voltadas à resolução das demandas advindas das populações locais. Dessa maneira, acredita-se na premissa, de que para enfrentar os desafios do desenvolvimento local sustentável, deve-se sistematizar os elementos que compõem a dimensão da especificidade local que se planeja atingir, centrando esforços na participação e na descentralização dos aparelhos decisórios.

2.3.1 A construção de um ideário: a sustentabilidade

As preocupações por parte da comunidade internacional sobre o modelo de desenvolvimento adotado no último século, têm colocado o futuro das florestas e da biodiversidade como um dos temas centrais dos fóruns de discussão sobre sustentabilidade e gestão dos recursos naturais. Para Martins (2000), o agravamento dos problemas sociais que cercam os países desenvolvidos e subdesenvolvidos é produto do modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas e que pode ser caracterizado como "insustentável". Essa situação, indesejável, de destruição dos recursos naturais, atingiu o espaço rural que, de norte a sul do país, concentra dados alarmantes de pobreza.

Influenciado pelos blocos econômicos, a discussão sobre a sustentabilidade ganha corpo com a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, com a idéia de harmonizar as dimensões econômicas, sociais e ambientais, com vistas a assegurar as necessidades das gerações futuras, refletindo como contraponto para amenizar as conseqüências de um modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico. Entretanto, para Daly (1991), o desenvolvimento sustentável é uma adaptação feita por parte de uma sociedade, que ao tomar a consciência da necessidade do não-crescimento econômico, viu a urgência de substituição do modelo atual, não sustentável. Estas iniciativas incentivaram uma série

de discussões dispostas a estabelecer uma estratégia política capaz de gerar desenvolvimento, a partir dos princípios da harmonização homem/natureza.

Após a euforia da Eco-92, sabe-se hoje que a sustentabilidade não é algo pronto e acabado, apesar deste conceito ser muito empregado para justificar diferentes racionalidades, gerando profundas contradições. Por exemplo, segundo Martins (2000) e Fenzl (1998), usando o ponto de vista termodinâmico, o desenvolvimento pressupõe produção de bens e serviços, e, portanto consumo de energia, desse modo não se pode alcançar a *sustentabilidade* numa natureza onde o fluxo de energia, cuja entropia, tende inexoravelmente ao máximo. Conforme Daly (1991), o desenvolvimento sustentável não pode ser usado como sinônimo de *crescimento econômico*, pois crescer significa *aumentar de tamanho* enquanto que *desenvolver* seria tornar-se diferente, de modo que desenvolvimento sustentável pode ser entendido como desenvolvimento sem crescimento (num sentido válido para a economia).

Ainda, é de ressaltar-se que debaixo desse imenso guarda-chuva – o desenvolvimento sustentável –, estão aqueles com a intenção de harmonizar a natureza, a economia e a sociedade, além daqueles que em nome do mercado correm em direção contrária, mas talvez de maneira mais contundente (Martins, 2000). Portanto, a sustentabilidade está sendo construída no embate dentre forças do livre mercado e da que é inspirada pelo princípio da valorização do homem e da natureza, numa motivação mais ecológica. Em tal contexto, surgiram várias propostas de modo a refletir as realidades integradas com o processo de desenvolvimento.

Nessa direção, Fenzl (1998) propõe que a análise da sustentabilidade, nos sistemas abertos, pode ser quantificada pelo balanço energético, resultado do processo de produção. Segundo Daly (1991), o desenvolvimento sustentável pode ser analisado pelo melhoramento qualitativo de uma base econômica física mantida em uma base estável por um fluxo de matéria-energia que não ultrapasse as capacidades de regeneração e assimilação. Para Martins (2000), a idéia da sustentabilidade permanece num processo de construção onde valores como expansão, competição, dominação e quantidade, deve dar lugar para os valores de conservação, cooperação, parceria e qualidade. Nota-se que varias têm sido as propostas que visam estabelecer alguns indicadores que possam ser usados nas análises da sustentabilidade. E, de acordo com Simonian (2000), há de observar-se que as populações tradicionais, como as agroextrativistas, muitas vezes conflitam com as forças

que impõem a insustentabilidade dos processos produtivos, embora, eventualmente possam com elas compactuar.

Nos últimos anos, várias ações têm sido desenvolvidas por agentes representativos do Estado e/ou ONG nacionais e internacionais na tentativa de estabelecer propostas com ênfase no desenvolvimento sustentável local. Martins (2000) e Fenzl (1998), chamam atenção à necessidade da análise dessas ações para que se possa diferenciar os modelos insustentáveis. Segundo Martins (2000), os mesmos se travestem na sustentabilidade e em seu nome falam, planejam e executam, perpetuando e acentuando as desigualdades sociais, comprometendo o meio ambiente e a situação socioeconômica das famílias. Busca-se, uma análise das ações de desenvolvimento promovidas pelo Estado e/ou ONG.

Apesar das fortes evidências de muitas dessas ações terem gerado e adaptado inovações tecnológicas capazes de contribuir, significativamente na melhoria das condições de vida dos camponeses aumentando sua segurança alimentar, fortalecendo a produção de subsistência, gerando fontes de renda e trabalho, a sustentabilidade não pode ser alcançada bruscamente, sua consolidação é difícil, mas não impossível. Para autores como Martins (2000), Fenzl (1998) a sustentabilidade coloca no plano da resistência um modelo centrado exclusivamente no mercado, mesmo no momento atual onde fica revelada sua fragilidade nas crises em todas as dimensões sociais, econômicas ou ambientais. E, na concepção de Daly (1991), é impossível que a economia cresça o suficiente para solucionar os problemas da pobreza e do meio ambiente, desse modo há limites para o crescimento econômico. Portanto, a busca do desenvolvimento sustentável está sendo pensada dentro de um desenvolvimento capitalista sustentável (Daly, 1991). Ainda no entender de Martins (2000), a atual fragilidade do quadro institucional do capitalismo, que legitima sua insustentabilidade, pode estabelecer uma nova ordem social possibilitando a criação de um novo Estado, um novo mercado, uma nova governabilidade, garantindo um futuro, um equilíbrio entre o ambiente e o desenvolvimento.

2.3.2 Desenvolver ou proteger? Uma perspectiva para a preservação da Amazônia

Apesar do reconhecimento da necessidade de admitir-se o conceito de desenvolvimento sustentável numa nova ordem de desenvolvimento e na relação homem/natureza, cresce ainda a preocupação com o meio ambiente e, em particular, com o efeito estufa¹² e a perda de biodiversidade das espécies animais e vegetais que habitam as florestas mundiais. Essa situação coloca a preservação¹³ da floresta Amazônica no contexto das discussões nacionais e internacionais, aumentando as dimensões do debate a respeito do desenvolvimento sustentável da Amazônia (Cavalcanti, 2002). Ambientalistas e desenvolvimentistas ressaltam que cresce com este quadro a importância da Amazônia, não só pelas suas dimensões e riquezas naturais, mas porque os estudos e pesquisas sobre o futuro da humanidade estabelecem um papel crucial desta região na resolução ou no agravamento dos problemas ambientais pelo qual a humanidade vem passando no início do século XXI.

É óbvio que diante desta configuração existem aqueles que temem pela extinção da floresta amazônica e, conseqüentemente, da vida em nosso planeta admitindo que essa relação do homem/meio ambiente tem sido nociva para ambos e que o momento é de defesa e reverência à natureza excluindo assim a presença humana para fins de exploração. Há portanto, uma enorme preocupação mundial sobre o destino que daremos à Amazônia, a qual, importa assinalar, além de reserva de recursos naturais é também espaço de ocupação de populações que tradicionalmente vivem dos recursos florestais. Desse modo, levar a cabo a temeridade de integração homem/meio ambiente dentro de princípios ecológicos e limites fixos de exploração da natureza, constitui em um certo equívoco pela inevitável crise de insustentabilidade ecológica e social. Isso pode motivar ainda mais a colisão homem *versus* meio ambiente, nos diversos cantos do planeta.

¹² Que significa o aquecimento do planeta e que implica a emissão diária de gases tóxicos, principalmente nas grandes cidades e pelas indústrias.

¹³ Diegues (2001) chama a atenção para a distinção conceitual entre "conservação de recursos naturais" que significa a exploração de forma sustentável dos recursos, enquanto que "preservação" diz respeito à reverência à natureza, excluindo, portanto, a presença humana para fins exploratórios. Neste trabalho estaremos usando os termos referidos no sentido descrito acima.

Em trabalho realizado por Cavalcanti (2002), ressalta-se que pensar em preservação da floresta Amazônica implica em considerar duas possibilidades. A primeira, nos moldes americanos, chamada de "*proteção estrita*", que apesar do alto custo financeiro e social, além da dificuldade de implantação de uma política dessa natureza, seja pelo processo regulatório, seja pelo aparato de fiscalização do Estado, seus defensores assumem que a manutenção da diversidade biológica só é possível com a exclusão do homem, ou seja, argumentam que a presença das populações tradicionais é incompatível com o objetivo da preservação das diversidades biológicas. A exemplo do que se referiu Cavalcanti, Romeiro (1995) diz que a preservação da floresta amazônica não implica em custos intoleravelmente altos, representados pela insuficiência da produção agrícola. Ao contrário, a não preservação da floresta, para acomodar esses excedentes,¹⁴ é que representaria um custo intolerável em termos de perda de biodiversidade e outros serviços ambientais da floresta.

E sobre a presença de populações sobreviventes em áreas de florestas, assim sugere o autor:

No entanto, existe uma situação de fato que é a presença de uma população residente na região, já que boa parte desta depende, pelo menos em parte, da substituição da floresta por sistemas agrícolas para sua sobrevivência¹⁵. Impedí-los de fazê-lo em nome da preservação da floresta certamente implicaria custos intoleráveis. Nesse caso, essa necessária perda da área florestada deve ser minimizada por meio de desenvolvimento de sistemas agropecuários intensivos, de alto rendimento por hectare (Romeiro, 1995, p. 16).

Desse modo, para Romeiro (1995), o desenvolvimento agrícola não pode ocorrer em detrimento da floresta amazônica, a se considerar a quantidade de terras agricultáveis disponíveis em outras regiões, onde a floresta original já não mais existe, fazendo-se necessário preservar essa floresta. Uma das estratégias possíveis para se viabilizar essa proposta é a delimitação de áreas a serem protegidas sem a presença do homem ou, ainda, de acordo com L. Simonian (2003, i. v.), a utilização das áreas de florestas já destruídas na própria Amazônia.

¹⁴ Romeiro (1995) se refere a excedentes demográficos.

¹⁵ Considera que são limitadas as possibilidades de absorção dessa população em atividades extrativas e de manejo florestal que preservam, integralmente, as funções ecológicas básicas da floresta (regulação climática, reciclagem de nutrientes, ciclo de carbono etc.) e, parcialmente, os benefícios da biodiversidade. Ver notas de rodapé em Romeiro (1995, p. 16).

A segunda possibilidade, apresentada por Cavalcanti (2002), ressalta a preservação da floresta como parte de uma política de desenvolvimento regional, o que implica não só considerar a presença das populações tradicionais, mas, sobretudo, pensar uma política ambiental que seja viável, baseada no conceito de desenvolvimento sustentável. Para Allegretti (1994), é neste contexto que adquire especial relevância a proposta de criação de RESEX na Amazônia, espaço territorial protegido pelo poder público e destinado à exploração sustentável dos recursos naturais, por populações que, com tradição, usam os recursos nativos da floresta. Essa proposta procura combinar desenvolvimento econômico, social e ambiental dentro de uma lógica de proteção dos recursos naturais.

É importante lembrar que, no caso específico da Amazônia, o enorme contingente de famílias que vivem há várias gerações dos produtos oferecidos pela floresta, e que suas ações pouco têm a ver com a crise ambiental pela qual se passa no início deste século XXI. Mais: com a criação das RESEX surge uma alternativa de combinar desenvolvimento social como uma das principais conquistas em direção ao desenvolvimento sustentável na região. Assim, tomam-se estas alternativas não apenas para a exploração racional dos recursos naturais mas também, para a conservação da biodiversidade e minimização do problema fundiário na região. Em trabalho realizado por Nepstad (1997), em que avalia o empobrecimento biológico da floresta amazônica promovido pelas ações das populações tradicionais (exploração de produtos não madeireiros), indústrias madeireiras e a pecuária extensiva,¹⁶ nota-se que essas três atividades causam impactos similares no empobrecimento biológico de natureza qualitativa, ou seja, todas três reduzem as populações das espécies de animais e vegetais.

Entretanto, a ação dos povos da floresta de longe é a que causa maior prejuízo ambiental, quando comparada com essas outras duas atividades. Diz o autor:

Todas os três reduzem as populações das espécies nativas vegetais e animais e a cobertura florestal. Entretanto, a extração de PFNM,¹⁷ extingue apenas um pequeno número de espécie de plantas e animais e permite o restabelecimento da floresta a uma taxa comparável a regeneração florestal de uma clareira provocada pela queda natural de uma árvore. A extração madeireira e a pecuária alteram centenas e até milhares de espécies, removem

¹⁶ Segundo esse autor, essas duas últimas atividades são as principais alternativas ao extrativismo.

¹⁷ Produtos Florestais Não Madeireiros – PFNM.

aproximadamente metade da cobertura florestal. A convenção da floresta em pastagem, praticada por madeireiros, pecuaristas e, em menor extensão, extrativistas, é das atividades discutidas a que causa maior empobrecimento biológico. (Nepstad, 1997, p. 311-312).

Porém, para alguns autores, as populações que normalmente habitam as áreas de florestas tropicais e outros ricos ecossistemas são potencialmente ou, mesmo necessariamente, mais predatórias que qualquer outra atividade produtiva (Maciel, 2003). Uma versão desta teoria é apoiada pela argumentação da "tragédia dos comuns" (Crowe, 1969), segundo a qual o acesso coletivo aos recursos naturais levaria à inevitável destruição dos bens naturais. Autores como Allegretti (1996), Simonian (1999) e Posey (1987) apontam uma visão oposta, afirmando que as populações das florestas são conservacionistas guiados pela gestão costumeira que sempre exerceram sobre a natureza, de maneira equilibrada e eqüitativa.

Entre essas posições, é de se enfatizar a mudança introduzida nas análises sobre a Amazônia no que diz respeito à percepção de que ali, a natureza oferece ao homem uma infinidade de alternativas de exploração econômica, todas presentes nos ecossistemas típicos das florestas tropicais. E, nesse contexto, admite-se que a natureza, em seu potencial e especificidade, tem valor econômico para o homem, não podendo se vista senão como componente central do desenvolvimento (Lima, 2000; Allegretti, 1994). Este cenário reforça o debate suscitado pela importância crescente das RESEX, não só como proposta baseada nos princípios da sustentabilidade mas, sobretudo, pelas suas especificidades: na proposta de preservação da floresta com a presença do homem. Considera-se, então, o pressuposto de que as RESEX representam um modo específico de organização social da produção, isto entendido de um modo amplo, que comporta desde o processo de trabalho até a gestão comunitária da produção, conformando uma política ambiental peculiar, ou seja, um misto de uso de instrumentos econômicos, de comando e controle dos recursos naturais.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DA REGIÃO DO VALE DO RIO CAJARI.

A análise histórica da evolução socioeconômica da Amazônia ressalta que desde os primórdios da ocupação até os dias atuais o extrativismo foi sempre uma atividade de grande importância para o seu desenvolvimento. É verdade que o extrativismo nessa região jamais conseguiu criar um modelo economicamente estável, mas permite a sobrevivência de homens que ousaram desbravar essa vasta região, embora lhes oferecendo condições de vida primitiva. Desse modo, procura-se, a seguir, reportar o processo histórico da ocupação da Amazônia, seu desdobramento e implicações nesta nova dinâmica estabelecida com a criação das RESEX. De acordo com Allegretti (1996) e Homma (1993), essa alternativa foi elaborada articulada e proposta a partir do movimento socioambiental dos seringueiros.

3.1 O EXTRATIVISMO VEGETAL E O CENÁRIO AMAZÔNICO

As especificidades da economia gomífera, notadamente, o acesso à terra e seu uso, são determinantes para a estruturação dos processos produtivos do extrativismo relacionado a esse recurso, que dominou por décadas seguidas ou interrompidas a economia amazônica. A tomar-se o entendimento de Cavalcanti (2002) a respeito, o mesmo pode ser estendido os processos atuais do extrativismo vegetal na região. Neste sentido, se pretende verificar os elementos fundamentais, existentes no padrão de desenvolvimento estabelecido atualmente, os quais figuram desde o início da ocupação amazônica.

Essa volta ao "*passado*", tenta verificar as implicações do ecológico/cultural nessa nova proposta de desenvolvimento, como a propriedade da terra e os sistemas de produção atualmente empregados. Por outro lado, apesar de acreditar que para o entendimento da ocupação recente do Amapá, e toda a problemática daí derivada, não pode ser completamente apreendida através do processo mais geral de ocupação do espaço amazônico; de fato, é preciso retomar a origem e os elementos constitutivos da

consolidação da economia extrativa na Amazônia como um todo. Uma tal perspectiva permitirá, por certo, a apreensão das especificidades amapaenses.

O primeiro modelo econômico implementado na Amazônia, segundo Wisniewski (1983), foi garantido por imigrantes portugueses no fim do século XVII, período em que se começou a explorar e a exportar as especiarias da floresta amazônica, conhecidas na época como "drogas do sertão".

[...] entre as drogas do sertão figuravam os seguintes produtos: salsaparrilha, sassafrás, cacau, canafistula, pita, urucu, canela, algodão, cravo fino e grosso, baunilha, quina, puxiri, casca preciosa, sementes oleaginosas e madeiras (Reis, 1960, p. 68).

Esse ciclo ocorre nos marcos do sistema colonial e será esse conjunto de relações entre a metrópole e a colônia que irá definir, pelo menos inicialmente, o processo de ocupação da região amazônica.

Pedroso (2003) diz que, esse processo foi uma resposta imediata às tentativas expansionistas de holandeses, franceses e ingleses na região. Segundo Cavalcanti (2002), enquanto os soldados trataram de expulsar franceses, ingleses e holandeses, os colonos cuidaram de implantar os primeiros núcleos de ocupação permanente, que serão responsáveis pela extração vegetal das especiarias e produtos consumidos principalmente na Europa. Nesta primeira fase, segundo Wisniewski (1983), a floresta se apresentava como uma exuberante e inesgotável fonte de produtos de valor econômico, além do mais, a mão-de-obra necessária para realizar este tipo de trabalho apresentava-se com pouca resistência.

O índio embora dócil e não submisso para ser escravizado, aceitava, até certo ponto, a tarefa de vagar pela mata na procura e coleta de produtos nativos de valor econômico (Wisniewski, 1983, p. 7).

Portanto, nesta primeira fase do extrativismo, os índios representaram a primeira e única força de trabalho capaz de realizar o trabalho de coleta das especiarias amazônicas. Essa fase da economia amazônica entra em decadência com a expulsão dos jesuítas no fim do século XVIII, o que, de acordo com Reis (1953), provocou a desorganização do sistema de exploração de mão de obra indígena.

Desse período, Pedrosa (2003) retoma os registros que revelam as presenças dos holandeses próximo ao município de Almeirim:

Na época da ocupação holandesa, várias fortalezas ou pequenas feitorias eram construídas de madeira e muito simples que eram erguidas próximas às aldeias indígenas com o intuito do comércio (Pedrosa, 2003, p. 66).

Ainda, segundo esse autor, tanto ingleses quanto holandeses, por diversas vezes invadiram a região com o apoio dos índios. E segundo Wisniewski (1983), com a decadência do extrativismo de especiarias, a produção agrícola começa a ganhar maiores proporções no reinado de D. José, criando em 1755, a Companhia de Comercio do Grão Pará e Maranhão, com a finalidade de estabelecer o monopólio da navegação, comércio exterior e do tráfico de escravo.

Como decorrência, a Amazônia experimentou um momento de crescimento econômico representado pela intensificação da produção e exportação do cacau, café, algodão e pelo crescimento da pecuária. Por sua vez, a economia, antes incipiente e de subsistência, passou a desempenhar efetivamente o papel de fornecedora de produtos junto aos mercados europeus, consolidando internamente o que ficou conhecido como fase de valorização da Amazônia (Cavalcanti, 2002). Entretanto, apesar da tentativa de se ter "[...] grandes lavouras de produto de exportação como o cacau, a cana de açúcar que faziam a riqueza de outras regiões da colônia, a monocultura jamais alcançou a mesma importância" (Ribeiro, 1970, p. 21) que a apresentada pela exploração dos recursos naturais da floresta.

Com o término das guerras napoleônicas e recuperado o equilíbrio econômico da Europa, "[...] a morte de Pombal e o conseqüente fim da companhia" (Cavalcanti, 2002, p. 82) o comércio dos produtos de exportação da Amazônia começaram a entrar em crise. Segundo Benchimol (1966) citado por Wisniewski (1983), em 1853 a exportação de produtos agrícolas no Amazonas já havia desaparecido em favor da primitiva economia florestal, notando-se uma pequena participação da borracha que começava a aparecer nas estatísticas do comércio exterior. Assim, a base da economia amazônica voltava a ser a exploração de especiarias da floresta. Começa neste período a explosão da economia seringueira.

3.2 O CICLO DA BORRACHA E A EXPROPRIAÇÃO DE TERRA E TRABALHO

Com o início da exploração da borracha,¹⁸ no final do século XIX, as terras, antes dedicadas à agricultura, são abandonadas progressivamente, levando a uma crise no setor de abastecimento de alimentos da região. Nesse momento, segundo Cavalcanti (2002), a agricultura "*sucumbiu*" em face ao sonho de enriquecimento rápido e fácil, mas efêmero. Essa situação de mobilização quase que total, da força de trabalho disponível para ser ocupada numa única atividade, a extração do látex e o preparo da borracha, fez com que milhares de aventureiros de todo o país, especialmente do nordeste, migrassem para a Amazônia com a idéia fixa de ganhar muito dinheiro e regressar para a região de origem. Deste modo, a Amazônia brasileira, que até então vinha passando por um processo lento de ocupação, baseado em atividades bem definidas (coleta extrativa das drogas do sertão e uma agricultura paralela), começa a sofrer transformações importantes.

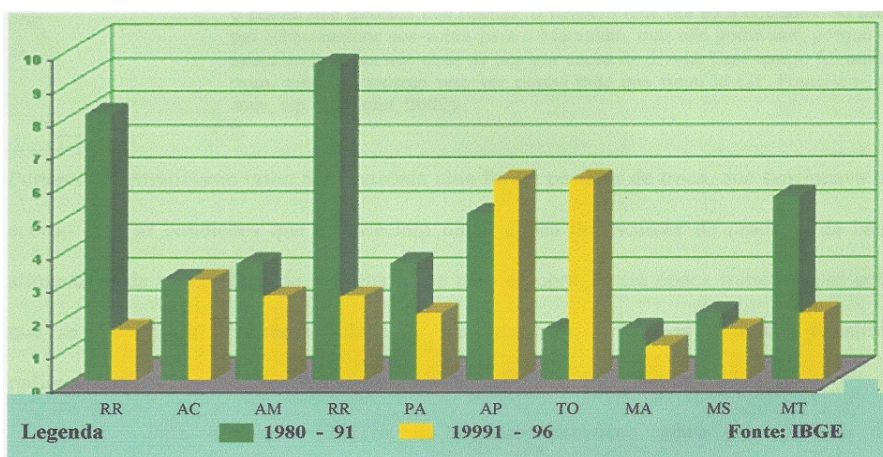


Figura 2: Taxa média de crescimento anual para os estados da região – 1980/1996. Fonte: Instituto, 2003.

Estima-se que mais de meio milhão de pessoas se deslocou para a região com o objetivo de se incorporar à extração do látex (Furtado, 2000). Com um crescimento demográfico da

¹⁸ O aparecimento da vulcanização em 1839, descoberto por Charles Goodyear e, principalmente, a invenção dos pneumáticos por Dunlop em 1888 (Castelo, 1999), como também a invenção do automóvel e a massificação do uso da bicicleta, onde a borracha constituía-se na matéria-prima fundamental, são os fatores responsáveis pela grande "corrida" às fontes fornecedoras dessa matéria-prima, notadamente para a Amazônia que possuía grandes densidades de seringueiras. Esta região, então, toma-se a principal fornecedora mundial.

ordem de 1.000%, ao longo do século XX, a população elevou-se de cerca de 17 milhões em 1900, para quase 147 milhões em 1991 (Castelo, 1999). Como o monoextrativismo da borracha torna-se a principal atividade econômica, um grande esforço é estabelecido em busca dessa nova riqueza. Assim, a Amazônia passaria por nova onda de inserção na história do capitalismo mundial.

Entretanto, esse processo de ocupação econômica, se caracteriza por um acelerado movimento de expropriação e concentração de terras por comerciantes que se tornam seringalistas, submetendo a população residente a trabalhos compulsórios, com o uso da violência e o sistema de aviamento (Pinto, 1986). Sobre isto, assim diz um morador da RESEX Cajari:

Nós chegamos aqui faz um tempão, eu e meu pai, viemos pra trabalhar, mas o patrão não deixava nos plantar, o negocio dele era só a borracha. Aí meu pai achou melhor nos voltar para o Maranhão, mas não podia sair, porque se saísse os homens iam atrás de nós por causa da dívida. Esse tempo foi muito ruim, meu pai morreu sem ver minha mãe que ficou lá (Sr. Francisco, 84 anos, 2002, i. v.; Benjamin, 2002).

Portanto, o extrativismo criou na Amazônia uma modalidade peculiar de troca, que funcionava de acordo com as condições que prevaleciam numa época de escassez de produtos da base alimentar e da necessidade de importação de mão de obra. Nessa época, trabalhava-se pelo que se necessitava, sobretudo alimentos, medicamentos, vestuários e alguns utensílios rudimentares.

Para Simonian (2001b), na maior parte das vezes, os registros históricos sobre este período do extrativismo na Amazônia têm somente dado importância à maciça migração de homens para o trabalho no processo de produção da borracha. Nessa perspectiva, desconsidera-se a participação das mulheres nessa fase do extrativismo na Amazônia. Ainda, segundo esta autora, enquanto pouco se diz ou evidencia sobre o trabalho das mulheres nos seringais, existem muitos testemunhos descrevendo inúmeros abusos sexuais e de crueldade por parte dos seringalistas e de seus prepostos.

Aliás, não é difícil imaginar que a população não recebia nenhum tipo de benefício, que o sonho de enriquecimento fácil tomou-se realidade para poucos e que a grande maioria, uma vez iniciada a relação com o patrão, dificilmente tinha condições de voltar a sua terra de origem, pois os seringueiros recém engajados já começavam sua nova vida devendo o custo da passagem para o seringal, recebendo os primeiros suprimentos

como adiantamento do trabalho, tornando maior a sua conta. Segundo Wisniewski (1983), até o fim do "fabrico", a dívida geralmente crescia tanto, que a produção da borracha era incapaz de amortizá-la. Isso acontecia devido o elevado custo pago pelas mercadorias, aliado à condição ingênua do seringueiro analfabeto. Nestas condições, é que se moldou o "comércio aviador" em diversas modalidades, o que incluía a ação do ambulante regatão.

De acordo com Maciel (2003), a Inglaterra, percebendo que a expansão da produção de borracha dependia exclusivamente do surgimento de novas áreas de exploração, logo tratou de investir em plantios racionais para produção de borracha vegetal nas suas colônias asiáticas, cujos primeiros empreendimentos ocorreram já em 1876 através de sementes pirateadas do Brasil, por Henry Wickham. Desse modo, a partir de 1912, uma grande quantidade de borracha plantada começa a ganhar espaço no mercado mundial, a preços imbatíveis na competição com a borracha nativa. A economia da Amazônia se vê novamente envolvida por uma crise.

Essa situação, segundo Filocreão (1992), esfacelou o sistema de aviamento, gerando muitas falências, provocando uma migração para as capitais amazônicas, causando inúmeros problemas sociais com o aumento do número de favelas. Nesse período, aos que insistiram em permanecer na Amazônia, após a perda do monopólio brasileiro na economia da borracha, a castanha-da-amazônia foi, de fato, a atividade que permitiu a sustentação da economia regional, além, é claro, da agricultura, que volta a ganhar espaço com a queda do monoextrativismo. O que faz lembrar as afirmações de Nepstad (1997), que sob a ótica da exploração familiar, o extrativismo se processa a partir da exploração de vários produtos nativos, em que pese suas raízes a fatores econômicos relacionados ao imperativo de sobrevivência dos extratores. Portanto, na medida em que não há mercado para certos produtos ou os preços não são compensadores, as famílias buscam novas alternativas econômicas, dentre elas a atividade agrícola.

Apesar da crise gerada pelo crescimento dos seringais asiáticos, a Amazônia tem, com o surgimento da segunda guerra mundial, uma nova promoção mundial dos seringais nativos, muito destes incentivados por acordos feitos entre os Estados Unidos da América (EUA) e o Brasil. Desta vez, o governo brasileiro se responsabiliza em estimular ao máximo a produção de borracha, de forma a aumentar as exportações. De acordo com Filocreão (1992), o governo brasileiro além de financiar e adquirir a safra dos comerciantes e intermediários, subsidiou a alocação de mão-de-obra com mais de cinquenta e cinco mil

nordestinos, em que pelo menos quinze ou vinte mil deles perderam suas vidas nos seringais ou nas brenhas da floresta. Dessa forma, esta análise do agroextrativismo considera os diversos sistemas de exploração econômica de produtos nativos da floresta, não cabendo uma análise para o incentivo ao sistema monoextrativista.

Findada a segunda guerra, os seringais asiáticos voltaram a dominar o mercado mundial, criando uma nova situação de crise para o extrativismo amazônico. Esses fatos levam os EUA a tomarem a iniciativa de encerrarem seus negócios relacionados com a produção de borracha na Amazônia (Cavalcanti, 2002). Segundo Wisniewski (1983), neste período esgotaram-se os recursos financeiros não só para o financiamento à produção como até para o pagamento da borracha adquirida. Desse modo, o Brasil volta a sua condição anterior, a de comprador assíduo de borracha natural, uma realidade até certo ponto improvável no início do século XX, época em que monopolizava o comércio mundial de borracha.

No começo da década de 1970, o governo brasileiro toma certas iniciativas no sentido de diminuir o volume de exportação de borracha natural para o mercado interno, decreta a Lei n. 1232, de 17 de julho de 1972, criando o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (PROBOR), com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade do setor de borracha vegetal e criar condições para a consolidação da expansão da hevicultura brasileira, com a substituição gradativa dos seringais nativos pelo cultivo racional (Wisniewski, 1983). Essa iniciativa levou atualmente, a tímida participação dos estados da região amazônica na produção nacional de borracha, como mostra o Quadro 1, em detrimento às crescentes áreas plantadas em outras regiões do país, como mostra o Quadro 2. Apesar dos estímulos, este fenômeno é especialmente sentido nas reservas extrativistas.

Quadro 1: Ranking descendente da quantidade produzida de borracha (látex coagulado) no ano de 2001.

UF	Ton	UF	Ton	UF	Ton
SP	62666	MA	1650	PR	508
MT	36040	PA	1465	RO	313
BH	19864	TO	1402	AM	16
MG	7218	AC	1046	RJ	5
ES	7019	MS	845		

GO	3272	PE	764		
----	------	----	-----	--	--

Fonte: IBGE - produção agrícola Municipal.

A partir de então, desenvolver e integrar a Amazônia tomara-se uma das preocupações do poder público, criando vários instrumentos legais no intuito de incentivar e acelerar o processo. Nota-se, que a ocupação de imensas áreas amazônicas com pasto e gado constitui uma realidade nos dias de hoje.

Além do mais, foi graças a iniciativas governamentais que os grandes projetos se instalaram na região, em especial o projeto Jari, no sul do Amapá, além da criação de colônias agrícolas ao longo das grandes rodovias amazônicas. É sobre estas condições que as populações extrativistas se aliam aos movimentos ecológicos nacionais e internacionais no intuito de garantir a preservação e o direito de uso das florestas. Essa situação é favorecida no final da década de 1980 pelo rápido fortalecimento das pressões acerca do meio ambiente, pelas pressões dos movimentos sociais, em especial dos seringueiros, e pela morte do líder sindical Chico Mendes. Esse movimento culmina na proposta de criação das RESEX como alternativa de desenvolvimento para a Amazônia.

Quadro 2: Área plantada (ha) de borracha.

UF/Região	ANO / produção											
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
RD	-	161	765	949	1.571	1.783	730	899	537	193	219	377
AC	-	-	-	-	-	800	846	978	602	622	932	474
AM	46	-	540	540	540	540	28	28	28	28	28	28
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	2.925	3.089	2.365	2.148	1.922	1.597	1.572	921	1.974	1.857	1.947	2.400
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	625	686	835	194	775	805	805	215	790
Norte	2.971	3.250	3.670	4.262	4.719	5.555	3.370	3.601	3.946	3.505	3.341	4.069
MA	76	139	196	256	536	615	795	1.244	1.244	1.244	1.264	1.285
PE	-	-	-	-	89	104	169	468	429	80	353	431
BA	13.517	14.015	17.633	16.721	16.827	14.497	15.790	19.487	25.169	21.709	26.768	31.883
Nordeste	13.593	14.154	17.829	16.977	17.452	15.216	16.754	21.199	26.842	23.033	28.385	33.599
MG	-	120	208	204	117	223	1.118	1.228	1.709	1.705	1.936	2.195
ES	429	768	2.877	3.031	3.775	4.504	4.329	4.717	5.169	5.518	5.890	5.921
SP	3.717	6.270	10.143	13.546	15.421	16.716	20.083	23.193	25.974	27.719	28.543	29.343
Sudeste	4.146	7.158	13.228	16.781	19.313	21.443	25.530	29.138	32.852	34.942	36.369	37.480
PR	-	-	-	-	-	-	35	158	230	261	218	264
Sul	-	-	-	-	-	-	35	158	230	261	218	264
MS	-	-	-	-	-	-	-	177	202	399	511	516
MT	42.931	19.509	13.165	16.940	20.555	20.988	24.154	17.123	19.563	23.470	26.198	23.007
GO	-	-	-	-	191	81	235	235	2.206	2.250	1.565	1.619
C. Oeste	42.931	19.509	13.165	16.940	20.746	21.069	24.389	17.535	21.971	26.119	28.274	25.142
BRASIL	63.641	44.071	47.892	54.960	62.230	63.283	70.078	71.631	85.841	87.860	96.587	100.554

Fonte: Dados do IBGE, especialmente os da produção agrícola municipal.

3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL DAS RESEX NA AMAZÔNIA

Com efeito, a partir da crise da borracha, desenvolver e integrar a Amazônia tornou-se uma das grandes preocupações para o governo brasileiro. Para Silva (1990), as transformações ocorridas na Amazônia, a partir de 1955, resultadas de políticas desenvolvimentistas implementadas principalmente para expandir a fronteira agrícola incentivando a pecuária extensiva e a instalação dos grandes projetos, modificaram as relações sociais locais existentes na Amazônia, levando à desestruturação da atividade extrativista. No entender de Maciel (2003), a situação provocada pelo declínio da economia da borracha aliada à tentativa de transformar a floresta na última fronteira agrícola do país fracassou, juntamente com os projetos de assentamentos tradicionais inadequados para os ecossistemas da região Amazônica. Além do mais, vários são os trabalhos (Acevedo, Castro, 1998; Amin, 1997; Coelho, 2000; Simonian, 1999) que ressaltam os impactos negativos às populações residentes em áreas de florestas e ao meio ambiente gerados com a instalação dos grandes projetos.

Como resultado, as cidades amazônicas foram surpreendidas com a migração de milhares de famílias extrativistas oriundas dos antigos seringais. Essa situação provocou de acordo com Costa (1992), um acréscimo populacional insuportável nas cidades amazônicas, com o agravamento de problemas sociais como saúde, educação, segurança e saneamento básico. Portanto, as ações desenvolvimentistas do Estado para a Amazônia, a partir de 1955 até o final da década de 1980, marcaram um modelo de ocupação que se mostrou ineficaz, caro e altamente degradador ao meio ambiente.

No entender de Oliveira (2001), entre os diversos métodos utilizados pelo Estado para a conservação da natureza, a criação de UC vem sendo cada vez a que mais se destaca enquanto estratégia de preservação, em que pese nessa estratégia a primeira proposição de criação de UC em 1876, por André Rebouças para a criação dos Parques Nacionais (PARNA) da Ilha do Bananal e de Sete Quedas. Entretanto, a primeira UC criada no Brasil foi o PARNA de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, em 1937, com base no Artigo 9 do Código Florestal de 1934, segundo os moldes estadunidenses (Oliveira,

2001). No entanto, a proposta de RESEX, conforme Allegretti (1994), Silva (2003) e Maciel (2003), posiciona-se dentro de um processo de organização social que se formou ao redor das reivindicações dos seringueiros remanescentes dos antigos seringais. No dizer de Cavalcanti:

Ao se recompor a trajetória das RESEX, vê-se que, num primeiro momento, os seringueiros tratavam de garantir direitos sobre a terra, o que não impediu a inclusão de outros elementos à luta política, para então conformar o quadro que se consolidou com a incorporação das lutas ambientais e o contato, como seria natural, com o movimento ambientalista internacional (Cavalcanti, 2003, p. 8).

Desse modo, tal proposta não foi apenas para substituir um modelo de desenvolvimento regional falido e insustentável, mas, constituiu-se num movimento de resistência das populações tradicionais pela permanência e uso dos recursos das florestas. Nota-se que essa nova proposta redefine as relações sociais e culturais estabelecidas com os seringalistas, reativando a economia baseada no extrativismo tradicional que, dessa forma, se coloca como uma nova realidade cultural e de vida para os povos da floresta, estabelecendo e redefinindo uma nova relação seres humanos/natureza.

Criadas no início dos anos de 1990, as Reservas Extrativistas apresentam-se hoje como alternativas ao sistema de assentamento na Amazônia (ver Quadro 3). Trata-se de áreas extensas, de propriedade da União e geridas coletivamente pelas populações residentes, destinando-se a atender as necessidades sociais e ambientais, assegurando a preservação das florestas, permitindo a exploração por seus moradores. Para o IBAMA, através do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNTPT), segundo Pedro Ramos, representante do CNS/AP (2001 i. v.; Benjamin, 2002 n. c.), “[...] o objetivo do movimento é tornar viável a RESEX e com elas a possibilidade de realizar a conservação da biodiversidade em gestão compartilhada entre Estado e Sociedade”. Essa foi a motivação encontrada pelo CNPT, para executar o Projeto RESEX, que aconteceu no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), com o apoio da União Européia.

Quadro 3: RESEX e Projetos de Assentamentos Extrativistas na Amazônia.

Nome/Tipo	Localização	Ano de criação	Área (há)
Chico Mendes /RESEX	Acre	1990	976.570
Alto Juruá/RESEX	Acre	1990	503.186
Ouro Preto/RESEX	Rondônia	1990	204.583
Rio Cajari/RESEX	Amapá	1990	481.560
TOTAL/RESEX			2.165.899
Antimari/PAE	Amazonas	1989	260.227
Maracá III/PAE	Amapá	1989	226.500
Terruã/PAE	Amazonas	1989	139.295
Maracá I/PAE	Amapá	1989	75.000
Santa Quitéria/PAE	Acre	1988	43.247
S. Luis do Remanso/PAE	Acre	1989	39.752
Riozinho/PAE	Acre	1989	35.896
Figueira/PAE	Acre	1987	25.973
Cachoeira/PAE	Acre	1989	24.973
Maracá II/PAE	Amapá	1989	22.500
Porto dias/PAE	Acre	1989	22.145
TOTAL PAE			915.508
TOTAL GERAL			3.081.407

Fonte: IBAMA/CNPT.

Convém ressaltar, que é adquirido na proposta RESEX um outro sentido, mais amplo e colado às diversas propostas de desenvolvimento regional, quando vistas como parte da questão ambiental. Vê-se, então, que essa nova proposta de gestão dos recursos naturais não trata apenas uma questão pontual, nem tampouco é simplista, mas implica em uma questão mais complexa, dada sua importância no que se refere ao gerenciamento das florestas, notadamente, quando se refere a diversos e múltiplos interesses.

O modelo de desenvolvimento proposto pelas RESEX representa, segundo Simonian (2000) e Allegretti (1996), uma iniciativa audaciosa de conservação do meio ambiente. Com este modelo, que prevê a co-gestão destas áreas protegidas entre governo e

sociedade, as populações locais, deixaram de ser vistas como ameaças para se tornarem aliadas do processo de conservação ambiental. É notável que a proposta da RESEX trata de respeitar a vocação original da Amazônia, onde a presença humana sempre foi uma constante, com populações indígenas e extrativistas, que além de viverem há gerações na floresta, conhecem seus segredos e sabem como gerenciar seus recursos (Allegretti, 1994; Maciel, 2003; Simonian, 2001a). No entanto, não basta apenas criar reservas extrativistas, é essencial, conforme Kitamura (1999), que a necessidade social internalize os benefícios da economia agroextrativista em favor das comunidades nativas da região amazônica que, normalmente, ficam apenas com os custos de preservação da floresta.

3.3.1 A Reserva Extrativista do Rio Cajari, sul do estado do Amapá

O reflexo do processo de ocupação na Amazônia faz-se sentir até hoje no cenário e nas configurações socioeconômicas do Amapá, um espaço territorial e político, que só recentemente foi reconhecido como Estado, após a constituição de 1988. Segundo Mattoso e Fleischfresser (1994), no caso do Amapá, sua ocupação foi sempre marcada por interesses para resguardar a fronteira brasileira que tem sido estimulada pela exploração mineral, como o ouro e o manganês. Entretanto, foi somente com o ciclo da borracha e a instalação da Indústria Comércio de Minério (ICOMI), na década de iniciada em 1940, que houve um aumento na intensidade de ocupação, após a descoberta da jazida de manganês na Serra do Navio (Mattoso, Fleischfresser, 1994). Apesar disso, verificou-se que esse estado permaneceu num relativo isolamento que, se analisado pela problemática ambiental, pode ter se colocado como um fator positivo, quando comparado a outros estados da federação.

No Jari, sul do Amapá, o ciclo da borracha foi o período mais efetivo de ocupação, marcada mais tarde pela instalação do Projeto Jari. Segundo Pinto (1986), essa “região” era unicamente habitada pelos índios Waiana e Apalai, e mais tarde, com o ciclo da borracha foi atraindo migrantes, sobretudo do nordeste. Para Pedroso (2003), a região do Jari foi densamente povoada por populações indígenas no passado, a exemplo dos Waiãpi. Nota-se, então, a importância da economia extrativista na formação socioeconômica e cultural para os povos dessa região, onde a economia da borracha foi a

representante principal, numa época em que o capital comercial, com o incentivo do Estado brasileiro, extraía uma riqueza sem deixar, ou proporcionar, um aumento efetivo de acumulação nos sistemas de produção, responsáveis pela geração e coleta desses produtos da floresta. Entretanto, apesar de sustentar com grande euforia a economia da região, sua duração foi curta, o plantio de borracha da Ásia, a custo de produção mais baixo, desbancou o Brasil do lugar de maior exportador, e particularmente a economia Amazônica, causando uma profunda crise econômica na região.

Tal situação gerou uma nova organização no setor produtivo, forçando a economia extrativista, agora de subsistência e complementar da agricultura, pelo menos para àqueles que insistiram em ficar na floresta, encontrar novas formas de garantir seu sustento e reprodução de sua família. Nesse contexto, a economia da castanha-da-amazônia torna-se, até os dias atuais, o principal produto extrativo da Reserva. Contudo, como exposto anteriormente e tomando por base Allegretti (1994), Filocreão (1992), Mattoso e Fleischfresser (1994), os problemas causados pela crise da borracha, geraram um movimento de organização social que culminou, na década dos anos de 1980, na criação do CNS, fundamental para a criação e consolidação da RESEX Cajari.

Sendo a coleta de castanha, uma atividade realizada ao longo do ano por algumas famílias, sua maior produção fica praticamente concentrada nos períodos mais chuvosos do ano: janeiro a maio. O trabalho na roça fica praticamente por conta dos homens, cabendo às mulheres a responsabilidade do serviço doméstico. É, como posto por Simonian (2001a), importa que se ressalte que a participação das mulheres no setor produtivo da economia agroextrativista é mais evidente na extração da castanha, onde há participação de quase todos os membros da família, entretanto, há casos em que elas mulheres são responsáveis por toda a produção familiar.

Precisamente na RESEX Cajari, no passado, as mulheres chegaram a controlar áreas de castanhais das margens dos rios e igarapés, enquanto os homens se deslocavam para os castanhais de terra firme ou transportavam a produção (Simonian, 2001a). No entender de D^a. Anália:

Até hoje ainda coleta eu ajunto no mato, quebro, depois eu boto no
paneiro e carrego. Sei fazer o cambito o paneiro. Tudo eu faço.

Somente eu com minha neta de 12 anos é que coletamos a castanha. Há 27 anos eu vivo disso (D^a. Anália 64 anos, 2001, i. v.; Benjamin, 2001, n. c.).

E, ainda segundo Simonian (2001a, b), a participação da mulher na produção e na cultura castanheira da região é considerada importante, apesar da crise da economia extrativista dos últimos anos ter diminuído suas possibilidades de trabalho.

Essa mesma autora também reivindica o reconhecimento da importância das mulheres enquanto categoria, não somente na economia agroextrativista, mas também no campo da organização social. Precisamente, mesmo que tenham deixado de ser seringueiras, tais mulheres mantêm-se vinculadas às atividades extrativistas atuais e a outros fazeres produtivos, mas não têm tido atenção devida dos programas de desenvolvimento voltados para as áreas de florestas. No que diz respeito à produção da castanha, a referida autora destaca o envolvimento das mulheres nessa atividade na região sul do Amapá:

No Cajari, no passado, as mulheres chegaram a controlar áreas de castanhais das margens dos rios e igarapés, enquanto que os homens se deslocavam para os castanhais de terra firme, ou trabalhavam no transporte da produção. Por exemplo, em toda a área conhecida como Água Branca, precisamente nas margens do igarapé também chamado Rio Branco, as mulheres eram donas de castanhais ou de colocações (Simonian, 2001a, p. 125).

Desse modo, nota-se que, além da importância das mulheres no processo de reprodução social, sua presença nas atividades econômicas vêm-se tornando cada vez freqüente.

A execução desta última atividade aos interesses do latifundiário José Júlio, início do século XX, impuseram controle e violência na exploração deste recurso conhecido internacionalmente até hoje pela marca Jari, que de acordo com Pinto (1986), tinha poder de vida e de morte em toda a região do sul do Amapá. Por sua vez, Lins (1991) afirma que as atividades de José Júlio de Andrade estavam ligadas à superexploração da mão de obra da região, empregando o sistema de barracão, mantendo um contingente de trabalhadores em regime de semi-escravidão. Tal poder, que tinha apoio das autoridades em Belém, só começou a ser destruído a partir de uma revolta em 1928, em que um grupo de trabalhadores se apossou de um barco e veio à Belém denunciar os maus tratos que eram impostos naquela região.

De acordo com a documentação de Pedroso (2003), no domínio econômico desse coronel foram estabelecidos diversos pontos de apoio ou filiais, para onde convergiam os homens envolvidos na sua estrutura extrativista, localizados às margens do rio Jari; nas comunidades de Jarilândia, próximo ao Amazonas, e Santo Antônio, junto à cachoeira do mesmo nome. Deste período, Filocreão assim descreve o processo de coleta da castanha:

[...] o trabalho da castanha começava em outubro, quando se deslocava os homens de confiança do seringalista para fazer o levantamento da produção dos castanhais levando equipe de trabalhadores para fazer os tratos culturais dos castanhais (queima da folhagem e limpeza do sub-bosque). Após o retorno dessa equipe de vanguarda eram montadas as turmas de coletores e animais necessários de acordo com o tamanho estimado da safra. Os comboios como eram chamados eram compostos por 03 coletores e 15 burros. A produção era transportada de dentro dos castanhais até o depósito central de cada área, daí transportada em barcos para os depósitos em Arumanduba, para ser deslocado para os locais de beneficiamento e comercialização. Nesta época se chegava a coletar 75.000 hectolitros de castanha da região (Filocreão, 1992, p. 73).

Em 1948, José Júlio vende suas terras a uma empresa extrativista portuguesa, o que segundo Lins (1991), provocou mudanças na organização do trabalho e na utilização dos recursos naturais.

Com os portugueses houve maior liberação,¹⁹ tanto econômica quanto política. Apesar de parcial, e sob o controle na comercialização, as práticas agrícolas em algumas áreas foram liberadas, abrindo uma nova etapa na economia agroextrativista. Note-se, neste aspecto, que tal parcialidade era justificada para o aproveitamento de todo o tempo na exploração da floresta. Tudo indica que essa liberação tenha ocorrido primeiramente nas regiões com pouco seringal, como o alto Cajari, permitindo que os trabalhadores se organizassem em pequenos vilarejos, que formariam as ocupações atuais da RESEX Cajari. Conforme posto por Filocreão (1992), essa fase do extrativismo vegetal durou até 1967, quanto o controle das terras e recursos é vendido ao milionário americano Daniel Ludwig, um empresário estadunidense, que então adquiriu e assumiu o controle das empresas Jari, instaladas estrategicamente pelos portugueses.

¹⁹ Na época de José Júlio, até a pesca era subordinada à sua autorização, não podendo ser negociada fora de suas áreas.

Essa mudança provoca modificações profundas que marcaram a formação sócio-econômica e política do sul do Amapá, onde o monopólio da compra dos produtos da floresta e da atividade da pequena agricultura é abandonado com a instalação do projeto Jari. Nesta perspectiva, a comercialização dos produtos florestais e agrícolas passaria para as mãos dos pequenos comerciantes e regatões, que dispunham de recursos para aviar mercadorias necessárias para viabilizar as atividades produtivas. Ainda, essas novas dinâmicas na gestão dos recursos naturais provocaram além dos problemas sociais, como o alto índice de violência, prostituição, deslocamentos populacionais; modificações profundas no cenário ambiental, com derrubadas de grandes áreas para o plantio de pinus (*Pinus spp*) para a fabricação de celulose e a expansão da pecuária, com a incorporação em novas áreas de várzea. Além disso, o conflito pela posse e o reconhecimento de direitos territoriais a ocupantes se mantém na região até os dias atuais.

Atualmente, no Cajari, após a criação da RESEX, a economia extrativista, principalmente a da castanha, ganha novos incentivos à exploração com as ações de políticas implementadas pelo Estado, onde uma grande quantidade de recursos públicos foi e continua sendo investida. Mas em que pese todo o apoio do Estado e das ações de ONG nacionais e internacionais, dificuldades continuam existindo, o que reforça a idéia da ineficiência das ações implementadas, o que inclusive foi assegurado por um dirigente do CNPT do Amapá, em julho de 2001 (Benjamin, 2001, n. c.). Com essa nova realidade criada a partir da reserva, mudanças tiveram de ser implementadas no que diz respeito ao gerenciamento dos recursos naturais, quando se impôs uma nova dinâmica na relação dos produtores com o meio ambiente, além disso, estabeleceu-se novas relações de poder nas comunidades.

Portanto, pode-se notar que apesar da estrutura criada, como as indústrias de processamento e beneficiamento, e do incentivo dado às representações dos produtores locais, a produção da castanha continua na mão de pequenos comerciantes e atravessadores, muitos sob o comando dos Mutran, empresários do estado do Pará. Sobre o comércio com esses empresários, assim se referiu um morador: "Nós vende prá eles porque eles é que pagam, a cooperativa não quer pagar a gente. Tão me devendo até hoje. Eles pagam pouco, mas pagam. No Jari, também tem um comerciante que compra, só que paga com mercadoria que a gente tira lá" (M. M., 64 anos, i. v.; Benjamin, 2002, n. c.). Além do mais, a agricultura ganha mais espaço com a crise pela qual passa a economia castanheira,

intensificando assim a atividade de corte e queima, característica da região. Em linhas gerais, a RESEX foi construída a partir de um processo histórico em que grupos de seringueiros tornam-se sujeitos desse processo, o que pode comprovar a importância da participação e organização popular, como ponto de partida para a garantia do êxito da política ambiental em áreas de reservas legais.

4 A PROBLEMÁTICA DA SUSTENTABILIDADE E AS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NA RESEX CAJARI

Neste capítulo, tenta-se apresentar o perfil socioeconômico e político dos atuais produtores agroextrativistas que ocupam a RESEX Cajari, sujeitos responsáveis direta ou indiretamente pela extração e exportação dos recursos florestais, sejam eles de origem animal ou vegetal. Ressalte-se que na tentativa de construir essa realidade, prevaleceu a preocupação em tentar mostrar a organização da produção agroextrativista, a partir das relações com outros atores sociais envolvidos na gestão e na distribuição de riquezas da reserva. Desse modo, as informações apresentadas abaixo são baseadas em resultado da pesquisa de campo desenvolvida na RESEX Cajari, nos anos de 2001 e 2002.

Assim, buscou-se explicitar os principais mecanismos de produção e reprodução social do agroextrativista familiar, congregando as formas de utilização da terra e da mão-de-obra a partir dos processos de mudanças na produção com a criação da RESEX. Vale lembrar, que não se trata de um trabalho comparativo do presente a partir da percepção do passado, mas tentar avaliar as condições sociais do presente, tendo em vista as perspectivas criadas com a intervenção da política de reserva. Todavia, é importante destacar que esses processos não são homogêneos e unilineares, mas modalidades múltiplas e diversas de expropriação dos recursos naturais, nem sempre identificadas como prática integrante do modo de produção, muitas vezes os mesmos são comuns aos pequenos produtores independentes das organizações sociais presentes na reserva, os quais são criados pela intensificação da divisão de trabalho.

Em face da dimensão territorial, da diversificação ambiental e da pluriatividade do agroextrativismo no Cajari, optou-se em apresentar esse estudo a partir da análise de duas subáreas da reserva, o alto e o baixo Cajari. O Quadro 4, abaixo, mostra as comunidades pesquisadas na Reserva.

Quadro 4: Comunidades pesquisadas na RESEX Cajari.

Comunidade		Famílias
Alto Cajari	Marinho	3
	Água branca do Cajari	9
	Acampamento	4
	Santa Clara	4
	Santarém	4

Baixo Cajari	Aterro	4
	Santa Helena	3
	Boca do Comércio (Monte Horebe)	4
	Conceição do Muriacá	5
	São Sebastião	3
	Terra Vermelha	1
	Retiro Conceição	2
	Santa Rita	3
	Itapereira	3
	Paraíso	4
	Lucrécia	1
TOTAL	57	

Fonte: Benjamin, 2002, n. c.

Desse modo, pensa-se facilitar a compreensão dos atores envolvidos e da diferenciação econômica e social existente entre essas duas áreas a partir da participação do Estado e da condicionante ambiental. Nesta posição, a qualificação dos dados dar-se-á mediante a contribuição de autores que compartilham conhecimentos através de trabalhos publicados com temas similares, a exemplo da relação seres humanos/meio ambiente, ou de trabalhos que ajudem a compreender as situações ora apresentadas. Assim, entrevistas, relatos e recursos visuais, também foram usados na tentativa de construir em texto a realidade dos agroextratores do rio Cajari.

Para tanto, esta pesquisa fez uso do enfoque multidisciplinar da ecologia humana (Morán, 1990), tomando as colocações²⁰ como unidade de análise. Há de salientar, ainda, que somente as pressões ambientais não determinam o comportamento, mas servem como fatores seletivos atuando nas diferentes alternativas disponíveis aos indivíduos. Portanto, nessa perspectiva, o processo adaptativo, serve como estratégia para solucionar uma série de limites impostos ao indivíduo, onde não inclui o ambiente físico ou cultural na sua totalidade, mas os processos interativos entre ambos e os resultados das respostas dos indivíduos às intervenções do Estado. Mas, neste ponto há de se observar também, e nesse sentido lembrando Marx ([1867] 1978, v.1), que as tensões, os conflitos e mesmo a violência, permeiam as relações humanas, inclusive aquelas que envolvem o ambiente, enfim, os recursos naturais. A Figura 3, abaixo, que segue, tem uma visualização das inter-

²⁰ Local onde vive o seringueiro. Corresponde à área onde o mesmo desenvolve atividades extrativistas.

relações que unem os homens ao ambiente, o que implica a formulação de planejamentos específicos e de estratégias de ação:

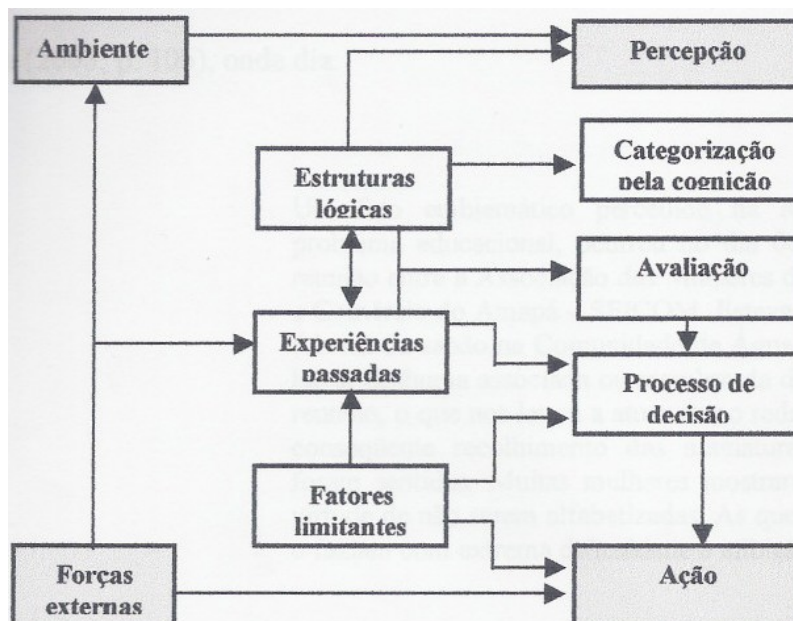


Figura 3: Modelo das Inter-relações seres humanos/meio ambiente (Morán, 1990, p. 82).

Nesta perspectiva de análise, como inclusive por to por Michelotti (2001), considera-se que o processo sistemático e do funcionamento dos processos de produção da relação seres humanos e meio ambiente tem se transformado continuamente, desde a criação da Reserva, numa resposta adaptativa que envolve múltiplos fatores.

Ainda no âmbito da metodologia, há de se atentar para as ambigüidades, contradições, principalmente as apreendidas entre o discurso e o observado em campo. Neste sentido, os trabalhos de Nepstad (1997) e Simonian (2000), dentre outros autores, ressaltam os problemas encontrados em áreas de reservas, que indicam limites tanto das populações tradicionais como dos agentes estatais. Questões como falta de informação, baixo nível educacional (formal), pobreza e toda sorte de abuso de poder, o que inclui a cooptação de lideranças, são algumas das responsáveis pelas dificuldades a inviabilizar a proposta de desenvolvimento sustentável em áreas de RESEX. Essa situação foi também evidenciada por Silva, onde diz:

Um fato emblemático percebido na RESEX Rio Cajari, referente ao problema educacional, ocorreu no dia 06/08/2002. Nesta data houve uma reunião entre a Associação das Mulheres do Cajari e a Secretaria de Industria e Comércio do Amapá - SEICOM. Estava em pauta a implementação de uma fábrica de sabão na Comunidade de Água Branca do Cajari. Na ocasião, não havia nenhuma associada ou membro da diretoria que pudesse lavar a

ata da reunião, o que nos levou a atuar como redator. Ao término das discussões e o conseqüente recolhimento das assinaturas das presentes, as dificuldades foram sentidas. Muitas mulheres mostraram-se bastante envergonhadas em virtude de não serem alfabetizadas. As que conseguiram “escrever” seu nome o faziam com extrema dificuldade e inibição (Silva, 2003, p. 106).

Assim, na RESEX Cajari, esses aspectos são igualmente considerados neste trabalho, os quais, em última instância, se remetem a um problemático desenvolvimento humano.

3.4 ASPECTOS GERAIS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI

As possibilidades de utilização dos recursos provenientes de áreas de reservas aparecem como uma nova proposta de gestão, constituindo espaço institucional com obrigações legais vinculados a distintas instituições, civis e estatais, com apropriação por parte das populações tradicionais, segundo suas necessidades e circunstâncias. Segundo Plano (1996), sob essa ótica, surge sob o decreto-lei n. 99.145 de 12 de março de 1990, a Reserva Extrativista do Rio Cajari, uma das quatro criadas pelo governo brasileiro no início da década que se iniciou em 1990, localizada no sul do estado do Amapá, com área aproximada de 481.650 ha (quatrocentos e oitenta e um mil e seiscentos e cinqüenta hectares). Nessa área,

[... o] clima é caracterizado por alta pluviosidade, com precipitação anual variando entre 2.300 mm e 2.400 mm. É nos meses de fevereiro, março e abril que acontecem as maiores chuvas, quando também se dá a maior produção de castanha, enquanto que entre os meses de setembro e dezembro, ocorre o período mais seco. A fauna da região da Reserva tem características bastante peculiares, dependendo do ecossistema onde ocorre, apresentando características bem diferentes quanto a seus hábitos, forma de alimentação etc. No ecossistema de Floresta Densa, verifica-se a presença de antas, cotias, preguiças, macacos e gatos, entre outros animais. No ecossistema de campos de cerrado ocorrem principalmente animais de hábitos terrestres como répteis, pequenos roedores, mamíferos herbívoros etc. O ecossistema de áreas ribeirinhas e de água doce apresenta uma fauna mais abundante, tanto terrestre quanto aquática como os jacarés, tartarugas, lontras, ariranhas, capivaras, anta, paca e grande quantidade de aves como marrecos, garças, sóias, patos, ariramba além de peixes dos mais variados (BRASIL. Instituto, 2001, p. 1).

O acesso às comunidades da RESEX Cajari, pode ser feito atualmente por via fluvial ou por via terrestre, através da BR-156 que liga os municípios de Macapá e Laranjal do Jari. No período chuvoso esse acesso é prejudicado, porém o tráfego não chega a ser interrompido. O tempo para o percurso de Macapá até a comunidade de Água Branca do Cajari, na reserva, é de aproximadamente 6 horas, podendo chegar a 10 horas dependendo das condições da estrada. Apesar da nítida importância desta estrada para a população local, pouco tem sido feito para a sua conclusão e/ou no mínimo a manutenção, tornando-a um perigo iminente para quem se aventura a trafegá-la.

A área, que abrange os municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão, e constitui a reserva, tem uma população que tradicionalmente vive da exploração da castanha-da-amazônia, da exploração de açacais, da pesca e da atividade agrícola, além de outros recursos florestais. Segundo Simonian (2001a), as mulheres têm participado da produção de açai e de palmito de açacheiro voltado para o mercado, porém, são mais os homens que em geral têm conduzido estas explorações. Embora os extrativistas sempre combinaram sua atividade com a caça, pesca e plantio de culturas alimentares, a crise na comercialização da castanha e especialmente da borracha (Michelotti, 2001, Simonian, 2011a, b), nos últimos 10 anos, os obrigou a aumentar suas atividades agropecuárias. Essa situação foi também evidenciada por Abreu (2000), em estudo sobre o PARNA do Jaú, estado do Amazonas, onde afirma que a roça era praticada para a subsistência das famílias mas, com a crise da economia da borracha, passou a ser considerada como o trabalho principal das famílias residentes nesta UC.

Esta procura de novas alternativas econômicas é a característica principal do extrativismo na RESEX Cajari, sendo que entre elas está a merecer especial atenção a agregação de valor aos produtos extrativistas, isso, mediante o beneficiamento primário nos lugares de produção. Observa-se, na Tabela 1, que a agricultura é a atividade que mais contribui para a renda no Cajari.

Tabela 1: Composição da renda familiar em reservas extrativistas (%).

		RESERVAS				
Fontes de Renda		Chico Mendes	Alto Juruá	Rio Ouro	Rio Cajari	Média
Atividade Agrícola	Agricultura	47,12	36,08	26,43	62,64	43,06
	Animais domésticos	8,92	10,80	19,69	14,92	12,08
	Sub-total	56,04	46,88	46,12	77,56	55,14
Atividade Extrativa	Borracha	29,56	20,60	50,96	0,76	25,57
	Castanha	8,62	-	-	3,63	3,06
	Palmito – Açaí	-	-	-	8,29	2,07
	Caça e Pesca	5,78	32,52	8,92	9,66	14,22
	Subtotal	43,96	53,12	59,88	22,34	44,92
TOTAL		100	100	100	100	100

Fonte: ECOTEC - Estudos de Pré-investimento - Projeto RESEX/PPG-7, 1994.

Apesar dos investimentos feitos pelo estado do Amapá na economia castanheira, como revelado por Simonian (2001), essa realidade pouco tem-se modificado. Inclusive, isso pode ser verificado na Tabela 2.

Tabela 2: Composição da Renda das familiar (%).

		RESERVA
Fontes de Renda		Rio Cajari
Atividade Agrícola	Agricultura	59,13
	Animais domésticos	10,41
	Sub-total	69,54
Atividade Extrativa	Borracha	0,12
	Castanha	9,81
	Palmito – Açaí	7,32
	Caça e Pesca	13,21
	Subtotal	30,46
TOTAL		100

Fonte: Benjamin, 2003, n. c.

Nota-se que as diferenças podem ser consideradas pouco significativas, no que se refere à contribuição da atividade extrativista da castanha, na renda familiar.

Nessa região, as principais concentrações populacionais, sob a forma de vilarejos, se formaram, com raras exceções, às proximidades dos barracões de aviamentos, no período áureo da borracha (Filocreão, 1992). Os dados referentes à população da RESEX em diferentes anos mostram claramente que de 1992 a 2000, a reserva perdeu população, conforme se pode observar na Figura 4, passando de 5.673 para 5.136. Essa intensa movimentação de população pode ser explicada, em grande medida, pela queda crescente do preço da castanha e pela falta de alternativas econômicas que se viabiliza a permanência.

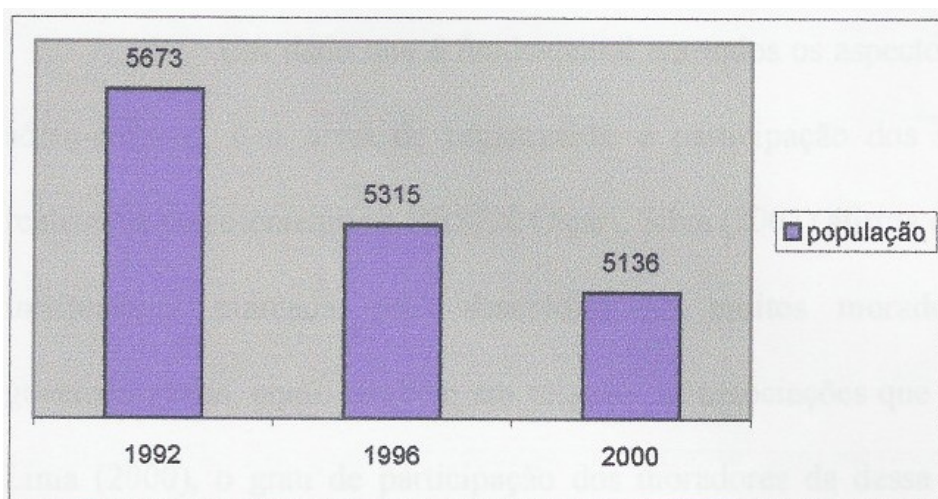


Figura 4: Crescimento populacional da RESEX Cajari no período de 1992 a 2000. Fonte: Amapá/SEMA, 2002.

A pesquisa de campo detectou que há uma ampla movimentação dos moradores da reserva, seja no interior da mesma, mudando de colocação para outra colocação, seja no deslocamento para áreas de assentamentos agrícolas do INCRA ou para a periferia das cidades de Macapá e de Laranjal do Jari.

Os dados da pesquisa indicam que 71,8% estavam naquela unidade vinda de outras colocações da própria reserva, 26,8% vieram de cidades amapaenses e 1,4% não prestaram informações. Uma possível explicação para esta alta rotatividade no interior da reserva, é que estes deslocamentos ocorrem pela busca constante de melhores condições de produção. Quanto aos deslocamentos para a cidade, apesar de não se dispor de dados precisos, é possível afirmar que a motivação é a mesma, no entanto, os que se deslocam

fazem parte do segmento mais jovem da população, que buscam novas oportunidades. Daí que os dados mostram um acentuado decréscimo populacional, sem, contudo, expressar mudanças significativas no número de famílias no interior da reserva o que significa que, em grande medida, são apenas membros da família que se deslocam.

Um dado que é fundamental em todos os aspectos da reserva, seja econômico ou sociocultural, é o nível de organização e participação dos seus componentes. Em estudos realizados recentemente na RESEX Cajari, Silva (2003) afirma que há uma crise de legitimidade institucional marcada pelo descrédito de muitos moradores em relação aos órgãos governamentais, como também em relação às associações que os representam. De acordo com Lima (2000), o grau de participação dos moradores dessa reserva nas instituições que os representam tem sido comprometido pela reduzida desenvoltura para transitar pelas estruturas burocrática, pela dificuldade em dividir responsabilidades e benefícios e pela profissionalização das lideranças locais. Já no dizer de Silva, a estruturação institucional de participação da RESEX Cajari:

[...] segundo relato de representantes locais, essa estrutura de participação somente funciona no papel. Na prática as coisas são feitas da própria cabeça ou dos técnicos do CNPT ou do próprio presidente das associações, como a ASTEX-CA. As reuniões, quando acontecem, são apenas para informar o que vai ser feito. Muitos projetos foram desenvolvidos sem qualquer consulta ou investigação prévia com as comunidades (Silva, 2003, p. 64).

Entretanto, alguns dados mostram avanços no que se refere ao campo institucional. Nos dias atuais, a RESEX Cajari está dividida administrativamente em três associações comunitárias, que de certa forma, facilitará a aproximação dos comunitários com as instituições que os representam. Isto é relevante, em especial a levar-se em conta, as grandes distâncias que separam as diversas unidades produtivas.

Por outro lado, este avanço é vital para a existência das reservas, haja vista a estruturação formal que exige a participação geral, como é o caso da elaboração do plano de utilização, que trata do planejamento das atividades produtivas em consonância com a conservação e o plano operativo anual. Esse último, um instrumento de planejamento no qual são estabelecidas as atividades anuais a serem executadas através de convênios com as associações (Plano, 1996.). São eles que estabelecem os compromissos assumidos pelo conjunto dos produtores de forma que, na ocorrência de financiamentos, estes são

estabelecidos com as associações em nome do conjunto de produtores que participam do evento. É claro que esses processos formais apresentam um grau elevado de dificuldades, o que é superado em grande parte pelo entendimento, cada vez maior, de que agroextrativistas estão construindo algo que lhes pertence.

Estas considerações permitem ressaltar uma das mais importantes dimensões da RESEX Cajari. Estas parecem constituir, também, um caso de política ambiental, combinando "comando e controle", que se expressa na regulamentação básica das RESEX que visa, sobretudo, a preservação ambiental com uso dos recursos naturais. Assim, a terra não pode ser comercializada - é propriedade da União com usufruto coletivo e, também, não pode ser utilizada para outros fins que não a atividade extrativista (Allegretti, 1996; Maciel, 2003). A exceção é a cultura de subsistência e a extração de madeira para pequenas construções de uso próprio. O caso de extração de madeiras no Cajari de forma sustentada é ainda uma questão embrionária, sendo que a princípio só é admitida em forma comunitária sob a coordenação do IBAMA. Sobre isto, a proposta das reservas se estruturou a partir de discussões com o conjunto dos extrativistas, consolidando-se a partir de um processo participativo, cujos resultados assinalam fortes laços comunitários.

A alternativa de gestão e o jogo de dominação

Uma das características, no caso de RESEX, é a formulação de um modelo que regule a exploração dos recursos naturais a partir dos espaços ocupados de forma tradicional, sendo desenvolvida (Allegretti, 1994), no caso do Cajari, a castanha. Entretanto, a forma tradicional do uso dos recursos florestais na Amazônia esteve sempre centrada na colocação –unidade produtiva de exploração familiar formada pelas estradas de seringas (conjunto de seringueiras) e pelas áreas de pesca, caça, agricultura de subsistência e a coleta de outros produtos florestais, dentre eles a castanha. Essa nova modalidade de regularização fundiária, segundo Cavalcanti (2002), não torna o ocupante da colocação portador exclusivo dos recursos existentes em sua posse, permitindo a área o que significa a inexistência de uso individual e a propriedade de terra.

No que se refere ao Cajari, esse acesso à terra, seguindo a conformidade da lei de regularização das reservas, foi baseado nas áreas de concentração de seringais, e não

de castanhais, o que de certa forma vem proporcionando conflitos entre os produtores. Para dona Anália, residente na RESEX há 27 anos, a criação da reserva tornou as coisas mais difíceis, o que se percebe em seu depoimento:

[...] a situação aqui, depois que inventaram esse negócio de reserva piorou, ficou mais difícil, as pessoas não vêm mais buscar ou vender mercadoria aqui no meu porto. [...] a uns três anos, o IBAMA e um outro pessoal vieram aqui para resolver uma questão que eu tenho aqui. Um cidadão entrou e invadiu minha área, veio lá do Santarém. Tentei resolver, mas não consegui, só ele é que tirava minha castanha, ele tem umas dez pessoas e eu sou sozinha. Mas hoje eles pararam de mexer com minha castanha depois que meu filho chegou. Hoje eles vivem da roça e da castanha que tiram de uma outra área, de um outro vizinho, mas pra isso meu filho teve que brigar muito (D^a. Anália, 67 anos, 2001, c. p; Benjamin, 2001, n. c).

É verdade que essa proposta prevê mudanças nas gerências das unidades de conservação (UC), tornando os moradores co-gestores na administração da RESEX, responsáveis de forma coletiva ou individual pela execução do plano de utilização (Plano, 1996). Entretanto essa participação, na gestão da RESEX, fica limitada na representação da ASTEX-CA no alto Cajari e da Associação Mista dos Trabalhadores Extrativistas do rio Muriacá e Cajari (AMAERC), no baixo Cajari, criada recentemente. De acordo com o plano de utilização da reserva. Compete à ASTEX-CA²¹:

- i. Resolver problemas decorrentes da execução do plano;
- ii. Reordenar a ocupação e uso dos castanhais;
- iii. Indicar um técnico por ocasião de elaboração do projeto de manejo florestal;
- iv. Resolver, junto com o IBAMA/CNPT, os problemas que venham a ocorrer entre os moradores no que diz respeito ao uso comum da terra, rios, lagos, barracões, praias e outros;
- v. Estimular a criação de peixes e animais silvestres extintos ou ameaçados de extinção, na área da reserva;
- vi. Fiscalizar, proteger a área de RESEX;

²¹ Atualmente, essas atribuições se estendem às duas novas associações criadas recentemente: a AMAERC e a Associação dos Moradores Agroextrativistas do Cajari (AMAEXCA).

- vii. Aplicar penalidades aos moradores nas irregularidades, que pode chegar à perda de concessão de uso, e/ou no descumprimento das normas que regem o plano de utilização da RESEX;
- viii. Aprovar a entrada de novas famílias na reserva.

É importante ressaltar que todas essas atribuições só têm valor com aprovação do IBAMA/CNPT. Com base nesses princípios, cabe concluir que os poderes e responsabilidades se dividem entre o IBAMA/CNPT e as Associações, seus representantes dos núcleos comunitários e o restante da comunidade, no papel de fiscais colaboradores.

Entretanto, essa situação tem favorecido mudanças nas relações sociais das comunidades, com o surgimento de novas categorias sociais frente à concentração e acesso aos recursos florestais, estabelecendo novas relações de poder, o que tem gerado diferentes situações socioeconômicas entre os produtores. A Figura 5, mostra as relações de poder, estabelecidas entre as agências representativas do Estado e da comunidade do Cajari, e os conflitos²² estabelecidos entre a representação comunitária e os agroextrativistas a partir do acesso à terra e aos recursos naturais.

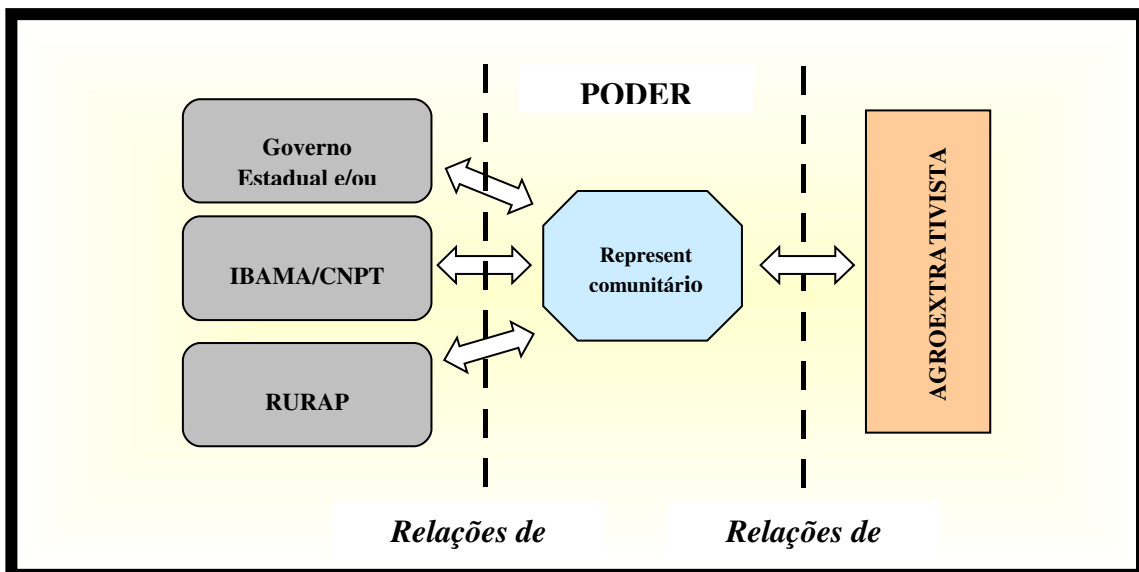


Figura 5: Relações de Poder e conflitos na RESEX Cajari, sul do Amapá.

²² Como tratamento desta categoria, adotou-se o conceito proposto por Torre (1983, p, 81): “O conflito é também uma luta, só que consciente, pessoal intermitente, emocional, implicando violência ou ameaça de violência. Visa à manutenção ou a mudança do *status* social vigente. Os adversários em conflito estão conscientes de suas divergências, havendo entre eles rivalidade, antipatias, ódio e críticas de forte tonalidade emotiva. Os inimigos, em geral, tendem a não enxergar as qualidades uns dos outros, a exagerar os defeitos, emitindo juízos parciais e subjetivos”.

Segundo Lima (2000), o plano de utilização da reserva, o estatuto da associação e a lei de crimes ambientais são amplamente desconhecidos por um grande número de adultos que, segundo essa autora, e evidenciado durante a pesquisa em 2001 - 2002, são na grande maioria analfabetos. Essa situação, também vivenciada por Silva (2003), além de fragilizar os moradores na posição de gestores da reserva, sem poder comprovar a fidelidade das atas de reuniões ou as intenções das coletas de assinaturas patrocinadas pelas locais, como posto por Lima (2000), torna alienada a sua participação na administração da RESEX.

Para o CNPT, pelo que expôs o Sr. José Carlos (2002, i. v.), o coordenador no Amapá, as dificuldades para a realização de suas atribuições, além da falta de recursos financeiros, de pessoal e de infraestrutura, passam por alguns aspectos, dentre eles:

- 1) A dimensão territorial e a falta de critérios adequados na delimitação da área da reserva;
- 2) A falta de tradição extrativista entre os moradores da RESEX Cajari;
- 3) A falta de parcerias com o governo do estado do Amapá e com as prefeituras municipais;
- 4) A ação dos atravessadores e compradores de castanhas.

Ainda, segundo o Sr. José Carlos (2002 i. v.; Benjamin, 2003 n. c.), a extensão destinada à RESEX Cajari englobou uma grande área sem nenhuma tradição para a produção extrativista, mas sim à produção de farinha, tendo em vista a baixa densidade de árvores destinadas a esses fins, como é o caso da região do Lago do Ajuruxi onde estão localizadas as comunidades de São Pedro e São José.

Nessas áreas, a participação do CNPT é praticamente fiscalizadora, já que também esta região faz fronteira com um assentamento agrícola, o que aumenta ainda mais a pressão sobre o meio ambiente. Em contra partida, ficou de fora uma enorme área com uma grande concentração de castanhais, disputada por vários grupos de interesses econômicos, dentre eles: a empresa Jari Celulose (JARCEL), os madeireiros e os coletores de castanhas. Como mostra a Figura 6, na próxima página.

É certo que o plano de utilização da reserva possibilita às representações das associações um sensível espaço na gestão da RESEX, satisfazendo um dos princípios do modelo dessa modalidade de UC, o da co-gestão (Plano, 1996). Entretanto, as possibilidades dessa política em favorecer grupos e/ou outras representações de poder,

auxiliares à manutenção do representante local, parecem bastante significativas. A ação das associações do alto, ASTEX-CA, e baixo Cajari, AMAERC,²³ quase sempre está relacionada a interesses externos, numa abordagem de aproveitamento do espaço coletivo, seja pela barganha eleitoral ou pela apropriação dos recursos providos por moradores dessa reserva.

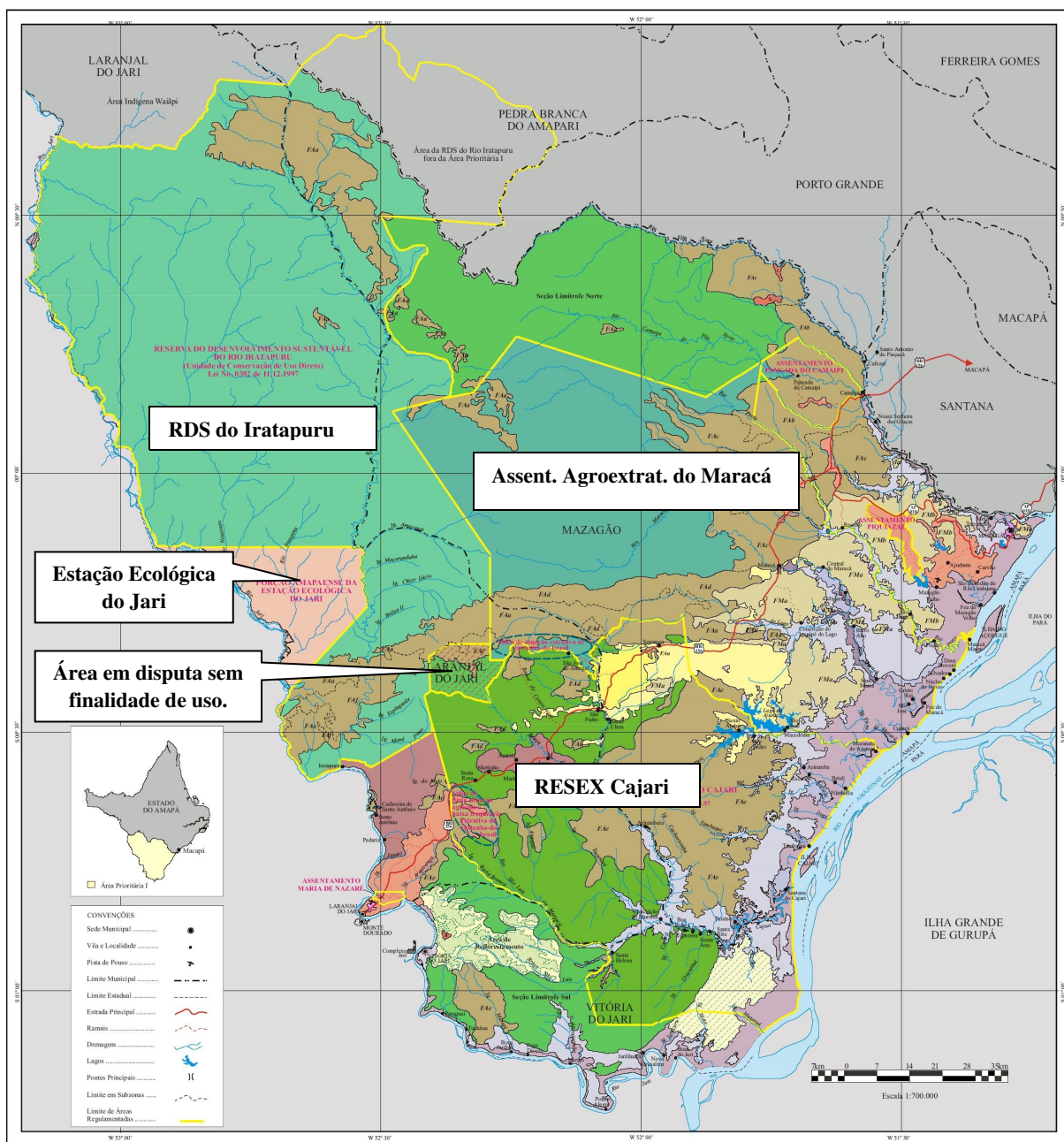


Figura 6: Carta Síntese do Sul do Amapá / Identificação de área de castanha em disputa. Fonte ZEE/Amapá.

²³ Essas suas últimas entidades foram envolvidas na pesquisa

Com base em alguns depoimentos, no alto Cajari, a circulação de capital bem como de produtos comercializáveis, como a castanha e a madeira, não saem da reserva sem o conhecimento do presidente da associação, mesmo de forma ilegal, como no caso da madeira²⁴ vendida para madeireiros da região do Jari. Conforme se expressou um morador da comunidade do Marinho, que não quis se identificar, como mostra o depoimento abaixo:

Todo que acontece aqui o presidente sabe. Se nós tirar madeira ele vem querendo nos multar, mas, o seu F.R tira e vende e ninguém faz nada. Lá próximo de Santarém tem muita árvore derrubada. Tudo com o consentimento dele. É por isso que eu digo: com a reserva só piorou a situação dos colonos (M. P., 52 anos, 2001, i. v.; Benjamin, 2001, n. c.)

Essa situação tende a modificar de certa forma as relações dos produtos com o mercado de valores, tornando-os cativos da decisão de sua representação. Conseqüentemente, essa intermediação exercida por esse ator social, estabelece, na região, desigualdade e exclusão de acesso ao crédito e ao transporte para escoamento da produção dos que, de alguma maneira, representam resistência à sua representação de poder.

Pela proposta apresentada com a criação da reserva, os agroextrativistas teriam liberdade na coleta e na comercialização dos recursos extraídos da reserva. Esses critérios seriam estabelecidos no plano de utilização, em que pese a responsabilidade da população local em reproduzir e perpetuar a atividade agroextrativista. A Figura 7 representa, esquematicamente, a rede que se formaria para a comercialização da castanha. Isso tornou-se possível ante os investimentos providos pelo estado do Amapá em parceria com o PPG-7 à ASTEX-CA e à COOPERALCA, o que permite formar a idéia de acúmulo de capital.

²⁴ Essa informação foi prestada por um morador da reserva que vem sofrendo ameaças para deixar a reserva, e por isso não quis se identificar.

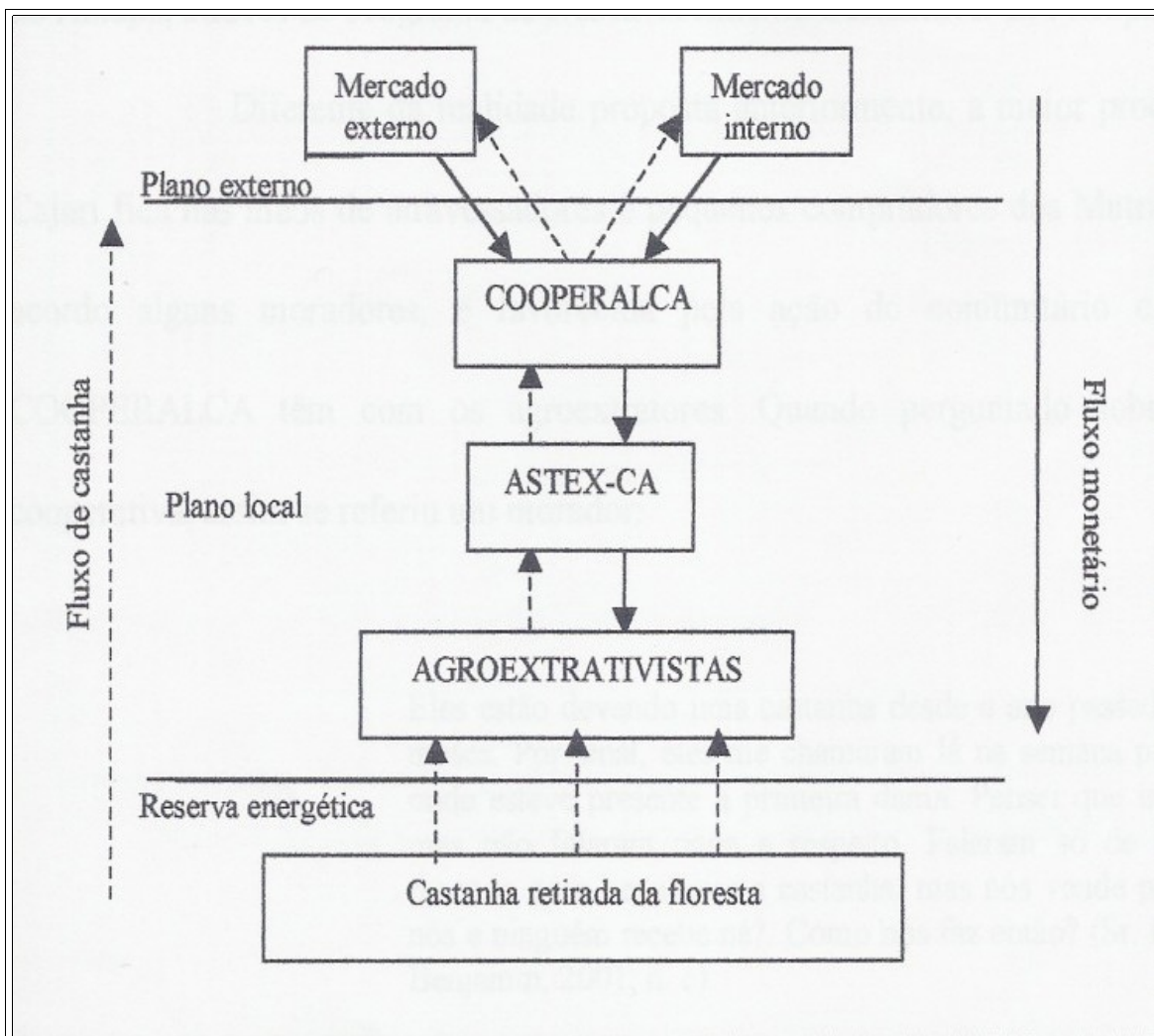


Figura 7: Representação teórica da proposta para a comercialização da castanha do Cajari.

Entretanto, a pesquisa de campo evidenciou uma economia, a da castanha, altamente dependente dos compradores e dos atravessadores.

De fato, A intermediação da associação se limita na ação de seu presidente, em que favorece seu interesse individual e/ou daqueles que o cercam, gerando divisas fora da esfera local de produção, além do aumento da taxa de comercialização devida pelos produtores, submetendo as famílias ao plano da subsistência e deslocando sua atividade principal para a exploração agrícola, principalmente ao cultivo em forma de roça. De acordo com Silva (2003), na gestão da ASTEX-CA, cada presidente canaliza esforços individuais para implementar projetos que beneficiassem a sua própria comunidade ou a

área em que estava localizada. Esta situação pode ter sido favorecida pela dinâmica das relações sociais, proposta por Almeida (1989), que se estabeleceu com a criação da RESEX e a participação mais efetiva do governo do Estado do Amapá, através do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA.

Diferente da realidade proposta anteriormente, a maior produção da castanha do Cajari fica nas mãos de atravessadores e pequenos compradores dos Mutran. Essa situação, de acordo alguns moradores, é favorecida pela ação do comunitário²⁵ e pela dívida que a COOPERALCA têm com os agroextratores. Quando perguntado sobre a relação com a cooperativa, assim se referiu um morador:

Eles estão devendo uma castanha desde o ano passado. Já faz um ano e três meses. Por sinal, eles me chamaram lá na semana passada em uma reunião onde esteve presente a primeira dama. Pensei que ia receber esse dinheiro, mas não falaram nada a respeito. Falaram só de um negócio que estão fazendo para beneficiar a castanha, mas nós vende pra ela para beneficiar a nós e ninguém recebe né? Como nós faz então? (Sr. Francisco, 27 anos, i. v. Benjamin, 2001, R c).

Assim também se referiu o representante da ASTEX-CA, quando perguntado sobre a situação da castanha no Cajari:

Eles são obrigados a vender pros Mutran, já que a COOPERALCA não tem capacidade de absorver toda a castanha produzida, eles ficam com cerca de 60% da castanha produzida aqui na região do sul do Amapá. A cooperativa só tem mercado interno para merenda escolar (Sr. Rai, 35 anos, 2001, i. v.; Benjamin, 2001, n. c).

A Figura 8, representa a rede de comercialização da castanha-da-amazônia extraída da RESEX e o envolvimento da COMAJA, participante do PDSA.

²⁵ Em época de safra da castanha o Presidente da ASTEX-CA atua como comprador ou atravessador de castanha, entregando no Laranjal para comerciantes ligados aos Mutran. Vale ressaltar, que foi observado no momento da pesquisa, o uso do caminhão da Associação.

depois do Peri²⁷ ser afastado por problemas de fraude. Só que até hoje sofremos pela falta de crédito dos cooperados, com que agente ainda tem dividas a pagar (Sr. Penerá, 2004, c. p.; Benjamin, 2004, n. c.)

No que diz respeito à participação da COMAJA na comercialização da castanha do Cajari, a pesquisa de campo apontou, que esta mantém a fábrica funcionando num sistema de prestação de serviços para atravessadores e comerciantes da região, dentre eles o Sr. Quentura e o Sr. Peri, que contratam os serviços da Cooperativa para o beneficiamento da castanha. É de se ressaltar ainda que, a situação da cooperativa é muita em decorrência do apoio que o estado deixou de prestar por conta do término do PDSA, na gestão do Sr. João Alberto Capiberibe, ex-governador do Amapá.

As ações do governo do estado do Amapá na RESEX Cajari, por conta do PDSA, eram justificadas por ser uma região rica em biodiversidade e pela dinâmica peculiar que envolve a administração das RESEX, em que pese a participação comunitária na gerência dos recursos despojados para a região (Capiberibe, 1995). Um desses investimentos foi documentado por Silva (2003), quando fala sobre uma pequena fábrica de sabão que estava sendo implantada, a partir de convênio firmado entre a Associação das Mulheres do Cajari (AMC) e o governo desse estado. Entretanto, os benefícios dessa política pouco serviram para diminuir as desigualdades existentes entre os moradores e estabelecer o padrão de Sustentabilidade proposto por esse programa de desenvolvimento.

Criada recentemente, a partir das reivindicações das comunidades do baixo Cajari, a AMAERC surgiu com o objetivo de facilitar a vida dos moradores do baixo Cajari. Sua representação seria porta-voz dos moradores a respeito das reivindicações feitas às agências estatais ou não, com reconhecimento e atribuições semelhantes a da ASTEX-CA, no alto Cajari. Cabe ressaltar que a participação social ajuda a superar os problemas da coletividade, diminuindo a impotência dos indivíduos isolados, sentimento compartilhado entre diversos moradores do baixo Cajari. É nesta perspectiva que os moradores dessa área se referiram quando mencionaram a ação da ASTEX-CA, até então a única representante de todas as comunidades, e do CNPT/IBAMA na RESEX Cajari.

Apesar da aparente credibilidade dada pelos moradores do baixo Cajari ao presidente da AMAERC, há lutas políticas de grupos interessados na sua presidência. Em

²⁷ Ex-presidente da COOPERALCA, afastado por comprovada irregularidade na sua gestão. Tornou-se comprador de castanha para um empresário paulista.

consequência, essa situação tem levado a quase uma total desmobilização de alguns membros da diretoria e de alguns conselhos, esse esforço é justificado quando analisado a potencialidade do poder dado ao presidente da associação. Parece claro que a gestão participativa, à medida que pode contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável (Bandeira, 1999), facilitando a formação e a articulação de entidades representativas da sociedade civil na gestão e proteção do meio ambiente, contribui, também, para reforçar as bases da competitividade pelo poder local. Deve-se registrar, no entanto, que a utilização de mecanismos participativos constitui em um avanço quanto à prática usual das decisões de gabinete.

Sobre a questão da sustentabilidade institucional na RESEX Cajari, Silva (2003) afirma que o processo de "participação" da sociedade Civil ao Nível do Estado, necessita de uma melhor discussão. O mesmo ainda trata do seguinte modo, este conceito: "[...] pode-se dizer que a idéia de participação social na esfera política surge como corolário do conceito de cidadão, pois a cidadania expressar-se-ia na e pela participação popular nas ações do Estado" (Silva, 2003, p. 11). Note-se, segundo Plano (1996), que essa participação na relação da gerência com o Estado, fica no campo da organização social, representada nesta modalidade de UC pela idéia de associativismo e cooperativismo.

Ainda no campo institucional, Bordalo Jr. (1985) ressalta que o princípio do cooperativismo sempre fora justificado através das manifestações associativistas expressadas pelo homem, em sua luta pela sobrevivência, porém, analisa cooperação como processo social sem atestar para sua especificidade histórica. Para Torre (1983), as associações são grupos de pessoas organizadas especificamente para a consecução de uma finalidade ou meta comum. Portanto, deve ser objetivo do Estado o fortalecimento das instituições organizativas no intuito de dinamizar a participação dos comunitários.

Além do mais, as limitações na ação prática da AMAERC, se aparentemente invisível e ofuscada pela ação da prefeitura de Vitória do Jari, revelam a existência de uma correlação de forças e jogos de interesses, envolvidos na questão ambiental, mas que reproduzem, seja na esfera federal, estadual ou municipal, a "tutelagem" exercida sobre as lideranças comunitárias. Neste sentido, vale destacar que todas as lideranças locais do baixo Cajari mantêm vínculos empregatícios com o prefeito de Vitória do Jari, ocupando o cargo de agentes comunitários. A essas lideranças, como é o caso do presidente da AMAERC, é pago um salário mínimo pelos serviços prestados à associação. Vale ressaltar,

que diferente do alto Cajari, em cada comunidade há uma escola mantida pela prefeitura de Vitória do Jari, além de um agente de saúde. É também mantida pela prefeitura, uma frota de doze pequenas embarcações e geradores elétricos nas comunidades. Essa presença do poder público municipal tem favorecido a migração de moradores de dentro da reserva para as comunidades do baixo Cajari. Na Figura 9, vê-se uma das escolas mantidas pela prefeitura desse município.



Figura 9: Comunidade da Boca do Comércio do Cajari (Monte Horebe). Fonte: A. Benjamin, 2002.

No alto rio Cajari, as comunidades têm uma escola estadual de ensino fundamental, que consegue atender de forma satisfatória as crianças dessas comunidades. Há expectativa dos moradores, desta se tornar também uma escola de ensino médio, o que facilitaria ainda mais a vida dos estudantes que tem de se deslocar para escolas fora da Reserva, para dar continuidade aos seus estudos.

Neste ponto, importa ressaltar que a ausência de um posto policial contribui para o alto índice de violência na RESEX. Os registros mostram a alta participação dos jovens, segundo uma representação religiosa²⁸ local. E o fato de não ter policiamento na área é justificado pelo então presidente da ASTEX-CA, Sr. Raimundo, quando diz: "[...] devido os policiais não serem preparados para tratar com povos do interior, de pessoas que

²⁸ Um pastor da única igreja existente na comunidade da Água Branca do Cajari

têm uma cultura ainda tradicional". Entretanto, segundo o pastor, além da violência que se traduz na forma de assassinatos, agressões, furtos, estupros etc., há também uma rede de prostituição e tráfico de produtos da reserva como madeira e caça. Quanto a isto, Simonian (2001b) já denunciava os crimes praticados contra a mulher em área de RESEX. Outras pessoas relataram casos de violência, como o Sr. Manoel,²⁹ que sofreu agressões físicas e materiais, no sentido de intimidá-lo a sair da área.

Neste sentido, cabe reafirmar que a capacidade de exercício da ação desta nova proposta de desenvolvimento está diretamente relacionada à participação dos moradores da reserva no plano local de desenvolvimento. Desse modo, a influência de interesses externos e o peso dos problemas e dos interesses locais podem levar os membros dos diferentes segmentos das comunidades a tomarem decisões excessivamente isoladas e fragmentadas, diminuindo a percepção da importância de sua representação nas ações da RESEX. Portanto, as atitudes oportunistas e as tentativas de manipulação só contribuem para aumentar o nível de desconfiança dentro da comunidade, fazendo com que a adoção de práticas participativas acabe por ter um efeito contrário ao que se esperava. Além do mais, se faz necessária a capacitação e a organização das lideranças locais, de modo que estas possam desempenhar de forma adequada as atribuições desta nova proposta de gestão.

4.2.1 Os sistemas de produção e as estratégias no alto Cajari

Incentivada com a criação da RESEX, a economia do alto Cajari foi subsidiada por políticas que tinham como objetivo intensificar a produção da coleta da castanha, possibilitando melhores condições de vida para a população. Esse apoio técnico e financeiro, que incluiu o incentivo do Estado para a criação de cooperativas e associações, como a ASTEX-CA, COOPERALCA e a COMAJA, era justificado pelo grande potencial para a exploração de castanha que essa região apresentava, seja pela disponibilidade de mão-de-obra especializada, o que inclui nesta o fato de ser tradicional, seja pela alta concentração de castanhais. Por esta ação, pretendia-se retirar do processo tradicional de

²⁹ Um comerciante de 66 anos, evangélico, que se alojou na área depois da criação da reserva.

comercialização, o atravessador, alcançando melhores preços para os cooperados, gerando mais empregos e capacitando jovens para o mercado de trabalho.

Essa estratégia de desenvolvimento, de tornar viáveis as RESEX e com elas a possibilidade de realizar a conservação da biodiversidade em gestão compartilhada entre Estado e sociedade (Brasil, 2000), permitiu a ação do IBAMA, através do CNTP, para executar o Projeto Reservas Extrativistas,³⁰ o que aconteceu no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, com o apoio da União Européia. E entre 1995 e 1999, verificou-se no Cajari a intensificação da atividade de coleta de castanha. Atualmente, a agricultura, antes apontada por Filocreão (1992) como atividade complementar da economia agroextrativista, passa a se tornar, muito em decorrência das experiências passadas, atividade principal da composição da renda familiar no alto Cajari. Entretanto essa situação tende a mudar com a promessa de novos investimentos no setor.

Em média, as atividades extrativismo e agricultura se revezam ao longo do ano sendo determinada pela safra da castanha. De janeiro a junho, a principal atividade é a coleta da castanha quando toda a família, direta ou indiretamente se envolve no processo. Nos meses de novembro a dezembro a força de trabalho é deslocada para a atividade agrícola, quando a participação fica quase que exclusiva a cargo dos homens, com pequena ou até nenhuma participação das mulheres. Entretanto, há casos em que as mulheres são responsáveis por toda a produção familiar, como o caso de D^a. Anália da Água Branca do Cajari. Simonian (2001a, b), têm registrado a participação das mulheres na economia da castanha-da-amazônia. Wolff (1998), faz registro da participação das mulheres da floresta do alto Juruá-AC na criação e no roçado, cabendo aos homens apenas a broca e a derrubada. Nota-se que o deslocamento da força de trabalho para as atividades econômicas é feita em decorrência do mercado da castanha, muitos deixam até de coletar quando o preço fica muito baixo, é neste momento que a atividade agrícola, com o cultivo de roçado, ganha maior espaço nas áreas da Reserva.

A safra da castanha, segundo moradores da região vai até junho, como mostra o Quadro 5, podendo chegar até o início de agosto, entretanto muitos se deslocam para regiões mais afastadas da reserva, como as áreas pertencentes Reserva de

³⁰ O Projeto Reservas Extrativistas concretiza a "Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal", aprovada pelo CONAMAZ, que recomenda atenção especial com as comunidades dispersas e isoladas, estendendo até elas os serviços fundamentais para o seu desenvolvimento e capacitando-as para o planejamento e gestão comunitários (BRASIL. Instituto, 2002).

Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Iratapuru em busca de novos castanhais, tendo em vista o preço que a castanha irá atingir nos próximos dias, visto a momentânea queda dos Mutran no mercado internacional da castanha-da-amazônia, ocorrida em julho de 2002,³¹ o que poderá resultar em melhores preços para os coletores da RESEX Cajari para a safra de 2003. No entanto, segundo Simonian (2003, i. v.), com base em matéria televisiva: os Mutran já estão recuperando sua imagem no mercado internacional da castanha, sendo até premiados. De acordo com um técnico do IBAMA/Macapá, um empresário paulista já teria feito uma proposta de compra antecipada de toda a produção dessa Reserva, o que pode justificar o deslocamento dos coletores para áreas mais afastadas.

Quadro 5 : Calendário do sistema de de produção da castanha na RESEX Cajari.

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Limpeza de estradas	X	X	X								X	X
Confecção dos paneiros											X	X
Construção do paiol	X	X	X								X	X
Deslocar ao castanhal	X	X	X	X	X	X					X	X
Coleta de ouriços	X	X	X	X	X	X						
Lavagem de castanha		X	X	X	X	X						
Venda	X	X	X	X	X	X						

Fonte: Benjamin, 2002, n. c.

O Quadro 6, a seguir, apresenta a produção da castanha-da-amazônia nas comunidades pesquisadas no alto Cajari, nos últimos quatro anos. Nota-se que, apesar dos problemas enfrentados pelos extrativistas, não houve diminuição da produção de castanha. Esse fato pode ser explicado pela ação dos atravessadores.

³¹

Notícia dada em telejornal local, no dia 02 de julho de 2002.

Quadro 6: Produção de castanha das comunidades do alto Cajari.

Comunidades	Barricas ³² de castanhas			
	1999	2000	2001	2002
Água Branca do Cajari	10563	10130	9640	9920
Marinho	1120	1260	964	1012
Santarém	200	163	154	162
Acampamento	685	598	536	512
Santa Clara	2660	3512	3166	3254
TOTAL	16228	17963	17460	16830

Fonte: CNS/Macapá; Arquivo ASTEX-CA.

O que se percebe, atualmente, é que a autonomia dos castanheiros, como resultado de sua luta política, não foi acompanhada pela estruturação de uma nova base produtiva. Essa mesma situação foi verificada por Michellotti (2001) e por Cavalcanti (2002). É bem verdade que se trata de um processo em pleno momento de construção na tentativa de torná-lo o novo extrativismo, plenamente consolidado. Um dos fatores preponderantes desta situação é o transporte que não está devidamente solucionado, apesar de as reservas hoje disporem de estradas, animais, carros e barcos para transportar os produtos e, até mesmo, pessoas doentes.

De fato, um dos problemas mais sérios detectados na pesquisa é o processo de comercialização e a pequena participação do governo nesta atividade. Ao analisar esta questão, o que chama a atenção de imediato é uma espécie de "vazio" decorrente das transformações recentes. Mesmo deixando de lado as avaliações críticas do ponto de vista social e econômico. O fato relevante é que estes castanhais possuíam uma estrutura que funcionava. Os castanheiros produziam e recebiam em suas próprias colocações os produtos de que necessitavam para sua sobrevivência, como gêneros alimentícios e instrumentos de trabalho. Entretanto, para que isso ocorresse, os seringais tinham uma estrutura, que incluía um plantel de burros e outros componentes que viabilizavam a entrega desses produtos, bem como efetivavam o escoamento da produção (Lins, 1991). O conhecido "sistema de aviação", apesar de ser um mecanismo de extração de lucro e de

³² Unidade de medida, utilizada tradicionalmente para a venda da castanha-da-amazônia extraída da floresta. Equivale aproximadamente a 120 litros, embora seja considerado pelos comerciantes com 01 hectolitro (100 litros).

controle político, era um eficiente mecanismo que punha em funcionamento a economia do Cajari.

Assim, com a desativação do antigo aviamento, a comercialização da produção passou a ser feita por um novo personagem na economia extrativista. Com efeito, o "marreteiro", que a bem da verdade sempre existiu (Wisniewski, 1983), porém com uma atuação quase inexpressiva, passou a ser o principal agente da comercialização. Ocorria tanto na compra da produção quanto na venda dos produtos necessários a vida dos seringueiros, de modo que ganhava duplamente, como anteriormente ganhavam os antigos patrões: compra a produção com valor mais baixo em relação ao preços de mercado e vende a mesma mais cara que os preços praticados nos centro urbanos.

Um outro problema enfrentado pelo extrativismo da castanha é a aquisição de novos hábitos e valores como decorrência da proximidade dos núcleos urbanos com a Reserva.

[...] Eu aprendi com meu pai que me levava pro mato, mas, hoje em dia ninguém quer aprender não. Eu tive quatro filhos, só um me acompanha no trabalho. Esse me ajuda [...] os outros foram pra cidade pra melhorar de vida atrás de emprego. A mãe deles acha que o menino vai ter quer ir também pra estudar pra lá (Sr. Antonio, 52 anos, 2002, i. v; Benjamin, 2002, n. c.)

Portanto, partindo do acima exposto, os castanheiros estão ficando velhos e os filhos, que acompanhavam o pai aprendendo o ofício ainda criança, agora, por influência das cidades, demonstram interesse por outras coisas e novos valores, não se prendendo à vida nos castanhais.

Outra atividade importante no sistema de produção agroextrativista é a produção de alimentos. Com efeito, a agricultura participa de forma expressiva na composição da renda para o conjunto da RESEX. Isto em parte, é explicado pelo papel que esta atividade desempenhou ao longo do tempo no sistema de produção. Trata-se de uma atividade voltada prioritariamente para a subsistência e que, como tal, servia de refúgio seguro quando da ocorrência, muito freqüente, das crises da borracha. Apesar de a parcela de produtos destinados ao mercado ainda não ser expressiva, esta atividade produtiva se apresenta como a mais diversificada em termos de produtos, o que evidencia que o mercado já influencia, ainda que modestamente, na definição de exploração de alguns produtos.

4.2.1.1 Agricultura de subsistência e experiências com Sistemas Agroflorestais no alto Cajari.

Os Sistemas Agroflorestais (SAF) vem sendo nos últimos anos apontado como alternativa para o uso mais eficiente da terra, principalmente nas regiões tropicais. Suas funções básicas são a diversificação e manutenção da produção com o consórcio de culturas de ciclos curtos (Nair, 1990). Particularmente, na RESEX Cajari experiências com o manejo do açaí têm sido desenvolvidas por algumas ONG, como a World Wildlife Fund (World, 2000). Das culturas mais comuns encontradas e que fazem parte dos sistemas de produção no alto Cajari, algumas espécies se destacam. Precisamente, planta-se banana (*Musa spp.*), mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.), batata (*Solanum tuberosum* L.), coco (*Cocos nucifera* L.), milho (*Zea mays* L.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* S.) etc. Das frutíferas, a bananeira é a principal cultura de interesse econômico, principalmente para as famílias que vivem próximas às vilas e comunidades – centro de escoamento de produção favorecido pela estrada que liga o Laranjal do Jari à Macapá. Entretanto, segundo a descrição de alguns produtores, o aparecimento de algumas doenças, como a *sigatoka negra*, nos bananais, o que vêm causando prejuízos de monta às lavouras da região.

Apesar da existência de um escritório do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP)³³ no local, segundo os produtores, não há assistência técnica nem política de crédito agrícola, ficando limitada a participação do governo do estado ao envio de um caminhão que, de 15 em 15 dias, faz o escoamento da produção para a cidade de Macapá. Apesar do secretário de agricultura do município de Laranjal do Jari ter apresentado, quando da estada em campo em 2001, um programa de incentivo à produção de hortas comunitárias para a Reserva, o qual, segundo os moradores não foi adiante. Registros sobre este projeto foi feito por Silva (2003), em que diz não ter passado de algumas reuniões. Pelo que foi informado em entrevista, houve alguns ganhos, pois se iniciou a construção do barracão, além do mais, foram feitas algumas reuniões, tendo ainda a prefeitura do Laranjal do Jari se responsabilizado pelo fornecimento do óleo para o gerador de energia e de um caminhão que faz o escoamento da produção a cada oito dias.

Segundo o representante do RURAP, em Macapá, a empresa, apesar das dificuldades encontradas, vem cumprindo o seu papel enquanto parceira do

³³ Empresa estatal responsável em prestar assistência técnica no estado do Amapá.

desenvolvimento do Cajari. O Quadro 7 mostra o número de famílias assistidas no ano de 2003, pelo RURAP, na região do Cajari:

Quadro 7: Comunidades assistidas pelo RURAP em 2003.

Comunidade	Nº de Famílias
Acampamento	14
Açaizal	10
Água Branca	68
Boca do Braço	17
Dona Maria	18
Mangueiro	10
Marinho	30
Martins	15
Santa clara	29
Santarém	16

Fonte: RURAP, 2003.

A agricultura tradicional ou de corte e queima, quando exercida pelos castanheiros pouco tem contribuído para o desmatamento da floresta, o que reforça as afirmações de Nepstad (1997). Isto se deve, em parte, ao fato de esta atividade historicamente assumir um caráter complementar.

E, durante o ano, as atividades agrícolas, como mostra o Quadro 8, na RESEX Cajari coincidem com as atividades nos castanhais. Nesses períodos, inclusive, algumas comunidades usam da estratégia de trabalhos na modalidade de mutirão. Sobre o uso dessa modalidade de cooperação (Torre, 1983), vários são os registros destas estratégias de produção familiar em áreas de floresta, sendo CavaIcanti (2002), Michelotti (2001) e Silva (2003) apenas alguns dos autores que tratam dessa questão.

Quadro 8: Calendário das atividades agrícolas da RESEX Cajari.

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Broca								X	X			
Derruba									X	X		
Queima										X	X	
Encoivramento											X	X
Plantio de mandioca	X	X				X	X					X
Plantio de milho	X											X
Plantio de frutíferas	X	X	X									X
Capina da mandioca				X					X	X		
Capina do milho		X	X									
Capina de frutíferas		X		X		X		X		X		X
Colheita da mandioca	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Colheita do milho								X	X			
Colheita de frutíferas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Produção e venda da farinha	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Venda de frutíferas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Benjamin, 2002, n. c.

Esta situação, quanto ao desenvolvimento da pequena produção agrícola de alimentos nas RESEX, encontra-se um pouco modificada. Em primeiro lugar, porque passou a assumir um papel de complementação da renda, estando presente na quase totalidade das colocações, até porque continua sendo um refúgio seguro às situações de crise, muito presente na atividade extrativista. É certo afirmar que a maior parte da produção agrícola é para a subsistência da família, principalmente na entressafra da castanha. O Quadro 9 mostra a produção agrícola comercializada por moradores da RESEX Cajari no ano de 2003.

Quadro 9: Produção agrícola referente ao ano de 2003 da RESEX Cajari.

Culturas	Nº de	Área		Produção		Rendimento Médio
	Produtores	T. Firme	Várzea	Und.	Quant.	
Arroz	01	0,3 ha		Kg	180	0,6 t/ha t/ha
Feijão	04	1,2 há		Kg	480	0,4 t/ha
Milho	04	1,2 há		Kg	480	0,7 t/ha
Jerimum	04	0,5 há		t	12	20-25 t/ha
Mandioca	12	6,0 há		t	06	10-15 t/ha
Batata-doce	04	0,5 há		t	4	8-10 t/ha

Abacaxi	04	4,0 há		t	80	20-40 t/ha
Cana	01	3,0 há		t	14	60-70 t/ha
Banana	02	2,0 há		t	60	30-40 t/ha
Mamão	01	0,2 há		t	04	20-25 t/ha
Abacate	01	20 pés		t	0,2	10-20 t/ha
Laranja	03	50 pés		t	0,1	60-70 t/ha
Cupuaçu	03	120 pés		Fruto	1440	12 frutos/planta
Café	02	30 pés		Kg	60	0,7 t/ha
Manga	04	100 pés		t	10	10-20 t/ha
Graviola	01	30 pés		t	0,2	6-7 t/ha
Biribá	01	30 pés		t	0,2	6-7 t/ha
Castanha	02	10 pés		hl	100	0,5-1,5 Hectolitro/planta
Açaí	02	30 pés	300 pés	Cacho	6060	2-4 cachos/planta

Fonte: RURAP, 2003.

E, em segundo lugar, porque visto a ampliação da infra-estrutura, com a abertura ainda que modesta de estradas e ramais, e a conseqüente facilidade do transporte e escoamento da produção em função da proximidade dos núcleos urbanos, a agricultura vai gradativamente deixando de ser de subsistência para se constituir em opção de renda monetária.

No entender de Sá (1994), uma das justificativas ambientais a essa indicação, principalmente para a Amazônia, refere-se ao fato de que os SAF desempenhariam um papel, em alguns aspectos, semelhante ao das florestas primárias dessa região. Essa mistura de árvores, ou arbusto, nos campos de produção agrícola ou pecuária permite a obtenção de benefícios a partir das interações ecológicas (produzindo seu próprio húmus e se promovendo ao mesmo tempo de elementos nutritivos essenciais para o seu desenvolvimento) e econômicas que acontecem nesse processo. Nair (1994) propõe a hipótese do efeito natural das árvores sobre a fertilidade do solo, afirmando que a influência da sombra das árvores altera as condições do solo, promovendo atividade microbiana e aumento da taxa de mineralização do nitrogênio do solo.

Atualmente, nota-se em decorrência disso, que existe uma grande tendência do uso desse sistema nas ações de desenvolvimento, principalmente os realizados pelas ONG que atuam na área da reserva. Também, para as famílias residentes próximos a centros de escoamento, favorecidas pela proximidade de estradas, a instalação de sistemas agroflorestais ganha maior importância na economia, principalmente no período da entressafra da castanha, quando nas áreas de quintais são instalados cultivos consorciados

de diversas culturas de valor comercial (A. Benjamin, 2002, n. c.). As questões inerentes aos sistemas de quintais são tratadas mais adiante.

Do ponto de vista ambiental, devido às estruturas tanto acima do solo como abaixo, e sua dinâmica, vários desses sistemas têm atributos que os tomam uma opção adequada para melhorar a renda das populações extrativistas. Nepstad (1997) defende que os extrativistas poderiam aumentar suas rendas, através da exploração e comercialização racional de produtos florestais não madeireiros existentes nas florestas e aqueles que poderiam ser introduzidos no enriquecimento das capoeiras com árvores de valor comercial. Serrão e outros (1996) ressaltam, no cenário amazônico, a oportunidade e as possibilidades dos SAF são imensas, considerando os cerca de 50 milhões de ha desmatados, principalmente nas áreas de terra firme, mas também como potencial nas áreas de várzeas. Portanto, pode-se aumentar a renda por hectare ao longo do ano, usando ou intensificando os efeitos ecológicos proporcionado pela mistura de culturas.

No alto Cajari, o uso de SAF vem sendo introduzido por algumas famílias, que segundo eles, ainda de forma experimental. A Figura 10, mostra um arranjo espacial de um SAF conduzido por uma senhora de 56 anos da comunidade da Água branca do Cajari. Observou-se que as árvores foram plantadas de acordo com a necessidade da taxa de luz diária requerida por cada cultura. Entretanto, os valores apresentados são aproximados, visto que o plantio foi feito com base numa vara que simbolizava o metro.

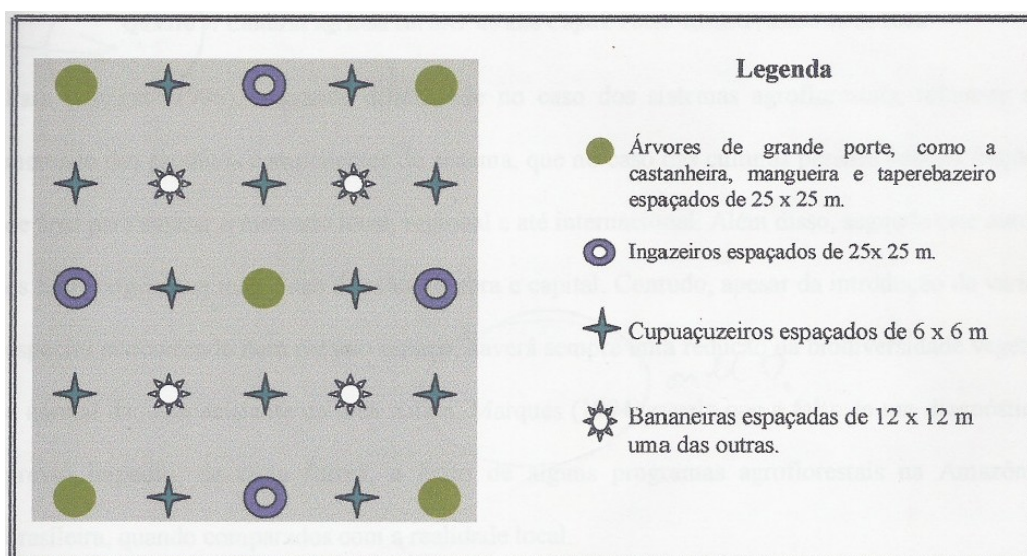


Figura 10: Arranjo de um SAF implantado na Comunidade da água Branca do Cajari. Fonte: Benjamin, 2002, n. c.

No Quadro 10, é apresentado o registro da produção agrícola em sistema de SAF no Alto Cajari. Entretanto, vários têm sido os questionamentos por parte da comunidade nacional e internacional a respeito do uso desses sistemas.

Quadro 10: Culturas agrícolas em SAF no Alto Cajari.

Culturas	Nº de	Área em há	
	Produtores	T. Firme	Várzea
Açaí	02		1,0
Cupuaçu	01	0,5	
Manga	01	0,5	
Castanha	01	0,5	
Angelim	02	1,0	
Biriba	01	0,5	
Total	10	5,0	1,0

Fonte: RURAP, setembro de 2003.

Para Homma (1996), a grande dificuldade no caso dos sistemas agroflorestais, refere-se ao mercado dos produtos componentes do sistema, que no caso das culturas perenes bastam frações de área para saturar o mercado local, o regional e até o internacional. Além disso, segundo este autor, os SAF exigem um maior uso de mão-de-obra e capital. Contudo, apesar da introdução de várias espécies concorrendo num mesmo espaço, haverá sempre uma redução da biodiversidade vegetal e animal daquela existente na área nativa. Marques (1994), revela que a falta de um diagnóstico prévio impediu, de certa forma, o êxito de alguns programas agroflorestais na Amazônia brasileira, quando comparados com a realidade local.

Apesar dessas críticas, observa-se que os SAF aparecem como uma das primeiras iniciativas dos programas de desenvolvimento, principalmente os desenvolvidos pelas ONG em áreas de florestas. Experiências de Souza (1994) e de Oliveira (1994) revelam o avanço na pesquisa e na implantação desses sistemas de produção nos estados de Rondônia e no Acre. Para os autores, o uso desses sistemas é perfeitamente compatível com a realidade da região Amazônica. Também, Abreu (2000) e Cavalcanti (2002), têm destacado o avanço desses sistemas em áreas de RESEX. Para os agroextratores do alto Cajari, o cultivo de plantas em SAF tem garantido a renda permanente para a maioria das

famílias que sobrevivem da coleta da castanha, além de evitar abertura de novas áreas para a implantação de roçados, o que poderia causar problemas com o IBAMA.

A respeito do grande alarde sobre os benefícios ecológicos e ambientais que tais sistemas poderiam trazer, é ainda difícil apontar a amplitude das modificações que podem ser estabelecidas. Por exemplo, Sá (1994) justifica, afirmando que ainda são poucos os trabalhos que têm monitorado variáveis biofísicas em SAF, principalmente em condições do Trópico Úmido. Notadamente, estes sistemas são bastante comuns nas unidades de produção familiar, em especial nas famílias da comunidade de Água Branca do Cajari, onde ficou evidenciado o cultivo, em sistemas de quintais, de várias espécies vegetais, além da criação de pequenos animais. Entretanto, a falta de política agroflorestal para a Amazônia limita a adoção de tais práticas, principalmente para as áreas de colonização, onde não há um apoio mais deliberativo em programas de apoio para o produtor, incluindo-se, principalmente, o crédito e a assistência técnica em que as mulheres são responsáveis por toda a produção agroextrativista. Em trabalho recente, Simonian (2001a) considera importante a participação da mulher na produção e na cultura castanheira da região, apesar da crise da economia extrativista dos últimos anos ter diminuído esse envolvimento, pois a mesma permanece central na economia de autoconsumo.

A participação do Estado no sentido de gerir políticas públicas de modo a conduzir um melhor aproveitamento dos recursos e garantir as melhorias de vida da população, torna-se fundamental para se consolidar a sustentabilidade dessas áreas, conforme já posto por Simonian (2000). No entanto, percebe-se que esse apoio não tem sido prioridade nas políticas públicas desenvolvidas, apesar de marcado no discurso. A falta de créditos inviabiliza o setor produtivo. Por outro lado, falar em viabilidade econômica implica em assistência técnica. Desse modo, uma reflexão das implicações políticas e econômicas, no papel desempenhado pelo estado do Amapá, principalmente a partir do PDSA (Capiberibe, 1995) pode contribuir no sentido de aprimorar a noção da "viabilidade sustentável" para essas áreas na forma de produção e reprodução sociocultural das populações que vivem nas áreas de reserva. Para Marques (1994), os SAF seriam uma espécie de remédio, ou antídoto, para atenuar ou mesmo atacar os malefícios da agricultura migratória, e que atualmente está fartamente discutido, documentado, com resultados de

pesquisas das regiões tropicais. Entretanto os SAF pouco saíram do domínio da pesquisa das estações experimentais.

4.2.2 A reordenação do agroextrativismo do baixo Cajari

O movimento de reordenação do agroextrativismo do baixo Cajari implica no estabelecimento de estratégias de produção fundamentadas na implantação de sistemas de produção e exploração econômica, com diferentes desenhos e combinações de espécies. Esse movimento se dá em resposta objetiva às dificuldades presentes, enfrentadas pelo cultivo de roçado e pelas expectativas acerca do extrativismo do açaí. Uma das propostas enfatiza um aproveitamento com mais técnica das várzeas e terras firmes.

Nesse sentido, influências externas estão a orientar esse movimento. No dizer de Michelotti:

[...] por isso esse movimento de intensificação da agricultura não ocorre de forma espontânea como uma simples evolução técnica gerada na própria população ou apreendida através do seu contato com outras populações, mas sim em função de algum constrangimento que force essa mudança estrutural na forma de produção em questão (Michelotti, 2001, p. 9).

De fato, a agricultura que esteve, durante décadas, associada ao cultivo de forma "migratória" de derruba e queima, com pouca estabilidade territorial e pouca diversificação crescente dos sistemas de produção agrícola, começa a incluir culturas perenes, pequenas criações, extrações vegetais e até a pecuária.

Pelo que se levantou em campo, existem, no baixo Cajari, cerca de 14 comunidades distribuídas ao longo dos rios Cajari e Muriacá, as quais desenvolvem atividades agrícolas dentro das condições específicas a respeito das possibilidades de exploração dos ecossistemas ocorrentes na região, como as várzeas e os campos naturais. Apesar da existência de várias espécies arbóreas com potencial de exploração econômica, como o açaí, a bacaba (*Oenocarpus bacaba*), a andiroba (*Carapa guianenses*) e a copaíba (*Copaifera multijuga*), a ausência de castanhais e o aumento populacional nas comunidades do baixo Cajari, estão a favorecer o crescimento da atividade de roçado e o agravamento de desigualdades entre os moradores. Em que medida essa situação vai

persistir ou não ante o novo governo federal que teve início em janeiro de 2003, é uma questão para ser monitorada.

Quanto à noção de posse e utilização da terra, as unidades de explorações agroextrativistas são pela maioria, cerca de 83% dos entrevistados³⁴, denominado de sítio ou módulo rural, revelando a idéia de propriedade sobre o uso da terra. Nessas áreas as capoeiras destinadas ao roçado são denominadas de acordo com o "proprietário".

Essa capoeira não é minha não, é do Tinhão, se fosse meu eu já tinha limpado pra roça. [...] o meu módulo dá 25 hectare. Quinhentos por quinhentos né? É isso aí pro INCRA/IBAMA. É lá que eu planto milho, mandioca, faço farinha (Sr. Luis, 37 anos, 2002, i. v; Benjamin, 2002, n. c.).

Entretanto, segundo Michelotti (2001), em estudos realizados com seringueiros no Xapuri, AC, essas representações e/ou denominações constituem identidades para os moradores, onde fica clara, a ação ou sobrevivência nessas intermediações.

[...] se um seringueiro afirma que é da comunidade da fazendinha, fica claro que ele vive nas intermediações da colocação Fazendinha e que também participa das atividades e relações dessa área (Michelotti, 2001, p. 16).

Neste ponto, é de se observar que há muita desinformação por parte dos agroextrativistas,³⁵ quanto às diretrizes e o gerenciamento da RESEX. É importante ressaltar que essas denominações geralmente estão associadas a prática do uso da terra.

Entretanto, essas "propriedades" não são vistas como uma área delimitada com o formato de uma figura geométrica, conforme os esquemas de delimitações fundiárias tradicionais. O que se tem é um conjunto de espaços produtivos que são distribuídos espacialmente de modo aleatório, obedecendo as condições naturais, impostas pela natureza nos seus aspectos físico-geográfico e biológico. Seja a partir da mata ou do

³⁴ Para os entrevistados no alto Cajari as denominações mais comuns para a concessão de uso da terra foram: colocação, ponta de mata e ponta de castanha. Acredita-se que essa diferenças se dá pela maior forma de utilização do uso da terra. No alto Cajari, o termo Colocação ou Ponta de castanha faz referência ao *locus* de exploração familiar no contexto do extrativismo da castanha.

³⁵ Esta categoria será mantida, para efeito de análise das atividades desenvolvidas no Baixo Cajari, apesar de terem se denominado na maioria das vezes como agricultores, o que é justificado, segundo Silva (2003), pela baixa participação das organizações comunitárias.

rio, o saber acumulado durante várias gerações tem garantido a sobrevivência das famílias nas florestas, em áreas ribeirinhas ou lacustres.

As atividades agrícolas desenvolvidas no Cajari são realizadas no intuito de suprir as necessidades das famílias (Pedroso, 2003; Silva, 2003; Simonian, 2001a). Durante o ano, a força de trabalho está sempre ocupada com alguma atividade eminentemente agrícola ou extrativista, dentro das possibilidades que a floresta permita. Desse modo e a levar-se consideração as possibilidades de exploração econômica no baixo rio Cajari e a disponibilidade de mão-de-obra, tratar-se-á nos tópicos seguintes sobre a exploração dos açazais e a reprodução dos roçados na busca de recursos para manter a família.

4.2.2.1 A reprodução da roça e as alternativas para o uso da terra

O cultivo em sistema de roça tem um espaço fundamental na reprodução das famílias da RESEX Cajari, entretanto, para as famílias no baixo Cajari essa atividade vem adquirindo maiores forças, visto a pouca frequência de castanhais nesta região e as limitações ao direito de uso dos açazais. Como já mencionado anteriormente, a chegada de imigrantes do alto Cajari tem aumentado ainda mais a pressão sob a vegetação natural da reserva para o cultivo de culturas como o milho, a banana, o abacaxi, a cana e a mandioca³⁶. Para os agroextrativistas do baixo Cajari, e de acordo com os seus depoimentos, a escolha da cultura para o cultivo não segue apenas o ponto de vista comercial, mas, principalmente, por apresentarem características que a tornem essenciais para a subsistência da família, como mostra o Quadro 11.

³⁶ Segundo os produtores, essas são as principais culturas cultivadas na região.

Quadro 11: características julgadas importantes na tomada de decisão pela cultura cultivada no baixo rio Cajari.

Características julgadas importantes	Culturas preferidas
Boa aceitação no mercado	Abacaxi, banana, farinha de mandioca.
Capacidade de armazenamento no solo	Mandioca.
Facilidade de reprodução	Banana, mandioca e cana.
Pouca exigência nutricional ³⁷	Abacaxi, mandioca e cana.
Uso em outros subsistemas, como a criação pequenos animais.	Milho e o bagaço da cana

Fonte: Benjamin, 2002, n. c.

A média do tamanho das áreas para a implantação das roças é de três a cinco tarefas³⁸ na maioria dos roçados pesquisados, sendo que praticamente toda a área é ocupada pela mandioca, cabendo às outras culturas os espaços de bordaduras ou o cultivo em sistema de consórcio. É importante destacar que apesar da roça ser um espaço de floresta que precisou ser desmatado, o produtor seleciona a área em que espécies com potencial de exploração econômica, como a andiroba e a bacaba não estejam presentes. Esse critério adotado pelos agricultores do baixo Cajari, também foi registrado por Michelotti (2001) no Xapuri. Nesse sistema de produção, derrubada e queima da floresta, os nutrientes ora armazenados na floresta original são rapidamente liberados e perdidos, de forma que a fertilidade do solo decai ligeiramente num período de dois a três anos (Sá, 1994). E nessa oportunidade, o espaço é abandonado, possibilitando o aparecimento de capoeiras que protegem o solo, criando condições para um processo eficiente de reciclagem de nutrientes.

Após um período que varia de cinco a dez anos, podendo chegar até a quinze anos, a área abandonada para o pousio³⁹ volta a ser usada para um novo roçado (Serrão, 1996). A Figura 11 mostra uma queimada para instalação de um roçado de mandioca. No entender de alguns moradores da REXEX/Cajari, essa é a única possibilidade de preparo de área para o agricultor familiar, pois tecnologias novas não estão a seu alcance.

³⁷ Quando levado em consideração as condições de baixa fertilidade de solo.

³⁸ Equivalente a 3025 m², o que representa uma área quadrada de 55 x 55m.

³⁹ Período em o solo é abandonado para o cultivo para que seja recuperada parte de sua fertilidade original.



Figura 4: Queimada para o preparo de um roçado no Baixo Cajari. Foto: A. Benjamin, 2002.

A mandioca é a cultura de maior importância nesse sistema, como é mostrado na Tabela 11. A mesma é usada como matéria-prima para o preparo da farinha e de outros subprodutos como a goma, a maniva e o tucupi, que são importantes na organização e no planejamento da economia dessas famílias.

Tabela 3: Demonstrativo da frequência das culturas plantadas nas roças do Baixo Cajari.

Culturas	Extrato de maior	% de unidades
	Frequência	de produção
Mandioca	3 - 5 tarefas	89
Milho	2 - 4 tarefas	30
Arroz	0 - 1 tarefa	05
Feijão	0 - 1 tarefa	12
Macaxeira	0 - 1 tarefa	89
Banana	70 - 120 pés	60
Batata-doce e cará	0 - 1 tarefa	07
Melancia	0 - 1 tarefa	04
Abacaxi	250 - 300 pés	40

Fonte: Benjamin, 2003, n. c.

A produção da mandioca permite seu armazenamento no solo para uso de acordo com as necessidades dos agroextratores, garantindo uma certa estabilidade ao fornecimento mensal, quinzenal e até semanal da quantidade de farinha necessária para o consumo e venda. Neste último caso, esse produto tem garantido a obtenção de recursos financeiros capazes de proporcionar aos produtores e as suas famílias o acesso a suprimentos necessários e complementares à sobrevivência durante todos os meses do ano.

Como já visto anteriormente, a colheita da mandioca é realizada de acordo com as necessidades das famílias durante o ano, seja para o suprimento de farinha, seja para a troca por outros bens necessários. A Figura 12 representa o processo de preparo da farinha, conforme desenvolvido na RESEX Cajari.



Figura 12: Torrefação de farinha. Foto: Aldrin Benjamin, 2002.

Dessa maneira, as raízes colhidas, retiradas num trabalho em que envolve todos os membros da família (Michelotti, 2001), são levadas à casa de farinha onde são colocadas

de molho em poços ou córregos onde mais tarde serão levadas para serem beneficiadas. Nota-se que a quantidade de raízes retiradas do solo é determinada de acordo com a capacidade da casa de farinha e das necessidades da família.

Ao longo do ano, a produção fica sempre condicionada à capacidade de transporte e de venda, sendo normalmente armazenada no solo para uso somente em épocas de feiras. Os meses de setembro e outubro são marcados pelo aumento do índice de queimadas na RESEX, fato ocorrido devido ser a época do preparo de novas áreas para plantio de roçado. O estabelecimento agrícola é visto, como a unidade complexa, administrada pela família em sistema de hierarquia, onde o pai é o chefe da família, abrangendo tanto a produção agrícola (como os subsistemas de cultivo, extrativismo, de criação, de beneficiamento etc.) como os sistemas de consumo, economicamente bem sincronizados. Entretanto, Abreu (2000), ao analisar a estrutura familiar no PARNA do Jaú, AM, ressalta o papel das mulheres no planejamento e na execução nas atividades econômicas da produção familiar. Essa referência sobre tal participação na administração familiar, também é compartilhada por Pedroso (2003) e por Simonian (2001a, b). Portanto, a família toma suas decisões combinando da melhor maneira os recursos disponíveis que dependem, dentre outras, das condições do ambiente.

Ainda neste ponto convém ressaltar que, no Cajari, apesar de não aparente para os homens, o trabalho das mulheres tem papel importante na economia das famílias extrativistas. O planejamento e as aplicações dos recursos disponíveis à família pelo trabalho da coleta e da produção agrícola fica quase sempre a cargo das mulheres. É bastante comum depoimentos como o do Sr. Cutia: "[...] lá em casa quem manda é a minha mulher, é ela que decide as coisas. Eu faço só colocar a bóia dentro de casa [...] mas quem decide o que vamos comer é ela" (Sr. Cutia, 56 anos, 2002, i. v.; Benjamin, 2002 n. c.). Apesar disto, as mulheres ainda sofrem com a discriminação e a violência familiar, o que ressalta a posição de Simonian (2001b), quando diz que um dos grandes problemas pelo qual as mulheres vêm passando é a desinformação, principalmente as mulheres que vivem em áreas de florestas.

O esforço para aumentar o rendimento da terra e a produtividade do trabalho agrícola esta condicionado pela disponibilidade da mão-de-obra e do nível tecnológico a ser empregado, além do nível de organização das comunidades. Desse modo, parece importante destacar que a produção da mandioca, muitas vezes, é feito numa espécie de

mutirão, onde as famílias se dividem e cooperam entre si, entretanto a colheita e a comercialização são realizadas de forma individual. Sobre esta questão, vale ressaltar, que a ocorrência dos mutirões, na época da pesquisa, está alinhada às relações de parentesco existentes nas comunidades e sob a forte influência das lideranças religiosas.

O trabalho para a produção de farinha depende em média de um turno de trabalho diário de 12 horas. Esse dispêndio de trabalho se deve ao fato de que o processamento da farinha se dá, na maioria dos casos, de modo manual. Boa parte da produção é comercializada nas feiras de Vitória do Jari (Amapá) e de Munguba (Pará), com apoio de transporte fornecido pela prefeitura de Vitória do Jari, como mostra a Figura 13. No sentido de garantir a comercialização nas feiras de Macapá e Santana, uma pequena produção é escoada por um barco motorizado mantido pelo governo do estado do Amapá, com uma viagem programada a cada quinze dias.



Figura 13: Transporte em dia de feira para Vitória do Jari. Foto: A. Benjamin, 2003.

Entretanto, apesar de ser considerada atividade tradicional entre os agroextrativistas do baixo Cajari, há muita insatisfação com o rendimento do trabalho produzido e a necessidade de se queimar a floresta. Essa realidade tem levado alguns produtores recorrer à alternativas de produção capazes de diminuir o trabalho investido nos roçados. Dentre as atividades requerentes pelos moradores no momento da pesquisa, estão a produção de frutíferas 43% (como o abacaxi e a banana), a plantação e o manejo de

açazais 31%, a pecuária 21% , a exploração de espécies florestais como a andiroba 4% e outras atividades 1%. Entretanto, todos os entrevistados afirmaram que mesmo se houvesse condições para o plantio de outras culturas, a produção de farinha não seria abandonada, podendo haver uma diminuição de sua produção. A Tabela 4 revela as alternativas apresentadas utilizadas por moradores do baixo Cajari, quanto ao sistema de roça associada à idéia de utilização dos ecossistemas dessa área e à preferência ao tipo de ecossistema para o trabalho.

Tabela 4: Alternativas preferenciais para o uso da terra no baixo Cajari.

Tipo de ecossistema	Preferência (%)	Uso da terra
Florestas	39	Exploração da castanha, madeira, caça, seringa, etc.
Campos naturais	04	Criação de grandes animais como bovinos e bubalinos
Várzea	43	Cultivo de frutíferas, ampliação e manejo de açazais, exploração de andiroba.
Capoeira	14	Cultivo de roçados e plantios de frutíferas como o abacaxi e a banana.
Igapó	-	Manejo de açazais e pescado

Fonte: Benjamin, 2003, n. c.

Note-se que, essa preferência pelas várzeas e pelas florestas está relacionada às disponibilidades de espécies com potencialidades de exploração econômica, como a castanha e o açaí. Com relação aos campos naturais, sua preferência é significativa visto a grande concentração deste tipo de ecossistema na região e pela experiência com os gados da empresa Jari Celulose (JARCEL) alguns anos atrás, em que muitos dos moradores da reserva eram funcionários nesta atividade.

Dentre as estratégias de produção da agricultura do baixo Cajari, está incluída a produção de quintais, onde além de se cultivar algumas frutíferas, canteiros de plantas ornamentais, medicinais e hortaliças são preparados. Também, convém lembrar a criação de pequenos animais como patos, galinhas e porcos. A Figura 14 abaixo exemplifica a criação de pequenos animais em áreas de quintais. Essa criação é feita em quantidade bastante pequena e destinada para o autoconsumo da família, vendido

esporadicamente em situações especiais. O cuidado dessas áreas fica a carga das mulheres e das crianças, que mantêm limpo o "pé" das árvores e dão comida aos animais.

Figura 14: Criação de pequenos animais em áreas de quintal.



Foto: A. Benjamin, 2002.

Os quintais podem ser caracterizados como pequenas áreas desmatadas onde se situa a casa de morada e/ou a casa de farinha e o paiol, normalmente ocupado com frutíferas, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais, além de pequenas criações (Michelotti, 2001). Os trabalhos de Abreu (2000) e Oliveira (2001) fazem uma caracterização do papel desempenhado pelas mulheres, crianças e idosos nas atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias agroextrativistas das florestas do Acre. Esses estudos evidenciam que os sistemas de quintais fazem parte da atividade doméstica, e, portanto compete sua instalação e condução a cargo das mulheres, das crianças e dos idosos da família. Note-se ainda, que apesar das referências feitas sobre a participação da mulher em quase todas as etapas da produção, cabe aos homens apenas o preparo da terra. Em geral, como posto por Abreu (2000, p. 76), seu trabalho é qualificado "[...] como uma ajuda ao serviço do pai".

Além das áreas de quintal, o cultivo de frutas vem, ao longo dos anos, ganhando mais espaço nas estratégias de produção e reprodução da economia do baixo Cajari. Essas culturas, apesar de serem plantadas em pequenas quantidades e sempre em consórcio, sua produção vem tendo acesso aos mercados de Macapá, Santana e nas feiras

locais. A banana, a laranja, o limão e o abacaxi já adquiriram um caráter mais comercial que outras culturas, apesar de não perderem sua função no autoconsumo, consumidas principalmente pelas crianças e adolescentes das comunidades.

Dentre as atividades extrativistas nessa área, tem-se a exploração comercial e o manejo de áreas de açazais localizadas nas várzeas, às margens do rio Cajari. As mesmas deverão ganhar maiores forças com a proposta da instalação de uma unidade de processamento e beneficiamento em polpa de frutas, na comunidade do Paraíso, por parte da prefeitura de Vitória do Jari, e da reativação da fábrica de palmito localizada na comunidade Conceição de Muriacá, com o apoio do CNS em parceria com a WWF. Em trabalho realizado por Simonian (1999), fica claro o grande potencial econômico dos açazais na região do sul do Amapá. Silva (2003), em estudo realizado na RESEX Cajari, ressalta sobre os investimentos feitos em direção ao fortalecimento e sustentabilidade da produção de palmito e a atuação da COOPER-CA, que marcaram o primeiro e grande investimento no baixo Cajari.

Entretanto, apesar do direito de uso dos açazais da RESEX Cajari, distribuídos às margens de rios e igarapés ser do tipo comunal, os açazais nativos e/ou plantados próximo às vilas e comunidades são considerados propriedades privadas por alguns moradores locais. A exemplo disto, na Figura 15 se vê um açazal localizado em frente à comunidade Paraíso, de propriedade de um comerciante local. Aliás, de acordo com Simonian (2003, i. v.), esse entendimento vem sendo posto em prática em outras regiões amazônicas, a exemplo do baixo rio Maracá, no mesmo estado do Amapá.



Figura 15: Açazal de direito privado no baixo Cajari. Foto: A. Benjamin, 2002.

Essa situação de direito de propriedade não é tão significativa quando analisada a grande quantidade de açazais nativos presentes na região, mas em um futuro próximo poderá se constituir em uma questão a ser discutida.

Além das áreas de açazais manejadas pela cooperativa para a produção de palmito, outros produtores não cooperados manejam e retiram o palmito da RESEX, vendendo para pequenos negociantes. Silva (2003) também faz referências a problemas enfrentados pela cooperativa, em que pese a falta de capacitação para o beneficiamento do palmito e registra, ainda, um prejuízo em torno de R\$ 30.000, segundo o presidente da Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva Rio Cajari (COOPER-CA). Segundo esse autor, e evidenciado por esta pesquisa, no primeiro semestre de 2001, foi iniciado a construção da nova fábrica de palmito em Conceição do Muriacá com investimentos na ordem de R\$ 110.000,00. Entretanto, atualmente a fábrica ainda não está funcionando, apesar de quase pronta. O que existe realmente, é o manejo das áreas de açazais da cooperativa, ficando a produção entregue nas mãos de pequenos negociantes/compradores de fabriquetas existentes nas ilhas do Pará. Neste período, registrou-se o preço de R\$ 0,13 pela boneca de palmito.

5 DICUSSÕES E NOTAS CONCLUSIVAS

A polêmica gerada em torno do papel do extrativismo vegetal como estratégia de desenvolvimento para a Amazônia, coloca várias questões controversas no debate nacional e internacional sobre o desenvolvimento em áreas florestais. Respostas a essa problemática são necessárias para avaliar a eficiência da reserva extrativista, enquanto unidade de conservação (Brasil, 2000), como proposta ao desenvolvimento em áreas de florestas, em especial quando utilizadas pelos *povos da floresta* na gestão dos recursos naturais existentes. Aliás, nesta perspectiva há de se ressaltar que, intervenções vêm ocorrendo por conta dos agentes de desenvolvimento, nem sempre de acordo com as propostas de sustentabilidade (Martins, 2000; Simonian, 2000). A melhoria das condições de vida, a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento do mercado local parecem ser suficientes para justificar a criação das reservas extrativistas. Entretanto, existe ainda um pequeno número de reservas, que funcionam em caráter experimental.

Portanto, a importância das RESEX pode ser mais bem compreendida a partir do crescente interesse que os problemas ambientais têm despertado em todo o mundo, sobretudo a respeito da floresta amazônica (Abreu, 2000; Allegretti, 1996). A ocorrência de danos ambientais, muitas vezes em escala planetária, bem como a perspectiva real de mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, colocaram a preservação da floresta amazônica como ponto relevante na questão ambiental global (Allegretti, 1996). Dessa forma, tem-se vários estudos no sentido de diminuir a colisão homem *versus* meio ambiente. A Amazônia passou, então, a fazer parte do conjunto das preocupações ambientais internacionais, o que de certo modo se amplia na medida em que pesquisas e estudos revelam a importância do ecossistema florestal amazônico para o planeta.

Este quadro foi decisivo para viabilizar as RESEX num contexto da luta pela terra, patrocinada pelo movimento dos seringueiros. Neste sentido, esse movimento ganhou força quando incorporada a questão ambiental, tornando-se numa proposta alternativa ao processo de devastação pelo qual passava a Amazônia no final dos anos setenta. Sua viabilidade de consolidação foi regimentada quando lideranças do CNS e diversos setores da sociedade a consideraram uma espécie de reforma agrária ecológica, na

medida em que contemplavam a resolução da questão do acesso à terra, ao mesmo tempo preservavam a floresta amazônica.

A inserção da luta dos seringueiros em torno da posse da terra e de melhores condições de vida, no movimento mais geral dos ambientalistas internacionais constituiu-se, sem dúvida, no elemento novo à questão ambiental amazônica. A atuação dos extrativistas da Amazônia e a pressão dos movimentos ambientalistas resultaram na mobilização de amplos setores da sociedade contribuindo para legitimar as RESEX como proposta viável no âmbito da sustentabilidade. Há que se considerar, ainda, o grande impacto produzido na Amazônia, resultante da forte mobilização interna das apreensões ambientais da comunidade ambientalista nacionais e internacionais, que sugeriu o redirecionamento da política ambiental brasileira e, sobretudo, a redefinição da política de ocupação do espaço regional.

Para o conjunto das comunidades que compõem o Cajari, porém, a criação da RESEX ainda não implicou mudanças significativas, no que diz respeito à melhorias das condições de vida. Sobre isto, Michelotti (2001) e Silva (2003) ressaltaram as dificuldades vivenciadas por moradores de áreas de Reserva, mesmo com a garantia da terra que, além de proporcionar a segurança natural, possibilita o acesso a financiamentos, ainda é considerável o número de unidades produtivas excluídas dos benefícios decorrentes da criação da RESEX.

Persiste o problema que é representado pelos diferenciais de renda no interior da reserva. Em alguns locais de difícil acesso, algumas famílias ainda vivem apenas do extrativismo da castanha, da caça e da pesca. Essa situação confirma as referências feitas por Lima (2002) e por Silva (2003). Para esses autores, o estabelecimento da RESEX, ainda que garantindo a posse da terra, não representou grandes mudanças, de forma que as antigas relações existentes nos seringais são repostas em forma de pobreza e miséria. Assim, a garantia da terra, parece não ter incidido substancialmente sobre as vidas dos agroextrativistas no Cajari, o que nos permite afirmar não ser suficiente, para a solução de seus problemas.

De qualquer maneira, este estudo evidencia a pertinência e acerto da política ambiental representada pela existência das RESEX. Sem dúvida, no plano real, trata-se da melhor e mais adequada proposta de conservação da floresta amazônica. Contribuiu em muito para o êxito da proposta a ampla mobilização do conjunto de moradores da reserva.

A adoção de políticas de comando e controle, e uso de instrumentos econômicos, na medida em que é resultado de um processo de discussão no interior das RESEX, em que legitima e assegura a efetivação das medidas. Em decorrência os controles e a fiscalização, em geral dispendiosos, tornam-se viáveis por conta do envolvimento dos moradores.

Nas áreas que compõem a RESEX Cajari, a própria natureza se diversifica e se diferencia em vários ecossistemas, o que possibilita diferentes modalidades de exploração econômica sobre os recursos disponíveis no meio ambiente. Desse modo, em acordo com os trabalhos de Maciel (2003) e Villar (1997), não há soluções generalizáveis de políticas públicas, capazes de atingir de forma eficaz toda a população do Cajari. É importante considerar as diversidades de situações e planejar uma combinação certa de instrumentos de políticas voltadas à produção agroextrativista, à preservação ambiental e às condições socioeconômicas para cada grupo de produtores diferenciados nos seus sistemas de produção.

Um aspecto entretanto, merece ser observado: os agroextrativistas estão realizando um grande esforço para a adoção de tecnologias, na diversificação dos sistemas de produção. O mesmo foi verificado em estudo realizado por Abreu (2000) e Cavalcanti (2002). Essa preocupação com a estabilidade econômica e ecológica dos sistemas de produção tem levado vários produtores a realizarem por conta própria experiências com relação a novas alternativas de consórcios e sistemas agroflorestais (Cavalcanti, 2002; Michelotti, 2001). A rigor, o peso econômico da atividade extrativista está na castanha no alto Cajari e na exploração de açazais, no baixo Cajari. Por sua vez, o cultivo de roça é a atividade que tem maior espaço dentre as atividades ditas essencialmente agrícolas, tomando-se fundamental na estratégia de sobrevivência das famílias da reserva. Entretanto, revelou-se neste trabalho o extraordinário esforço dos agroextrativistas da reserva na adoção de sistemas alternativos ao cultivo de roçado.

Após esta exposição, cabe retomar-se à questão levantada no início deste trabalho, a saber, a noção bastante difundida de que as RESEX conformariam um modelo de desenvolvimento sustentável ideal para a Amazônia. Considera-se um equívoco esta dimensão atribuída às reservas, devido o estudo do potencial das RESEX em atingir a sustentabilidade ainda estar no estágio inicial, onde as pesquisas têm sido conduzidas tanto nas estações experimentais como nas áreas de produtores. A tendência é que, em médio prazo, já existam resultados que possam dar suporte à implantação de novas áreas de

reservas, principalmente a se pensar nas vantagens que o incentivo à introdução de sistemas agroflorestais pode trazer para o alcance da sustentabilidade nas RESEX e para compromissos assumidos em âmbito internacional pelos governos dos países tropicais. De acordo com Brasil (1994), exemplar nesta direção é a relação entre o Brasil e o PPG7.

Ao longo deste trabalho, tentou-se demonstrar, a princípio, as dificuldades de aceitação dessa proposta por muitos, considerada como fruto de uma elaboração externa à região, em que pese a ação de organizações ambientalistas internacionais. Por outro lado, deve ser ressaltada a existência de um forte descrédito no extrativismo por parte considerável do conjunto de pesquisadores, descrença esta compreensível se for levado em consideração suas experiências com o velho seringalismo, fato em que Homma (1996, 1987) se baseia para formular teses sobre o fracasso e a sobrevivência do extrativismo, baseado na análise neoclássica de mercado.

Estas atitudes, frente às reservas, são decorrentes de uma confusão entre a proposta das RESEX e a atividade extrativista da borracha, em que desconsidera as múltiplas formas da economia agroextrativista. Além disso, parecem desconsiderar que, por mais de um século, uma população pobre, não-indígena, viveu na e da floresta, e que recentemente é ela que, ano após ano, impede os desmatamentos na região (Simonian, 2001a, b). Como se isto não fosse suficiente, coube a esta mesma população elaborar, de forma organizada, uma proposta inovadora e alternativa visando à melhoria de condição de suas vidas, proposta esta que tem como elementos nucleares a preservação e a valorização dos produtos da floresta. Dessa forma, de acordo com Brasil (2000), é razoável supor que, ao se constituírem como um novo paradigma de regulação ambiental, a importância das reservas extrativistas transcende os estreitos limites de uma experiência de regulação de caráter local, para se pôr, amplamente, como uma estratégia de conservação de florestas tropicais.

A contrapor-se a idéia da conservação da natureza dentro de uma lógica em que não se admite a presença humana, a proposta de RESEX propõe a preservação a partir da interação das populações tradicionais com o desenvolvimento sustentável do meio ambiente. Se a melhor maneira de preservar é ocupando com a presença humana através de processos produtivos extrativistas, isto resolve a questão da sustentabilidade na sua dimensão ecológica. Resta então, analisar dois novos dilemas derivados do extrativismo. Já se fez referência à força econômica da pecuária e ao perigo da extração predatória da

madeira. Em outros termos, são necessárias políticas compensatórias, tipo subsídio, para tornar a atividade extrativista competitiva de forma que as RESEX cumpram bem sua função conservacionistas.

Por outro lado, o problema das diferenças sociais, colocadas neste trabalho e em trabalho realizado por (Silva, 2003), em grande medida, está ainda por ser resolvida, à medida em que se promova o fortalecimento das organizações comunitárias. É de notar que a maioria dos projetos que visam a consolidação das RESEX, não atentam para uma questão da maior importância: a de que a reserva é fruto de um processo histórico peculiar, representado pela organização comunitária parceira neste projeto de UC. Portanto, os programas que visam o desenvolvimento devem ser planejados, concebidos e geridos pela comunidade, cuja participação seja concebida incondicionalmente às lideranças locais.

Investimentos econômicos alternativos são urgentemente necessários na RESEX Cajari para estancar a expansão da atividade de corte e queima e restabelecer a economia da castanha. Entretanto, o sucesso de qualquer estratégia deve atender a diversificação dos sistemas de produção e o caráter de autoconsumo da produção familiar. É importante ressaltar que o fortalecimento da economia do Cajari depende em grande parte da capacidade de organização das organizações locais. Por certo que os riscos de fracasso dessa experiência considerada inovadora não são nulos e nem gratuitos, mas, inúmeros avanços são possíveis, sobretudo quando os atores sociais implicados nesta questão começarem a desejar o surgimento de melhores configurações de ação diante daquilo que constitui o maior patrimônio da humanidade: o meio ambiente.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Maria J. P. de. *Modos de vida, gênero, gerações e meio ambiente no parque nacional do Jaú/Amazonas*. Florianópolis, 2000, 128 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2 ed. Belém: CEJUP, 1998.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis: a região amazônica e as atividades extrativas. In: GLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (org.). *Extrativismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional*. Compêndio MAB 18. Montevideu: UNESCO, 1996, p. 14-32.

_____. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, Anthony B. et al. (org.). *O destino da floresta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 17-47.

ALMEIDA, A. W. de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. *Revista reforma agrária: ensaios e debates*, Rio de Janeiro, , p. 4-7, abr./jul., 1989.

_____. Terras de preto, terras de santo, terras de índios: uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna; HÉBETTE, J. (org.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Cadernos NAEA, n. 10. Belém: UFPA, 1985.

AMIN, Mario M. O extrativismo como fator de empobrecimento da economia do estado do Pará. In: XIMENES, T. (org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAENUFPA/UNAMAZ, 1997, p. 177-209.

ANDERSON, Anthony et al. *O destino da floresta: extrativismo vegetal e reservas extrativistas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BANDEIRA, Pedro. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. Texto para discussão 630. Brasília: IPEA, 1999. 86 p.

BASTOS, Tavares. *O vale do Amazonas: a livre navegação do amazonas*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 2ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994. p. 122-133.

BENCHIMOL, Samuel. *Estrutura geo-social e econômica da Amazônia*. Série Euclides da Cunha. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

BERGER, P. A sociedade como realidade objetiva. In: *A construção social da realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983, p. 69-172.

BORDALO JR., O. *Cooperativas agrícolas de pequenos agricultores: uma alternativa para o desenvolvimento regional*, Belém, 1985, 165 f. Dissertação (Mestrado Planejamento do Desenvolvimento). Universidade Federal do Pará, 1985.

BRASIL. Instituto Nacional do Meio Ambiente / IBAMA. *Citations of electronic documents in an electronic document*. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>. Acessado em 17 de abril de 2002 as 21:30 h.

_____. *Lei nº. 9.985* (Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza / SNUC). Brasília-DF: Editora do Senado Federal, 2000. Disponível www.planalto.gov Acesso em 03.12.2003. 23h 10 min

_____. PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL (PPG-7). Brasília: MMA, 1994.

BUARQUE, Sérgio. O desenvolvimento local sustentável. In: BUARQUE, Sérgio. *Metodologia do planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Recife: IICA, 1999. p. 23-67.

CASTELO. C. E. F. *Avaliação econômica da produção familiar na Reserva Extrativista Chico Mendes no estado do Acre*. Porto Velho, 1999, 98 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Rondônia, 1999.

CAPIBERIBE, J. A. R. *Apresentação do programa de desenvolvimento sustentável do estado do Amapá - PDSA* Macapá: Governo do Estado do Amapá, 1995.

CAVALCANTI, F. C. da S. *A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas*. Campinas, 2002, 242 f. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas, 2002.

CMMAD. *Nosso futuro comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430 p.

COELHO, Maria Célia N. Política e gestão ambiental (des)integrada dos recursos minerais da Amazônia oriental. In: COELHO, M. C. N. (org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém: CEJUP, 2000. p. 117-170.

COSTA FILHO, Orlando Sabino da. *Reserva Extrativista: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida*. Belo Horizonte, 1995, 156 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

COSTA, G. *Gestão e planejamento da unidade de produção: uma perspectiva e crítica e propositiva da administração rural*. Belém: FCAP/CEAGRO, 1992.

CROWE, Beryl L. The tragedy of the commons revisited. *Science*, v. 166, n. 3909, p. 68-80, nov. 1969.

DALY, H. E. Crescimento sustentável: uma incongruência. *Revista Desenvolvimento de Base*, v. 15, n. 3, p. 35, 1991.

D'ARAUJO, Maria C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista brasileira de ciências sociais*, Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 19, p. 40-55, jun.1992.

DARBON, Sebastien. O etnólogo e suas imagens. In: SAMAIN, Etienne. *O fotógrafo*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998, p. 101-111.

DEMO, Pedro. A sociedade como realidade objetiva. In: *Metodologia científica em ciências sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. p. 69-172.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001.

FENZL, N. O conceito de desenvolvimento sustentável em sistemas abertos. *Revista poematropic: pobreza e meio ambiente no trópico úmido*, Belém, v. 1, n. 1, 1998

FILOCREÃO, A. S. M. *Extrativismo e capitalismo: A manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá*, Campina Grande, 1992, 236 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba, 1992.

GÓMEZ, W. H. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. In: BECKER, Dinizar F. (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidades e possibilidades*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC,1997. 238 p.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e possibilidades. In: CLUSENER-GOLD, M.; SACHS, L (org.). *Extrativismo na Amazônia brasileira: perspectiva sobre o desenvolvimento regional*. Compêndio MAR 18. UNESCO, 1996.

_____. Reservas extrativistas: uma opção de desenvolvimento viável para a Amazônia. *Revista Pará Desenvolvimento*, Belém: IDESP, v. 25, p. 38-48, 1989.

HURTIENNE, T. A. A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia. *Revista econômica do nordeste*, n. 30, p. 442-467, 1999.

KITAMURA, P. C. *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. Brasília: EMBRAPA, 1994.

_____. Amazônia: produtos e serviços naturais e as perspectivas para o desenvolvimento sustentável regional. In: ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. A.

(org.). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. p. 284-297.

LIBONATE, V. F. *Universo amazônico*. Belém: FCAP, 1985.

LINS, T. L. de. Populações tradicionais e o Estado: interesses e disposições normativas na RESEX Cajari-AP. In: COELHO, Maria C. (org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão dos recursos naturais*. Belém: CEJUP, 2000. p.83-97.

LINS, C. *Jari: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: DATAFORMA/Prefeitura de Almeirim, 1991. Ilustrado.

MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes. *Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativista*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2003. Disponível em www.eco.unicamp.br/projetos/gestaoambiental. Acesso em 21/06/2003 as 02: 30

MARQUES, Luciano Carlos T. Sistemas agroflorestais: situação atual e potencialidade para o processo de desenvolvimento da Amazônia brasileira. *Anais do 1º congresso brasileiro de sistemas agroflorestais*. 1º Encontro sobre sistemas agroflorestais nos países do mercosul, Porto Velho, v. 1, p. 159-171, 1994.

MARTINS, Sérgio R. Estratégias para a construção do ideário da sustentabilidade agrícola. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, abr./jun. 2000.

MATTOSO, M. R.; FLEISCHFRESSER, V. Amapá: reserva extrativista do rio Cajari. In: ANDERSON, Anthony B. et al. (org.). *O destino da floresta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 17-47.

MARX, Karl. *O capital*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MENDES, Armando D. Agenda 21: reorientação do crescimento econômico. In: FENZL, Norbert; MATHIS, Armin (org.). *Desenvolvimento sustentável: do paradigma a prática*. Curso de extensão. Projeto Amazônia 21. Belém: NAEA/UFPA, 1999. 27 p.

MICHELOTTI, Fernando. *A cooperativa agroextrativista de Xapuri*. Belém, 2001, 186 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Universidade Federal do Pará, 2001.

MIRANDA, E. E. et al. Efeitos ecológicos das barragens do Xingu: uma avaliação preliminar. In: SANTOS, L. A. O.; ANDRADE, L. M. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

MORÁN, Emílio F. *A ecologia humana: das populações da Amazônia*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1990. 368 p.

MURRIETA, Rui S. et al. Estratégias de subsistência da comunidade de praia grande, ilha do Marajó, Pará, Brasil. *Boletim do Museu Emílio Goeldi*, Belém; Série: Antropologia, v. 8, n. 2, p. 185-201, 1992.

NAIR, P. K. R. Agroforestry systems in the tropics. Kluwer Academic Publishers in Cooperation with Icrf. *Forestry Sciences*, Nairobi/Quênia, v. 31, 664 p., 1990.

NAIR, P. K. R. *Soil productivity aspects of agroforestry*. Nairobi/Quênia: International Council for Research in Agroforestry, 1994.

NEPSTAD, Daniel C. Empobrecimento biológico da floresta amazônica por seringueiros, madeireiros e fazendeiros. In: XIMENES, T. (org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA/UNAMAZ, 1997. p. 311-334.

NEVES, Delma P. *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1981. 212 p.

OLIVEIRA, A. E. et al. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983. p. 181-299.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. *O sertanejo, o brabo e o posseiro: os cem anos de andanças da população acreana*. Rio Branco: FDRHCD, 1985. 101 p.

OLIVEIRA, Maria do S. S. *Políticas públicas e ações de desenvolvimento para as populações tradicionais da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre, Brasil*, Belém, 2001, 135 f. Dissertação (Mestrado Planejamento do Desenvolvimento). Universidade Federal do Pará, 2001.

OLIVEIRA, Marcus Vinício. Sistemas agroflorestais do estado do Acre. In: *Anais do congresso brasileiro de sistemas agroflorestais*. 1º Encontro sobre sistemas agroflorestais nos países do mercosul, Porto Velho, v. 1, p. 141-146, 1994.

OLIVEIRA, Myriam C. C de. *A passagem da economia de várzea para a economia de terra firme na região amazônica: um breve histórico*. Disponível em www.gipaf.cnptia.embrapa.br acessado em 04. 09. 2003, às 10:30h.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. *Revista de Antropologia*, v. 39, nº 1, 1996.

PEDROSO, Janari da Silva. *Família no vale do rio Jari: dinâmicas, mudanças e acomodações*, Belém, 2003, 355 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental). Universidade Federal do Pará, 2003.

PEARCE, David; PUTZ, Francis; VANCLAY, Jerome K. *A sustainable forest future*. S.l.: CSERGE, 1999. 67 p. Disponível em: www.gtz.de/forest.certification/downloads-pdf/d29.pdf. Acessado em 21.04.2003 as 03:30 h.

PINTO, Lúcio Flávio, *Jarí: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig*. São Paulo: Marco Zero, 1986. 219 p.

PLANO d Utilização da Reserva Extrativista Do Rio Cajari. Brasília: MMA/IBAMA/CNPT, mar. 1996. 32 p.

POSEY, D. A. *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados* (Kayapó). Suma etnológica brasileira. 1 - Etnobiologia. RIBEIRO, B. G. (Coord.). Petrópolis: Editora Vozes: FINEP, 1987. p.187-200.

REIS, Arthur. C. Ferreira. *Aspectos econômicos da dominação lusitana na Amazônia*. SPEVEA, 1960.

REIS, Arthur. C. Ferreira. *Documentação da vida rural: o seringal e o seringueiro*. Ministério da agricultura: SAI, 1953.

RIBEIRO, Darci. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ROMEIRO, Ademar R. Meio ambiente e a produção agropecuária na Amazônia. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 37, n. 1, p. 11-33, 1995.

RUEDA, A. P. Introdução e evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J.; RUEDA, R. (org.). *Reservas extrativistas*. Gland, Suíça; Cambridge, Reino Unido: UICN, 1985.

SÁ, Tatiana. A. Aspectos climáticos associados a sistemas agroflorestais: implicações no planejamento e manejo em regiões tropicais. In: *Anais do congresso brasileiro de sistemas agroflorestais*. 1º Encontro sobre sistemas agroflorestais nos países do mercosul, Porto Velho, v. 1, p. 391-431, 1994.

SAMPAIO, A. C. F. Controle da terra, capital e trabalho no sul do estado do Amapá. In: COELHO, M. C. N. *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém: CEJUP, 2000. p. 100-113.

SERRÃO, E. A. et al. Desenvolvimento agropecuário e florestal de terra firme na Amazônia: sustentabilidade, criticalidade e resistência. In: *Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola*. Belém: EMBRAPA, 1996. p. 37-59.

SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Rio Branco, 1990, 79 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Minas Gerais, 1970.

SILVA, José Bittencourt da. *Sustentabilidade institucional e participação comunitária na reserva extrativista do rio Cajari*. Belém, 2003, 149 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, 2003.

SILVA Osvaldo H. da. Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. *Revista de sociologia e política*, n. 12, p. 161-167, Jun. 1999. Disponível em: <http://www.revistasociologiaepolitica.org.br/revista12/osvaldo.pdf>. Acessado em 28.02.2003 às 7:25 h.

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres, cultura, e mudanças nos castanhais do sul do Amapá. In: *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: Editora do NAEA, 2001a. p. 107-148.

_____. Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: trabalho duro, silenciado e quase extinto. In: *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: Editora do NAEA. 2001b. p. 72-103.

_____. *Sobre familia en la frontera amazónica: idealizaciones, contradicciones y tendencias actuales*. Papers do NAEA, Belém, NAEA/UFPA, n. 158, 2001c. 29 p.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N. (org.). *Estado e políticas publicas na Amazônia*. Belém: CEJUP, 2000. p. 09-53.

_____. Devastação e sustentabilidade dos açazais no vale do rio Maracá, AP. In: JARDIM, M.; MOURÃO, L.; GROSMANN, M. (org.). *Açaí: possibilidades e limites em processos de desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém: MPEG, 2004. p. 233-252.

_____. Sustentabilidade políticas recentes para indígenas autônomos. In: XIMENES, T. (org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA/UNAMAZ, 1997. p. 429-467.

_____; GLASER, M. Extractive reserves and the question of sustainability: recent experiences in north of Brazil. In: LIEBEREI, R.; BIANCHI, H.; BOEHM, V.; REISDORFF, C. (org.). *Neotropical ecosystems: proceedings of the German-Brazilian Workshop, Hamburg, 2000: Hamburg: GKSS-Geesthacht, 2002. p. 767-775. (ISBN 3-00-010691-X; Parte CD Rom)*.

SOUZA, Victor Ferreira de. Sistemas agroflorestais no estado de Rondônia. In: *Anais do congresso brasileiro de sistemas agroflorestais*. 1º Encontro sobre sistemas agroflorestais nos países do Mercosul, Porto Velho, v. 1, p. 133-139, 1994.

TELEJORNAL Amapá. Macapá: TV AMAPÁ, canal 6, 12.07.2002. 12:20 h.

TORRE, M. B. Della. *O homem e a sociedade: uma introdução á sociologia*. 11ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983. 256 p.

VILLAR, R. L. *Investimento na agricultura familiar: efficientização da unidade produtiva familiar com base na complexificação de sistema de produção*, Belém, 1997, 187 f.

Dissertação (Mestrado Planejamento do Desenvolvimento). Universidade Federal do Pará, 1997.

WISNIEWSKI, Alfonso. *A borracha na socioeconomia do estado do Pará*. Belém: FCAP, 1983.95 p.

WOLFF, Cristina S. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta alto Juruá/AC 1870/1945*, São Paulo, 1998, 284 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 1998.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB, 1997. p. 27-65.